



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E  
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – MESTRADO  
PROFISSIONAL/PPGAES**

**GIZELDA LYRA MONTEIRO**

**EXTENSÃO E SUSTENTABILIDADE SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DA  
PARAÍBA/CAMPUS JOÃO PESSOA**

**JOÃO PESSOA  
2022**

**GIZELDA LYRA MONTEIRO**

**EXTENSÃO E SUSTENTABILIDADE SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DA  
PARAÍBA/CAMPUS JOÃO PESSOA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Edineide Jezine

João Pessoa – PB

2022

## FICHA CATALOGRÁFICA

### Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

M775e Monteiro, Gizelda Lyra.

Extensão e sustentabilidade social no Instituto Federal da Paraíba/Campus João Pessoa / Gizelda Lyra Monteiro. - João Pessoa, 2022.

131 f.

Orientação: Edineide Jezine.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

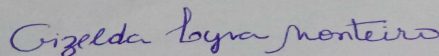
1. Extensão universitária. 2. Sustentabilidade social. 3. IFPB. I. Jezine, Edineide. II. Título.

UFPB/BC CDU 378.4(813.3)(043)

**GIZELDA LYRA MONTEIRO**

**EXTENSÃO E SUSTENTABILIDADE SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DA  
PARAÍBA/CAMPUS JOÃO PESSOA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – Mestrado Profissional do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, como requisito para obtenção do título de Mestre.



---

Gizelda Lyra Monteiro

Aprovada em: João Pessoa, 09/02/2022.

**BANCA EXAMINADORA:**



Prof.ª Dra. Edineide Jezine  
CE/UFPB SIAPS Nº 0258015

---

Prof.ª Dra. Edineide Jezine  
(Orientadora - MPPGAV -  
CE/UFPB)



---

Prof.ª Dra. Maria da Salete Barboza de Farias (MPPGAV/UFPB - avaliadora interna)



---

Prof. Dr. Italan Carneiro Bezerra (ProfEPT/IFPB - avaliador externo)

## DEDICATÓRIA

*À minha inesquecível mãe (In memoriam)!  
Uma mulher forte e delicada.  
Possuidora dos valores mais nobres que alguém pode ter.  
Minha fonte de inspiração diária.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela oportunidade de estar finalizando mais um ciclo na minha vida. Uma experiência que me trouxe muito conhecimento.

Agradeço às minhas irmãs, Gilcélia, Gisleine e Maritsa, que são o legado que minha mãe deixou e uma forma de ela estar sempre presente.

Agradeço à orientadora, Prof<sup>a</sup>. Edineide Jezine, e aos membros da banca, Prof<sup>o</sup>. Italan Bezerra e Prof<sup>a</sup>. Maria da Salete Barboza de Farias, pelas contribuições no processo de construção do meu trabalho.

*[...]O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem.[...]*

**Grande sertão: veredas**  
**Guimarães Rosa**

## RESUMO

O presente trabalho pretendeu pesquisar sobre Extensão e Sustentabilidade Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPB) e responder ao seguinte questionamento: no âmbito da Extensão, qual a concepção de sustentabilidade predominou no IFPB/campus João Pessoa e como as ações extensionistas promoveram sustentabilidade no âmbito social? Para isso, foram analisados os indicadores das ações extensionistas desenvolvidas pelo IFPB/campus João Pessoa referentes aos Projetos, Núcleos e Empreendimentos, entre 2014 e parte de 2021, e a relação com a discussão teórica a respeito da categoria Sustentabilidade e sua dimensão social, a partir das contribuições de autores como John Elkington (1994) e Ignacy Sachs (2004), além de trabalhos acadêmicos e documentos que tratam da temática. Em termos metodológicos, a pesquisa pode ser classificada como qualitativa, apoiada em dados quantitativos, bibliográfica, documental e estruturalista. Enquanto recorte de análise, foram consideradas as informações referentes às Áreas Temáticas dos Projetos, Núcleos e Empreendimentos de extensão do campus João Pessoa, disponíveis nos Relatórios de Indicadores. Em relação aos achados da pesquisa, que possibilitou verificar quais áreas temáticas são classificadas de acordo com o conceito de sustentabilidade social e o quantitativo de ações extensionistas segundo cada área, a partir da discussão teórica apresentada e da análise do dados, é possível pensar, junto à instituição e à sociedade, maneiras de ampliar ações nas áreas com menor concentração de atividades ligadas à sustentabilidade social, dada a importância para o processo de construção de uma sociedade mais justa; estimular maior participação de servidores técnico-administrativos, agregando às ações diferentes tipos de olhares e saberes; incentivar as comunidades a serem agentes multiplicadores dos conhecimentos e de novas ações, e, por fim, abrir espaços de debates e desenvolvimento de outros estudos que contribuam com o fortalecimento da Extensão do IFPB e, conseqüentemente, de toda a sociedade.

Palavras-chave: Extensão. Sustentabilidade Social. IFPB.



## **ABSTRACT**

The present work aimed to research extension and social sustainability at the Federal Institute of Education, Science and Technology (IFPB) and answer the following question: in the scope of the Extension, what conception of social sustainability predominated in the IFPB/Campus João Pessoa and how extensionist actions promoted sustainability in the social sphere? For this, the indicators of the extension actions developed by the IFPB/João Pessoa campus referring to Projects, Nucleus and Enterprises, between 2014 and part of 2021, and the relationship with the theoretical discussion about the Sustainability category and its social dimension, from the contributions of authors such as John Elkington (1994) and Ignacy Sachs (2004), as well as academic works and documents that address the theme. In methodological terms, the research can be classified as qualitative, supported by quantitative data, bibliographical, documental and structuralist. As part of the analysis, the information regarding the Thematic Areas of the Projects, Nuclei and Extension Ventures of the João Pessoa campus, available in the Indicator Reports, was considered. About research findings, that made it possible to verify which thematic areas are classified according to the concept of social sustainability and the quantitative number of extension actions according to each area, based on the theoretical discussion presented and the data analysis, it is possible to think, together with the institution and society, of ways to expand actions in areas with a lower concentration of activities related to social sustainability, given the importance for the process of building a more just society; encourage greater participation of technical-administrative public employee, adding different types of perspectives and knowledge to the actions; encourage communities to be multipliers of knowledge and new actions, and, finally, open spaces for debate and development of other studies that contribute to the strengthening of the IFPB Extension and, consequently, of society.

Keywords: Extension. Social Sustainability. IFPB.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1. CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
2. CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
3. CES - Câmara de Educação Superior
4. CF - Constituição Federal
5. CHS - Ciências Humanas e Sociais
6. CNE - Conselho Nacional de Educação
7. CPC - Centro Popular de Cultura
8. CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
9. DIPPED - Departamento de Inovação, Pós-graduação, Pesquisa, Extensão e Desafios Acadêmicos
10. DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos
11. EPCT - Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico
12. FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
13. FORPROEXT - Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
14. IES - Instituições de Ensino Superior
15. IF - Institutos Federais
16. IFPB - Instituto Federal da Paraíba
17. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
18. MCP - Movimento de Cultura Popular
19. MEB - Movimento de Educação de Base
20. MEC - Ministério da Educação
21. ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
22. ONU - Organização das Nações Unidas
23. PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
24. PNE - Plano Nacional de Educação
25. PPCs - Projetos Pedagógicos dos Cursos PPCs
26. PPIs - Projetos Políticos Institucionais

27. PROEXC - Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
28. ProExt - Programa de Extensão Universitária
29. REPCT - Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico
30. SEC - Serviço de Extensão Cultural
31. SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
32. SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública
33. UFPB - Universidade Federal da Paraíba
34. UNCED - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
35. UNE - União Nacional dos Estudantes

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Informações disponíveis pelos indicadores das ações de extensão do IFPB.....	28
<b>Figura 2</b> - Dimensões da Sustentabilidade segundo John Elkington.....	42
<b>Figura 3</b> - As três dimensões do desenvolvimento sustentável.....	48

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Projetos por área temática - campus João Pessoa.....	99
<b>Gráfico 2</b> - Indicadores de núcleos por áreas temáticas - campus João Pessoa..	100
<b>Gráfico 3</b> - Empreendimentos por área temática - campus João Pessoa.....	101
<b>Gráfico 4</b> - Percentuais de ações por Áreas Temáticas.....	103

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Dados dos Relatórios de Dimensão.....	29
<b>Quadro 2</b> - Dados dos Relatórios de Indicadores.....	30
<b>Quadro 3</b> - 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	41
<b>Quadro 4</b> - Cronologia dos marcos históricos que contribuíram para o desenvolvimento da Extensão no Brasil.....	64
<b>Quadro 5</b> - Cronologia dos marcos legais/normativos e documentos que contribuíram para o desenvolvimento da Extensão no Brasil.....	70
<b>Quadro 6</b> - Áreas de Extensão e Linhas de Extensão.....	73
<b>Quadro 7</b> - Diretrizes para as ações de Extensão Universitária.....	74
<b>Quadro 8</b> - Relação dos campi do IFPB.....	86
<b>Quadro 9</b> - Trajetória da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.....	87
<b>Quadro 10</b> - Áreas Temáticas das ações de extensão e a relação com as dimensões da Sustentabilidade.....	94
<b>Quadro 11</b> - Quantitativo das ações por Projetos, Núcleos e Empreendimentos...102	
<b>Quadro 12</b> - Ordem de concentração das ações extensionistas de acordo com as áreas temáticas classificadas como pertencentes à sustentabilidade social.....	104
<b>Quadro 13:</b> distribuição dos projetos de extensão do IFPB Campus João Pessoa e sua vinculação com a temática da sustentabilidade, no período de 2017-2019....	101
<b>Quadro 14:</b> Distribuição dos projetos de extensão por área, período 2017-2019, no IFPB Campus João Pessoa .....	102

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>2. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b>	<b>22</b>
2.1. Caracterização da pesquisa	24
2.2. Procedimentos metodológicos	27
2.3. A sustentabilidade como uma categoria teórica de análise	29
2.3.1. Sustentabilidade: trajetória de debates e ações	35
2.3.2. Sustentabilidade e sua dimensão social	40
2.3.3. A Extensão como aliada da Sustentabilidade	48
<b>3. EXTENSÃO: DA ORIGEM ATÉ O ATUAL CENÁRIO BRASILEIRO</b>	<b>52</b>
3.1. Origem e trajetória da Extensão	52
3.2. Extensão no cenário brasileiro	55
3.2.1. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas - FORPROEX	68
3.3. Extensão no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	74
3.3.1. Política de Extensão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (REPCT)	77
<b>4. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB</b>	<b>79</b>
4.1 IFPB: linha do tempo	79
4.2. Política de Extensão do IFPB	85
4.2.1. Áreas temáticas da Política de Extensão	88
4.3. Indicadores das ações de extensão desenvolvidas pelo IFPB/campus João Pessoa	93
4.3.1. Indicadores dos Projetos - campus João Pessoa	94
4.3.2. Indicadores dos Núcleos - campus João Pessoa	95
4.3.3. Indicadores de Empreendimentos - campus João Pessoa	96
4.3.4. Análise dos projetos de extensão do IFPB/campus João Pessoa: aspectos da sustentabilidade	101
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>106</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b>	<b>108</b>
<b>APÊNDICE</b>	<b>115</b>
Quadro síntese dos dados sobre os projetos de extensão do IFPB, com foco na sustentabilidade (de 2017 a 2019):	115

## 1. INTRODUÇÃO

A Extensão desempenha um papel importante no processo de ensino-aprendizagem das instituições públicas de educação superior e no fortalecimento da relação entre instituição e sociedade, constituindo-se em potencial promotora de transformações sociais. Enquanto elemento pertencente à função das Universidades Públicas e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais), somando-se ao ensino e à pesquisa, a extensão possibilita discussões e reflexões junto à sociedade, colocando em prática seus saberes científicos e adquirindo outros através da experiência de troca.

Diante do cenário político vivido pelo Brasil nas últimas décadas, marcado por crises e ameaças à ordem democrática, as instituições públicas, em especial as de ensino, são atingidas de maneira significativa. Desde o poder de gestão das suas ações até o acesso a recursos para o desenvolvimento pleno das suas atividades.

Além disso, o país também enfrenta problemas relacionados à economia e às questões sociais de forma geral. Como efeitos, observam-se o aumento do índice de desigualdade social, aumento da pobreza, falta de acesso a bens e serviços básicos como educação, saúde, segurança e renda. Dessa forma, é necessário pensar em políticas públicas que busquem resolver ou minimizar tais efeitos. Sendo as instituições públicas de educação superior entes também responsáveis por elaborar e executar políticas públicas, a extensão, enquanto função basilar da educação superior, pode ser uma aliada nesse processo.

O interesse pelo tema surgiu da experiência que tive enquanto estudante e extensionista. Foi um período muito importante na minha formação. Pude vivenciar na prática os conteúdos aprendidos e perceber o quanto a universidade poderia contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Ao realizar essa pesquisa, poderei, enquanto servidora do IFPB, colaborar com a instituição, não apenas com o resultado da pesquisa, mas, principalmente, através da aplicação dos conhecimentos que serão produzidos.

Para contextualizar a pesquisa, é importante trazer algumas informações gerais a respeito da temática. Atualmente, os debates em torno do tema Sustentabilidade são cada vez mais frequentes. Isso se deve aos inúmeros



problemas pelos quais o planeta vem passando, fruto do consumo excessivo por parte da sociedade, do uso despreocupado dos recursos naturais e da falta de investimentos nas áreas sociais.

O termo “sustentabilidade” comporta um conceito amplo e é discutido por diversas áreas. Porém, existem três elementos que compõem sua base conceitual, que são: o social, o ambiental e o econômico. Esses elementos foram trazidos por John Elkington, em 1994, que os denominou de *Triple Bottom Line* (Linha de Fundo Tripla, em tradução literal, ou tripé da sustentabilidade). Segundo Lourenço e Carvalho (2013), a partir desse modelo, as definições facilitaram o entendimento a respeito do tema e suas dimensões básicas, sendo adotadas tanto por empresas quanto pelos meios acadêmicos.

Além dos conceitos elaborados por John Elkington, são apresentadas as ideias defendidas por Ignacy Sachs, que é também um nome importante no cenário de debates acerca da sustentabilidade. As dimensões por ele citadas são: social, econômica, ecológica, espacial, territorial, cultural, política nacional e política internacional. Mais abrangente que o conceito de John Elkington, Ignacy Sachs atribui ao Estado parte da responsabilidade de atuação, assim como cita os demais agentes responsáveis, do nível individual ao coletivo.

Dentre as dimensões citadas, a pesquisa está centrada no conceito de Sustentabilidade Social e seu desenvolvimento através extensão, procurando discutir ideias e práticas que contribuem para a formação de uma sociedade mais justa, com acesso às condições básicas como educação, saúde, justiça social, renda, cultura e todos os outros fatores indispensáveis para que uma sociedade se desenvolva de maneira sustentável.

Ao se observar o modelo de sociedade que vem sendo construído a partir da Revolução Industrial, com um destaque maior para o século XX, é factível a percepção do acelerado crescimento do consumo e suas consequências. Segundo Bursztyn (2001), o século XX foi palco da intensa busca por produção, servindo como fator de incentivo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia que, posteriormente, eram empregadas pelos setores produtivos, alimentando um processo cíclico entre ciência, tecnologia e produção. Como consequência, o mundo presenciou a grande crise de 1929, ocorrida nos Estados Unidos. Esse momento

pode servir como forma de representação da filosofia capitalista, baseada na ideia de produção em larga escala, expansão dos mercados e no acúmulo de capital.

Um aspecto que merece destaque é o papel da ciência diante desse contexto e o que se espera dela nos dias de hoje, com a ascensão da política neoliberal. Até que ponto seu desenvolvimento está alinhado à resolução dos problemas da sociedade moderna? Existe a discussão em torno da necessidade de uma ciência cada vez mais comprometida com os preceitos éticos e que não sucumba às leis de mercado. Ainda de acordo com Bursztyn (2001), o ponto central da discussão é sobre a necessidade da atuação ética no momento presente. É preciso que a geração atual aja com responsabilidade para garantir às gerações futuras as condições mínimas de sobrevivência.

Dada a relevância da discussão em torno da temática sobre sustentabilidade e em torno da função social que as instituições de ensino desempenham, mais especificamente as de ensino superior, problematizar a forma como essas instituições colaboram para a construção de uma sociedade mais sustentável é de suma importância. Como, então, criar espaços que discutam formas de atuação dessas instituições na sociedade e que contribuam com uma sociedade mais justa, logo, mais sustentável? Como o Instituto Federal da Paraíba, através das suas ações extensionistas, pode contribuir, não apenas com o debate, mas com ações concretas na busca por soluções de problemas que são identificados nos diversos contextos da sociedade? Essas e outras questões serviram de base para o desenvolvimento deste trabalho.

Das três funções da educação superior, a extensão pode ser considerada aquela que mais cria espaços de aproximação entre instituição e comunidades e, por isso, pode ser uma grande aliada na construção de debates e soluções acerca das questões sobre sustentabilidade. Considerando que os conhecimentos produzidos no interior das instituições públicas de educação superior, como os Institutos Federais, não são um fim em si, mas um meio de responderem às demandas sociais, é importante refletir de que forma a sociedade tem acesso a esses conhecimentos e como eles podem ser revertidos em transformações efetivas. Dessa forma, ao se pensar na complexidade e quantidade de problemas sociais, não é possível que essas instituições sejam espaços herméticos, mas que

interajam diretamente com o seu entorno e, assim, criem um ciclo de retroalimentação e ressignificação de seus planos e ações.

Como exemplo, a extensão pode, através do seu contato direto com as comunidades, criar espaços para pensar, desenvolver e aplicar, em conjunto, soluções para as demandas apresentadas. Pensar a prática de uma educação para a sustentabilidade, discutindo a necessidade da construção de um novo modelo de sociedade, ancorado na ideia do pensamento a longo prazo e no desenvolvimento com uso responsável dos recursos naturais e respeito ao ser humano.

De que forma, então, as instituições de ensino, enquanto produtoras e disseminadoras de conhecimentos, podem atuar nesse processo? É a partir do pensamento crítico que se torna possível mudar formas de conduta e estabelecer relações com o meio de forma mais consciente e responsável. Como resultado, é possível ter uma sociedade mais inclusiva e alicerçada nas práticas de desenvolvimento que promovem, dentre outros resultados, a justiça social.

No caso da extensão, o que fazer para fortalecer sua atuação, ao lado das já consolidadas áreas do ensino e da pesquisa, uma vez que as práticas extensionistas são importantes para as instituições e a sociedade? Pensando nisso, a proposta da pesquisa é estudar sobre a extensão desenvolvida no âmbito do IFPB/campus João Pessoa, e tem como problema central responder à seguinte questão: no âmbito da Extensão, qual a concepção de sustentabilidade social predominou no IFPB/campus João Pessoa e como as ações extensionistas promoveram sustentabilidade no âmbito social? A partir dos resultados encontrados, pensar o que representa para a instituição e para a sociedade no conjunto de todas as ações que foram desenvolvidas.

Para isso, enquanto objetivo geral, a pesquisa pretende analisar os indicadores das ações extensionistas segundo o conceito de Sustentabilidade Social.

Em relação aos objetivos específicos, tem-se: a) analisar os principais documentos institucionais e nacionais que versam sobre Extensão e a concepção de sustentabilidade social aplicada; b) realizar o levantamento dos últimos indicadores relativos às ações de extensão desenvolvidas pelo campus João Pessoa a fim de analisar a concepção de sustentabilidade aplicada; c) verificar o percentual de ações por área temática e a predominância de ações voltadas à sustentabilidade social; d)

propor ideias para fortalecer e ampliar as ações das outras áreas temáticas que estejam alinhadas à construção de uma sociedade socialmente sustentável.

No caso do primeiro objetivo específico, será realizado o estudo dos seguintes documentos: Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/IFPB (2015-2019); documentos elaborados no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC/IFPB; a Política de Extensão voltada para os Institutos Federais e criada a partir do Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - FORPROEXT; a Política de Extensão que está sendo elaborada pelo IFPB com o objetivo de nortear suas ações, levando em consideração suas particularidades; o Plano Nacional de Extensão; a Política Nacional de Extensão e, por fim, as Diretrizes da Extensão Universitária. Além disso, será feita uma revisão de literatura sobre o tema Sustentabilidade e sua dimensão social.

Em termos estruturais, a pesquisa está organizada da seguinte maneira: o capítulo introdutório, contendo o panorama geral sobre o tema, trazendo alguns elementos importantes para a discussão, como os fatores que explicam o surgimento da discussão em torno da sustentabilidade, assim como o papel da educação superior diante desse contexto e, em especial, o papel da extensão.

O capítulo 2 apresenta os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa e está dividido em quatro partes: a) discussão sobre conceitos importantes para o desenvolvimento da pesquisa de acordo com os critérios científicos; b) caracterização da pesquisa; c) procedimentos metodológicos adotados para realização da coleta, seleção e análise dos dados; d) apresentação e discussão da categoria teórica de análise, que é a sustentabilidade.

O capítulo 3 traz a discussão em torno do tema Extensão, que é o foco central do trabalho. O primeiro tópico está destinado às questões ontológicas da extensão, desde o surgimento, na Europa, passando pelas universidades norte-americanas até chegar às universidades da América Latina. Após esse percurso, um tópico sobre a extensão no cenário brasileiro, partindo das primeiras práticas registradas até os dias atuais; um subtópico sobre o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX, suas contribuições para o fortalecimento da Extensão no país e de que forma o tema sustentabilidade é trazido em três principais documentos: Plano Nacional de Extensão Universitária, Política Nacional de Extensão Universitária e Diretrizes para

a Extensão na Educação Superior Brasileira; outro tópico referente à extensão no âmbito dos Institutos Federais e, por fim, um subitem sobre a Política de Extensão da Rede Federal de Ensino. Ainda sobre o capítulo 3, para o embasamento teórico sobre extensão, foram pesquisadas obras de teóricos e estudiosos da educação, assim como leis gerais que tratam, de forma direta ou indireta, sobre extensão e, também, os demais documentos produzidos a partir do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidade Públicas Brasileiras - FORPROEX, do Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - FORPROEXT e do IFPB.

O capítulo 4 é destinado a apresentar o IFPB, sendo um tópico referente à linha do tempo, da fundação até a atual denominação de Instituto Federal da Paraíba-IFPB. A ideia é apenas apresentar as diferentes denominações recebidas desde a sua fundação, sem adentrar nas questões históricas e no que significou, em termos de organização política e administrativa, cada momento de mudança. Além disso, apresenta a Política de Extensão própria do IFPB e finaliza o capítulo com os dados e análises dos indicadores sobre as ações de extensão, compreendendo o sub-recorte (dentro os dados dos Relatórios de Indicadores em análise) das ações dos projetos referentes aos anos de 2017 a 2019. As fontes de pesquisa foram bibliográficas e documentais, a partir de publicações da própria instituição, assim como documentos institucionais e outros produzidos no âmbito nacional.

Em seguida, o capítulo 5 é reservado às considerações finais, seguido do referencial bibliográfico.

Por fim, como fonte de pesquisa de teses e dissertações, foi utilizado o banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Além desses trabalhos, a pesquisa também se valeu de artigos científicos publicados em revistas indexadas, assim como livros e sites oficiais das instituições.

## 2. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para a realização de uma pesquisa com validade científica, é necessário que sejam respeitados os métodos e as técnicas estabelecidas como critérios para essa validação. De acordo com Richardson (2012):

Em geral, a ciência é uma poderosa ferramenta de convicção. Existem outras, tais como a intuição, a experiência mística, a aceitação da autoridade; mas a ciência, talvez pela aparente objetividade e eficiência, proporciona a informação mais conveniente. Se alguma evidência científica é relevante para determinada afirmação, dita evidência ajudará na decisão de aceitar ou rejeitar essa afirmação (RICHARDSON, 2012, p. 18).

Ainda sobre pesquisa científica, Minayo (2012) afirma:

Fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, do instrumento e das estratégias utilizadas na coleta de dados (MINAYO, 2012, p. 622).

Ou seja, o fazer científico é validado pela forma como se constrói, independente da área, e considerando que qualquer área é capaz de produzir ciência. Há, porém, uma dificuldade em classificar as diversas ciências. Sobre esse aspecto, Gil (2008) cita a dificuldade para “definir um sistema de classificação das inúmeras ciências”, tendo em vista a quantidade de objetos passíveis de serem investigados do ponto de vista científico. Como o intento de fazer essa classificação não foi suficiente para sanar o problema, ele passa a considerar a possibilidade de se dividir a ciência em dois grupos: as ciências formais e as ciências empíricas (naturais e sociais). No caso das ciências sociais, elas fazem parte das ciências empíricas sociais, que são: “a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política, a Economia e a História” (GIL, 2008, p. 3). O autor faz uma observação quanto à Psicologia que, embora apresente elementos das ciências naturais, o fato de tratar sobre o comportamento humano, partindo dos processos de interação, classifica-a enquanto ciência social.

Ainda segundo Gil (2008), existem algumas peculiaridades quando se trata de pesquisas na área das ciências sociais. Ele cita as seguintes: o problema da objetividade, da quantificação, da experimentação e da generalização. Apesar disso, ele acredita que é possível desenvolver estudos científicos nessa área.

Há, no Brasil, a Resolução 510, de 7 de abril de 2016, que apresenta alguns esclarecimentos sobre as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (CHS). Assim, tem-se:

XVI - pesquisa em ciências humanas e sociais: aquelas que se voltam para o conhecimento, compreensão das condições, existência, vivência e saberes das pessoas e dos grupos, em suas relações sociais, institucionais, seus valores culturais, suas ordenações históricas e políticas e suas formas de subjetividade e comunicação, de forma direta ou indireta, incluindo as modalidades de pesquisa que envolvam intervenção (BRASIL, 2016).

No caso da comparação entre as ciências biomédicas e as CHS, Minayo e Guerriero (2019) analisam:

Uma diferença entre ambas é que determinadas etapas do conhecimento no primeiro caso podem ser realizadas com menos intervenção do sujeito, e nas CHS pode haver neutralidade em procedimentos, mas a chave de qualquer conhecimento de pessoas, grupos e relações são a empatia e a intersubjetividade que Gadamer (1999) define como a capacidade de se colocar no lugar do outro. Quanto mais intensa a comunicação e a compreensão maior a possibilidade de entendimento da situação (MINAYO; GUERRIERO, 2019).

Percebe-se que os princípios que regem as pesquisas em CHS são a empatia e a intersubjetividade. Isso porque o contexto das pesquisas, cujo objeto é o sujeito e suas relações, pede que haja esse olhar para além da objetividade e neutralidade puras. Não significa dizer que essas pesquisas sejam menos confiáveis ou menos “científicas” que as realizadas pelas áreas biomédica ou exatas. Sendo assim, as pesquisas científicas realizadas dentro do campo da educação envolvem múltiplos elementos que podem ser quantificáveis ou não, envolvendo sujeitos ou não, mas que são, mesmo que de naturezas diversas, passíveis de serem analisados à luz da ciência. Basta, para tanto, que seja seguido o procedimento exigido.

Outro ponto importante está relacionado à ética na pesquisa. Para aquelas realizadas pelas ciências biomédicas, por exemplo, as exigências para submissão ao comitê de ética são claramente definidas. Em se tratando das pesquisas desenvolvidas pelas ciências humanas, o cuidado ético também precisa estar presente em todo o processo, mesmo quando não se tenha o sujeito como objeto central da investigação.

Dessa forma, embora o objeto dessa pesquisa não trabalhe com sujeitos, o contexto no qual está inserida, uma instituição de ensino e suas múltiplas relações, exige cuidados éticos como em qualquer outro tipo de pesquisa.

## 2.1. Caracterização da pesquisa

O objeto de análise da pesquisa será a Extensão no âmbito do IFPB/campus João Pessoa, tendo como base os indicadores das ações extensionistas que indicam sustentabilidade social em projetos de extensão desenvolvidos durante o período de 2014 a 2021 e que estão agrupados da seguinte forma: Projetos, Núcleos e Empreendimentos. Será estabelecido um limite temporal relativo ao ano de 2021, uma vez que os dados dos indicadores sofrerão atualizações em decorrência das ações que ainda estão em curso, sendo, portanto, necessário estabelecer uma data limite para coleta das informações para análise. Para a análise dos projetos, será considerado o intervalo de tempo de 2017 a 2019, de forma a ter uma amostra significativa de projetos a serem analisados. A partir da leitura dos dados, serão identificados, dentro dos três grupos (projetos, núcleos e empreendimentos) qual a concepção de sustentabilidade predominou no IFPB/campus João Pessoa e como as ações extensionistas promoveram sustentabilidade no âmbito social, segundo a discussão teórica apresentada no trabalho.

Em termos de método de pesquisa, pode ser classificada como estruturalista. Segundo a definição apresentada por Triviños (1987, p. 81), “O estruturalismo é uma abordagem científica que pretende descobrir a estrutura do fenômeno, penetrar em sua essência para determinar as suas ligações determinantes”. Para o autor, dentro da estrutura em que se encontra o objeto, existem elementos que se relacionam e formam um sistema, ou seja, os elementos presentes na estrutura não são isolados e, por isso, em se tratando de pesquisa científica sobre fenômenos sociais, não se pode dispensar o olhar holístico:

A estrutura é própria de todos os fenômenos, coisas, objetos e sistemas que existem na realidade. É uma forma interior que caracteriza a existência do objeto. Ela preserva a unidade que peculiariza a coisa através das



conexões estáveis que se estabelecem entre os diferentes elementos que a constituem. Todos os objetos materiais» manifestam grande quantidade de relações, de ligações internas e externas. O sistema social apresenta diferentes tipos de estruturas: social, econômica, educacional etc. Cada estrutura pode ser estudada separadamente. Mas, evidentemente, a investigação científica não pode prescindir da visão de todo o sistema, do corpo que analisa, em sua totalidade (TRIVIÑOS, 1987, p. 80).

Dessa forma, a presente pesquisa levará em consideração as relações estabelecidas entre os elementos presentes nas discussões teóricas acerca da extensão e dos conceitos de sustentabilidade que serão apresentados, buscando compreendê-los enquanto partes intercambiáveis de um sistema.

Em relação à abordagem, será uma pesquisa qualitativa, apoiada em dados quantitativos, uma vez que pretende considerar aspectos, em sua maioria, de caráter qualitativo, mas também quantitativa, já que o problema da pesquisa pede informações em termos numéricos. Segundo Gil (2008, p. 178), ao se referir à abordagem qualitativa da pesquisa, ele afirma que “o que se procura na interpretação é a obtenção de um sentido mais amplo para os dados analisados, o que se faz mediante sua ligação com conhecimentos disponíveis, derivados principalmente de teorias”.

Quanto ao procedimento da pesquisa, será documental porque se pautará nas informações contidas em documentos institucionais e, também, normas de aplicação no âmbito geral da educação brasileira. Os principais documentos serão os seguintes: Plano Nacional de Extensão Universitária; Política Nacional de Extensão Universitária; Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira; Política de Extensão da Rede Federal de Ensino; Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/IFPB; Política de Extensão do IFPB.

Em relação ao tipo, pode ser classificada como bibliográfica, uma vez que se valerá de publicações diversas sobre a temática em questão. Segundo Gil (2008): “[...] a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto” (GIL, 2008, p. 51).

Em relação às fontes bibliográficas, serão utilizados livros; teses e dissertações disponibilizadas pela CAPES, com prioridade para os trabalhos dos últimos cinco anos, mas não apenas esses, já que trabalhos anteriores poderão trazer informações que se aplicam ainda aos dias atuais; artigos científicos publicados por revistas indexadas, assim como os disponíveis em repositório das

instituições de ensino; sites oficiais do governo e demais entidades; leis e documentos oficiais.

No tocante à técnica de análise dos dados da pesquisa, será adotada a análise de conteúdo. De acordo com Franco (2007, p. 12), o ponto de partida para fazer uma análise de conteúdo é a mensagem, independente da forma como se apresenta, considerando entre as formas citadas, a documental.

Ainda sobre esse ponto, Campos (2004) traz o seguinte:

[...] a análise de conteúdo não deve ser extremamente vinculada ao texto ou à técnica, num formalismo excessivo, que prejudique a criatividade e a capacidade intuitiva do pesquisador, por conseguinte, nem tão subjetiva, levando-se a impor as suas próprias ideias ou valores, no qual o texto passe a funcionar meramente como confirmador dessas. Outro ponto importante ainda dentro dos conteúdos, e que esses tendem a serem valorizados à medida que são interpretados, levando-se em consideração o contexto social e histórico sob a qual foram produzidos (CAMPOS, 2004, p. 613).

Em relação às categorias de análise, serão observados, a partir do que foi apresentado na abordagem teórica, aqueles elementos que representam o campo conceitual da sustentabilidade social, segundo os teóricos John Elkington (1994), com o conceito do Tripé da Sustentabilidade (econômico, ambiental e social) e Ignacy Sachs (2004), que considerou outras dimensões, além dessas três apresentadas por Elkington (1994), dando ao Estado parte da responsabilidade pela promoção da sustentabilidade em seu sentido amplo e estrito.

Sobre essa escolha, serão utilizados os critérios semântico e/ou lexical. Por ser um tema cuja discussão conceitual é ampla, a utilização do critério semântico possibilitará um alcance maior na leitura dos dados, já que leva em consideração aspectos interpretativos e que estão além do campo lexical e literal. Segundo Bardin (1977), o processo de categorização pode se dar considerando aspectos semânticos, sintáticos, lexicais e expressivos.

Assim, a partir do referencial teórico a respeito da Extensão e da Sustentabilidade, dos dados coletados e dos procedimentos metodológicos adotados, será possível fazer a leitura das informações relativas às ações de extensão que foram desenvolvidas, situá-las dentro da categoria teórica de análise, que é a dimensão social da sustentabilidade, e fazer a discussão dos resultados encontrados.

## 2.2. Procedimentos metodológicos

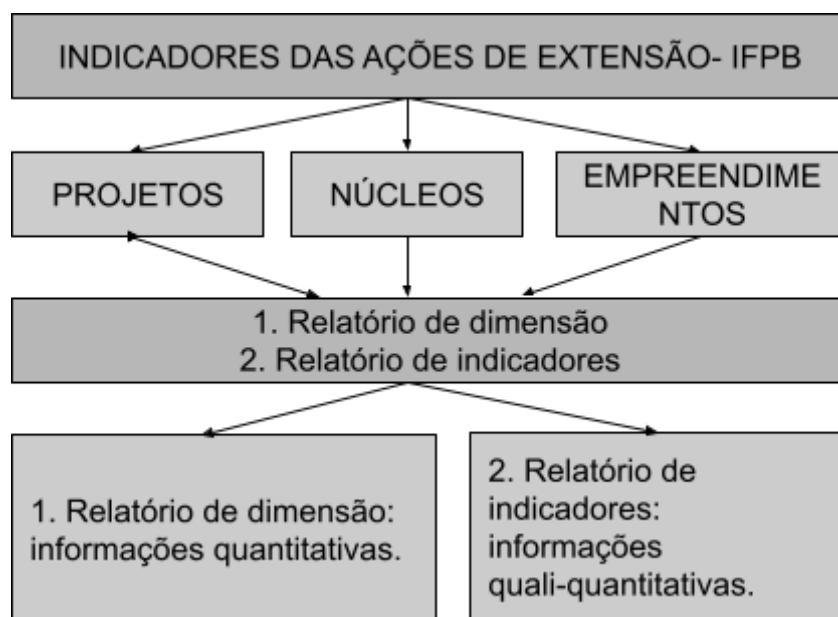
Neste tópico, serão apresentados os procedimentos para coleta dos dados, a definição do recorte temporal e do conteúdo a ser analisado.

As etapas serão as seguintes:

1. Realizar o levantamento dos principais documentos institucionais e nacionais que tratam da Extensão e verificar como a Sustentabilidade Social é apresentada nesses documentos;
2. Realizar o levantamento dos indicadores das ações de extensão referentes aos Projetos, Núcleos e Empreendimentos desenvolvidos pelo IFPB, de 2014 a 2021, e que estão disponíveis na página oficial do IFPB. Para fins de delimitação do recorte temporal e tendo em vista que muitas ações seguiram em andamento ao longo de todo o ano de 2021, foram consideradas as ações que já haviam sido finalizadas até o dia 03 de agosto de 2021, devido o prazo para conclusão e apresentação da pesquisa;
3. Extrair as informações referentes ao quantitativo das ações extensionistas, por área temática, que foram desenvolvidas pelo campus João Pessoa;
4. Apontar o percentual das áreas temáticas classificadas dentro do campo da sustentabilidade social, objetivando verificar como essa dimensão foi trabalhada através das ações de extensão dos Empreendimentos, Projetos e Núcleos;
5. Apresentar a leitura e discussão dos dados, a partir da análise dos projetos desenvolvidos de 2017 a 2019, segundo as discussões teóricas sobre extensão e sustentabilidade social trazidas na pesquisa.

Abaixo, como forma de fazer conhecer a estruturação das informações que estão disponíveis e das quais serão extraídos os dados da pesquisa, serão apresentadas as partes que compõem os Relatórios de Indicadores das Ações de Extensão:

Figura 1 - Informações disponíveis pelos indicadores das ações de extensão do IFPB



Fonte: elaborada pela autora com base na página oficial do IFPB (2021).

Em relação aos Relatórios de Dimensão, os dados consistem em quantitativos acerca dos Projetos, Núcleos e Empreendimentos. As informações disponibilizadas pelos relatórios são as seguintes:

Quadro 1 - Dados dos Relatórios de Dimensão

Tipos	Dados
Projetos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantidade submetidos x aprovados;</li> <li>• Quantidade discentes x área temática;</li> <li>• Quantidade de servidores ativos;</li> <li>• Quantidade de discentes ativos;</li> <li>• Quantidade de participantes por CPF;</li> <li>• Quantidade de servidores ativos por gênero;</li> <li>• Quantidade de discentes ativos por gênero;</li> <li>• Quantidade de coordenadores por gênero.</li> </ul>
Núcleos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantidade de núcleos de extensão.</li> </ul>
Empreendimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantidade de empreendimentos de extensão.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora com base no Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP (2021)<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Disponível em: [RELATÓRIOS — Instituto Federal da Paraíba IFPB](#). Acesso em: 20 ago. 2021.

Já os Relatórios de Indicadores fornecem informações não apenas quantitativas, mas também qualitativas, como é possível identificar abaixo:

Quadro 2 - Dados dos Relatórios de Indicadores

Tipos	Dados
Projetos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ano;</li> <li>• Área temática;</li> <li>• Eixo temático;</li> <li>• Beneficiário previsto;</li> <li>• Beneficiário atendido;</li> <li>• Campus;</li> <li>• Edital;</li> <li>• Membros bolsistas;</li> <li>• Membros voluntários;</li> <li>• Membros discentes;</li> <li>• Membros da equipe;</li> <li>• Membros bolsistas x voluntários.</li> </ul>
Núcleos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Área temática;</li> <li>• Campus;</li> <li>• Modalidade.</li> </ul>
Empreendimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Área temática;</li> <li>• Campus;</li> <li>• Edital;</li> <li>• Tipo.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora com base no Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP (2021)<sup>2</sup>.

Serão tomados, para análise de dados, os indicadores referentes às Áreas Temáticas dos Relatórios de Indicadores, cujas informações fornecidas, referentes aos Projetos, Núcleos e Empreendimentos do campus João Pessoa, permitem responder ao problema da pesquisa, tomando como sub-recorte as ações desenvolvidas entre 2017 e 2019.

### 2.3. A sustentabilidade como uma categoria teórica de análise

Antes de apresentar o tema Sustentabilidade, que é, junto com a Extensão, parte central da pesquisa, é necessário situar a discussão dentro do contexto do qual o IFPB faz parte, que é o sistema de educação superior.

<sup>2</sup> Disponível em: [RELATÓRIOS — Instituto Federal da Paraíba IFPB](#). Acesso em: 20 ago. 2021.

A relevância dos debates a respeito das questões ligadas ao tema sustentabilidade, em todas as suas dimensões, tem exigido que as instituições, sejam públicas ou privadas, tomem ações efetivas para o alcance de modelos sustentáveis de desenvolvimento.

Em se tratando das Instituições de Ensino Superior - IES, em especial as públicas, por desempenharem um papel social diante das demandas da sociedade, são instrumentos importantes na promoção de debates e criação de políticas públicas para a sustentabilidade em todas as suas vertentes.

Um ponto importante a ser citado é sobre a associação da temática, pelo senso comum, a apenas o aspecto ambiental. Porém, esse aspecto é um dos componentes basilares da sustentabilidade, somando-se às dimensões social e econômica das quais se originam outras. Assim, as IES não podem ficar restritas aos fatores ligados apenas às questões de ordem ambiental, mas entender as diversas relações e resultados que se originam desses três elementos básicos e construir o planejamento de suas ações a partir de um entendimento mais amplo.

A preocupação em inserir esses debates nos espaços educacionais foi fruto das conferências realizadas por iniciativa das Nações Unidas. Havia o entendimento de que é através da educação, formal ou informal, que o pensamento crítico é construído e, por isso, deve ser um espaço de debate garantido.

Sobre a importância da atuação das IES no processo de construção de uma sociedade mais sustentável, Jacobi, Raufflet e Arruda (2011) trazem o seguinte:

As instituições de ensino superior não estão apenas educando as futuras gerações para tomadores de decisão, tais instituições têm papel importante na trajetória para um futuro global mais sustentável. Tal papel é exercido por meio de três componentes: 1. os espaços de formação, intercâmbio e educação; 2. os espaços de pesquisa e geração de ideias; e 3 as organizações per se, com orçamentos e processos de tomada de decisão. (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011, p. 28).

Esse papel formativo que as IES exercem é fundamental para a construção do pensamento crítico de todos os envolvidos. Não se pode pensar apenas na formação do estudante, mas de toda a comunidade acadêmica que, direta ou indiretamente, está envolvida e é afetada pelo desenvolvimento e compartilhamento de saberes, tornando-se, todos, agentes multiplicadores de ideias e ações transformadoras. Por isso a importância de incluir, de maneira formal, o debate acerca da sustentabilidade em todo o espaço de ensino superior, de maneira a

fomentar a necessidade, em todos os níveis (local, regional, nacional e internacional), de se discutir e agir em prol de uma sociedade sustentável, que minimize os efeitos danosos que já existem e dê garantias às gerações futuras.

Ainda de acordo com Jacobi, Raufflet e Arruda (2011), existem desafios para que as IES promovam uma educação para a sustentabilidade:

No entanto, a promoção da sustentabilidade na educação superior tem se confrontado com alguns desafios. Um primeiro mostra que a experiência internacional revela que a maioria das instituições de ensino superior tem obtido um enfoque fragmentado para a sustentabilidade, com foco em iniciativas de “esverdeamento” do campus ou de adicionar conteúdo a uma parte específica do currículo (SPRINGETT; KEARINS, 2005; STARIK; RANDE, 2009; RAUFFLET; DUPRÉ; BLANCHARD, 2009), e que as universidades têm permanecido em grande parte como organizações “que conhecem”, em vez de organizações que “aprendem” (TILBURY, 2004) (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011, p. 32-33).

A inserção da temática, por parte dessas instituições, sem a visão holística e aprofundada dos seus efeitos, gera resultados isolados e com repercussão menor do que poderia alcançar, caso desenvolvessem discussões e ações com o envolvimento sistemático de atores, formas de trabalho, interconexão de disciplinas e conteúdos que sejam discutidos, considerando os contextos diversos e envolvendo, igualmente, o ensino, a pesquisa e a extensão. Sobre esse pontos, Lara (2012) afirma:

Através da integração dos três eixos da universidade, a construção de uma nova consciência, preocupada com a intervenção humana no meio ambiente e as consequentes problemáticas decorrentes da mesma, é possível despertar a vontade de agir e buscar novos métodos profissionais, novas formas de gerenciar organizações, explorar o ambiente, enfim, novas práticas que visem desenvolver a economia e a sociedade, sem que o meio ambiente carregue o fardo de equilibrar o consumo desordenado da sociedade (LARA, 2012, p. 1650-1651).

Trata-se, portanto, da busca por um agir consciente da necessidade de novas práticas que estejam alicerçadas na preservação e conservação do que ainda existe e na busca por planejamento para o futuro.

Para contribuir com os debates e pesquisas sobre gestão e políticas do ensino superior, foi criado o Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, do qual o Brasil faz parte. Realiza, anualmente, conferências para tratar de temas relevantes para o ensino superior.

Dentre os quatro eixos temáticos trabalhados pelo Fórum, um deles é destinado a tratar sobre a sustentabilidade no ensino superior (os outros três são: Formação e Inovação Pedagógica, Qualidade no Ensino Superior e Educação Superior em Contextos Emergentes<sup>3</sup>), buscando discutir estratégias para a institucionalização e formação da sociedade. Isso demonstra a necessidade de se pensar em políticas institucionais voltadas à implementação de ações em prol da sustentabilidade, tanto do ponto de vista das práticas internas das instituições, com a incorporação da temática em seu agir cotidiano, quanto ao que se refere às ações externas, a partir da atuação junto à sociedade. De acordo com Silva e Bizerril (2021),

As IES possuem grande potencial para serem agentes de mudança na sociedade e desempenharem papéis de liderança rumo à criação de um mundo mais sustentável. Entretanto, para que isso se torne realidade, é essencial que os discursos das IES sejam condizentes com suas práticas. Ou seja, é necessário que ocorram mudanças sistemáticas em todas as estruturas das IES (SILVA; BIZERRIL, 2021, p. 143).

De fato, o alinhamento entre discurso e prática é fundamental para que o tema não seja tratado sob o enfoque do mero dever de o fazer, esvaziado de sentido e resultados concretos. Ainda segundo Silva e Bizerril (2021):

Trata-se de um processo de engajamento institucional, de mobilização coletiva, que envolve pesquisas interdisciplinares e transdisciplinares, diálogo e atuação com e nas comunidades do território de abrangência da IES, na perspectiva da sustentabilidade (SILVA; BIZERRIL, 2021, p.146).

Percebe-se, dessa forma, que é um processo de construção que envolve múltiplos atores e elementos, partindo, primeiramente, da formação sobre o tema e seus impactos dentro e fora das instituições.

Nem sempre a ocorrência do tema sustentabilidade vem nomeada de forma explícita, com a utilização da palavra “sustentabilidade”, mas traz a ideia da prática segundo os conceitos que são trabalhados por teóricos da área ou presentes em documentos gerais ou institucionais. A exemplo, no texto da LDB, alguns Artigos tratam da temática do ponto de vista conceitual. Assim, tem-se os seguintes exemplos:

---

<sup>3</sup> Disponível em: [Academia FORGES](#). Acesso em: 03 abr. 2022.



ART. 1. [...]

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao **mundo do trabalho** e à **prática social**.

[...]

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas **características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos**. ([Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013](#))

[...]

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao **interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática**;

[...]

Art. 32.

[...]

II - a compreensão do **ambiente natural e social, do sistema político**, da tecnologia, das artes e dos **valores em que se fundamenta a sociedade** (BRASIL, 1996, grifo nosso).

A partir dos exemplos acima, é possível perceber a presença da preocupação com os fatores não apenas ambientais, mas também sociais, políticos, culturais, democráticos e outros que são partes integrantes das discussões a respeito da construção de um país mais sustentável. Todos esses elementos precisam estar articulados em todos os níveis da educação, pois é através deles que a formação integral do cidadão será possível.

Em se tratando de legislação educacional brasileira específica sobre Sustentabilidade, foi publicada a Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999, denominada Política Nacional de Educação Ambiental, orientando a instituir a educação ambiental no sistema educacional brasileiro, em todos os níveis, como estabelece o Art. 3º, Inciso I:

I - ao Poder Público, nos termos dos [arts. 205](#) e [225 da Constituição Federal](#), definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente (BRASIL, 1999).

Assim como o texto da LDB traz as outras dimensões da sustentabilidade, a Política Nacional de Educação Ambiental também apresenta outras dimensões para além da ambiental, na qual está centrada. Dentre os princípios básicos, encontram-se referências a múltiplos aspectos, como demonstram as seguintes

expressões: “enfoque humanista, holístico, democrático e participativo”; “interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade”; “vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais”; “abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais”; “reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural” (BRASIL, 1999).

Nota-se a presença dos elementos componentes das três bases da sustentabilidade: a social, a ambiental e a econômica. E não apenas de forma isolada, mas através de relações que produzem ramificações e ampliam o alcance dos debates e ações. O enfoque humanista é essencial, uma vez que perpassa todas as outras questões relacionadas ao desenvolvimento da sociedade.

Como afirma a Política em pauta, a interdependência entre a natureza, a sociedade e a economia é um princípio básico pelo qual a educação deve se guiar, tanto na educação formal quanto na não-formal e em todos os níveis. Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental (1999):

#### Da Educação Ambiental no Ensino Formal

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

[...]

II - educação superior;

[...]

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal (BRASIL, 1999).

Como visto, há referência explícita para a incorporação do tema pelas instituições de educação superior, não só nos cursos de graduação, mas também nos de pós-graduação: “§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica” (BRASIL, 1999).

A inserção se dá por meio da construção dos currículos, possibilitando a garantia de cumprimento dessa exigência, já que passa a ser formalizada por meio do documento.

Além do aspecto formal, existe também a abordagem não-formal que precisa ser trabalhada por parte de todas as instituições de ensino, como afirma a Política

## Nacional de Educação Ambiental (1999):

### Da Educação Ambiental Não-Formal

Art. 13. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente (BRASIL, 1999).

Essa sensibilização deve ser pensada para além dos espaços institucionais, reforçando sempre, junto à coletividade, que os resultados não dependem unicamente da preocupação com o meio ambiente natural, mas do conjunto de relações entre todos os fatores que compõem as esferas da vida, em suas mais variadas formas. Assim, de acordo com o Art. 5º da Política Nacional de Educação Ambiental (1999), tem-se:

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos (BRASIL, 1999).

Fica claro, portanto, que a educação é parte essencial no processo de construção de uma sociedade consciente do seu papel frente à construção do futuro pautado na sustentabilidade, ou seja, que proporcione, às gerações vindouras, a oportunidade de acesso aos recursos essenciais para seu desenvolvimento. Não apenas a preocupação ambiental deve ser pauta de discussão, mas todas as outras dimensões que o conceito de sustentabilidade abarca, pois estão todas interligadas e são interdependentes. E a educação superior pode ser uma aliada enquanto produtora de saberes científicos e instância de debates junto à sociedade.

### 2.3.1. Sustentabilidade: trajetória de debates e ações

O acelerado processo de desenvolvimento que marcou os dois últimos séculos trouxe consigo problemas de várias ordens, principalmente os de ordem social. Com o aumento da relação produção-consumo, a necessidade de matéria prima e de mão de obra era cada vez maior. Os grandes centros econômicos, como Estados Unidos e países europeus, buscavam garantir seus processos produtivos a

partir da exploração das riquezas dos países periféricos. Essa cultura exploratória, baseada na acumulação de capital, persiste até os dias de hoje e influencia diretamente o processo de desenvolvimento dos países. Sobre essa questão, Arencibia (2021) afirma:

Na atualidade, as cadeias globais de valor estruturam o mercado mundial e estabelecem, desde a demanda, as pautas de inserção externa para qualquer país ou território. A fragmentação internacional da produção e as transformações do comércio e as finanças internacionais, impulsionadas pelas cadeias globais de valor (CGV) e a consolidação do modelo global de acumulação (MGA), têm importantes implicações para a competitividade internacional e o desenvolvimento econômico de localidades, regiões e países (ARENIBIA, 2021, tradução nossa)<sup>4</sup>.

E acrescenta:

Os modelos de acumulação capitalista requerem uma série de elementos socioeconômicos para existir, expandir-se e se desenvolver, e criar assim sua própria marca. A situação concreta, em um momento determinado, precisa ser modificada a partir da necessidade sempre insaciável de expandir mercados com o fim de acumular capital. Isto provoca, a nível mundial, uma série de transformações que transcendem as mudanças nos modos de produção. Desta forma, o modo de produção capitalista foi adequando o modelo de acumulação de capital ao longo de décadas, para assegurar sua permanência e, obviamente, a prevalência de sua essência: a maximização de benefícios (ARENIBIA, 2021, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Ou seja, é um modelo que busca sempre a expansão de mercado, adequando seu modo de acumulação de capital de acordo com as demandas presentes. Com isso, os países mais pobres passam a ser fontes de mão de obra barata e de matéria prima, além de mercado consumidor para os bens e serviços produzidos. Os lucros gerados por esse processo são acumulados pelos países que lideram esse processo de produção.

---

<sup>4</sup> Texto original: En la actualidad, las cadenas globales de valor estructuran el mercado mundial y establecen, desde la demanda, las pautas de inserción externa para cualquier país o territorio. La fragmentación internacional de la producción y las transformaciones del comercio y las finanzas internacionales, impulsadas por las cadenas globales de valor (CGV) y la consolidación del modelo global de acumulación (MGA), tienen importantes implicaciones para la competitividad internacional y el desarrollo económico de localidades, regiones y países.

<sup>5</sup> Texto original: Los modelos de acumulación capitalista requieren una serie de elementos socioeconómicos para existir, expandirse y desarrollarse, y crean así su propia impronta. La situación concreta, en un momento determinado, los precisa a modificarse a partir de la necesidad siempre insaciable de expandir mercados con el fin de acumular capital. Esto provoca a nivel mundial, una serie de transformaciones que trascienden los cambios en los modos de producción. De esta forma, el modo de producción capitalista ha ido adecuando el modelo de acumulación de capital a lo largo de décadas, para asegurar su permanencia y, obviamente, la prevalencia de su esencia: la maximización de beneficios.

Os impactos negativos originados a partir desse modelo capitalista são fontes de preocupação e debates por serem determinantes para o futuro do planeta. A relação que se estabelece entre tudo o que existe no planeta é uma relação holística. As sociedades estão situadas num espaço físico que necessita ser preservado para garantir a sua sobrevivência. Por isso a necessidade de discutir e tomar decisões com resultados imediatos e, também, a longo prazo.

Quando se pensa em sustentabilidade, é comum associar o termo apenas às questões ambientais, como já foi citado. Porém, existem outras dimensões que são abarcadas por esse conceito mais amplo, sendo a dimensão social uma delas. Essa busca por uma sociedade sustentável, em todas as suas dimensões, pode ser considerada recente. Após a Segunda Guerra Mundial, ações de autodestruição da humanidade foram amplamente discutidas por muitas nações afetadas direta ou indiretamente pelos inúmeros prejuízos econômicos e, principalmente, humanos. Com o fim da guerra, muitos países se uniram na busca por estratégias de desenvolvimento que fossem baseadas na preservação de direitos básicos. Foi, então, elaborada a Carta das Nações Unidas<sup>6</sup>, em 1945, da qual o Brasil também era signatário.

O primeiro evento importante foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia, em 1972. Essa conferência foi realizada pela Organização das Nações Unidas - ONU, sendo a primeira conferência ambiental global<sup>7</sup>. Durante o encontro, foram levantadas questões sobre o meio ambiente natural e sua necessidade de preservação, assim como a necessidade de se pensar nas questões relacionadas ao homem enquanto ser social e as implicações decorrentes disso. Ao final da Conferência, foi publicado um plano de ação para o Meio Ambiente Humano.

Segundo o site oficial da ONU, um dos objetivos do encontro era a elaboração da declaração cujo conteúdo trouxesse princípios a serem seguidos pelas nações para proteger e preservar o meio ambiente humano. O documento está dividido em duas partes: “A Declaração de Estocolmo consta de um preâmbulo

---

<sup>6</sup> Foi promulgada pelo Brasil através do Decreto N° 19.841, de 22 de outubro de 1945. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D19841.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19841.htm). Acesso em: 19 mai. 2021.

<sup>7</sup> Disponível em: [Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment - Main Page](#). Acesso em: 08 mai. 2021.

que compreende sete proclamações introdutórias e de 26 princípios” (ONU, 2012, p. 4, tradução nossa)<sup>8</sup>. É um documento que sintetiza os pontos essenciais para a construção de uma sociedade sustentável.

Percebe-se, ao longo da declaração, a presença das dimensões econômica, social e ambiental:

Princípio 8

O **desenvolvimento econômico e social** é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favorável e para criar na terra as condições necessárias de melhoria da qualidade de vida.

[...]

Princípio 18

Como parte de sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social deve-se utilizar a ciência e a tecnologia para descobrir, evitar e **combater os riscos que ameaçam o meio ambiente**, para solucionar os problemas ambientais e para o bem comum da humanidade (ONU, 1972, grifo nosso).

Em 1987, foi publicado, pela Comissão Brundtland<sup>9</sup>, o relatório intitulado *Nosso Futuro Comum*, no qual o conceito de desenvolvimento sustentável é apresentado. Segundo o relatório, “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU, 1987)<sup>10</sup>.

Anos mais tarde, em 1992, foi realizada a segunda conferência ambiental global, no Rio de Janeiro: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED). Como resultado desse encontro, foi criada a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, contendo um preâmbulo e 27 princípios, conhecida como Agenda 21. Foi também um plano de ação para que as nações seguissem, de forma a buscar o desenvolvimento, evitando impactos ambientais e, conseqüentemente, danos ao homem.

Questões de ordem social e econômica também estiveram em pauta. Como exemplo, a preocupação com os índices de pobreza apresentados por muitos países e a estrutura econômica internacional. Além disso, orientou também a busca pelo

---

<sup>8</sup> Texto original: “La Declaración de Estocolmo consta de un preámbulo que comprende siete proclamaciones introductorias, y de 26 principios”.

<sup>9</sup> “Em 1983, o Secretário-Geral da ONU convidou a médica [Gro Harlem Brundtland](#), mestre em saúde pública e ex-Primeira Ministra da Noruega, para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento”. Disponível em: [A ONU e o meio ambiente | As Nações Unidas no Brasil](#). Acesso em: 10 mai. 2021.

<sup>10</sup> Disponível em: [A ONU e o meio ambiente | As Nações Unidas no Brasil](#). Acesso em: 10 mai. 2021.

fortalecimento dos seguintes grupos: “mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças e jovens, povos indígenas, comunidade científica, autoridades locais, empresas, indústrias e ONGs – para alcançar o desenvolvimento sustentável” (ONU)<sup>11</sup>. As ações foram pensadas para serem desenvolvidas em todos os níveis: o local, o regional, o nacional e o internacional.

Como desdobramento desse momento e para acompanhar e avaliar as ações, foi realizada a Rio+10, em 2002, na cidade de Joanesburgo - África do Sul. Evento conhecido como Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Dez anos mais tarde, 2012, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Foi também um momento para se avaliar as ações propostas nos últimos documentos e reforçar a necessidade do comprometimento, por parte de todos, para que as questões sobre um mundo sustentável sejam colocadas como prioridade.

Por último, em 2015, foi lançado o documento de nome 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, ou Agenda 2030, devido ao prazo estabelecido para cumprimento das metas, que é até 2030. O quadro abaixo traz os 17 objetivos propostos pela agenda.

**Quadro 3 - 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**

Objetivo 1	Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares.
Objetivo 2	Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
Objetivo 3	Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
Objetivo 4	Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
Objetivo 5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
Objetivo 6	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.
Objetivo 7	Garantir o acesso a fontes de energia viáveis, sustentáveis e modernas para todos.
Objetivo 8	Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.

<sup>11</sup> Disponível em: [A ONU e o meio ambiente | As Nações Unidas no Brasil](#). Acesso em: 10 mai. 2021.

Objetivo 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
Objetivo 10	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países,
Objetivo 11	Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.
Objetivo 12	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.
Objetivo 13	Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos.
Objetivo 14	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
Objetivo 15	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade.
Objetivo 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.
Objetivo 17	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: elaborado pela autora com base na página oficial das Nações Unidas Brasil (2021).

Após esse breve apanhado histórico, serão trazidas as contribuições de autores da área, assim como trabalhos acadêmicos para fundamentar a discussão teórica.

### 2.3.2. Sustentabilidade e sua dimensão social

Neste tópico, serão apresentadas algumas contribuições teóricas de autores como John Elkington e Ignacy Sachs, que apresentam conceitos e os discutem de maneira a facilitar a compreensão do que significa o termo sustentabilidade, sua complexidade e sua importância, para, a partir daí, analisar as ações desenvolvidas pelo IFPB e alinhadas às práticas de construção de uma sociedade mais sustentável.

A primeira contribuição que será apresentada é a proposta por John Elkington, que criou, em 1994, o termo *Triple Bottom Line* (Tripé da sustentabilidade), sobre as bases que fundamentam o conceito de sustentabilidade, que são: ambiental, social e econômico. Segundo o autor, “Sustentabilidade é o

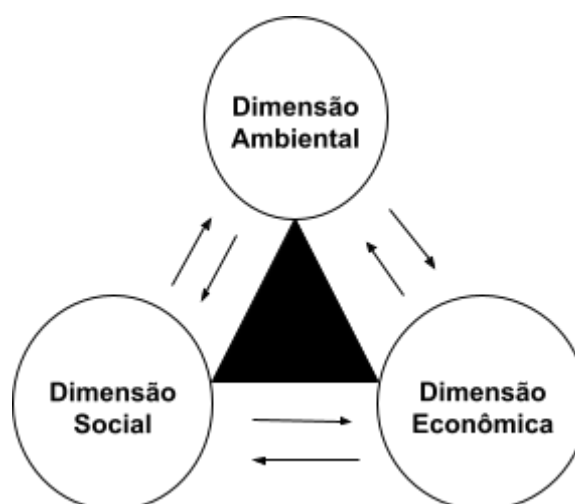


princípio que assegura que nossas ações de hoje não limitarão a gama de opções econômicas, sociais e ambientais disponíveis para as futuras gerações” (ELKINGTON, 2012, p. 79).

As três dimensões apresentadas estabelecem uma relação de interconexão, não sendo, por isso, analisadas de forma isolada. Por existir essa relação entre as três, mesmo definindo cada uma delas de modo a elencar os aspectos mais representativos para cada uma, vai haver sempre uma ligação com as ações/decisões das demais. Não é um conceito estanque, principalmente por se tratar de aspectos dinâmicos, uma vez que a sociedade está em constante transformação.

A figura abaixo representa a ideia do tripé definida por John Elkington (2012):

**Figura 2** - Dimensões da Sustentabilidade segundo John Elkington



Fonte: elaborado pela autora com base em John Elkington (2012).

De acordo com Elkington (2012), é preciso buscar o equilíbrio entre as três dimensões. Não se pode pensar em sustentabilidade agindo apenas em uma das pontas. As ações tomadas em um polo interferem diretamente nos demais.

O pensamento em torno da sustentabilidade está voltado para o futuro, porém com ações a partir do presente. É um processo de construção com resultados a longo prazo. No prefácio da edição brasileira (2012) do seu livro *Sustentabilidade, Canibais com garfo e faca*, Elkington diz que foi o livro no qual ele introduziu o

conceito dos três pilares de negócios sustentáveis e que o país (Brasil) parecia estar interessado pela temática.

Embora a obra tenha sido pensada para aplicação direta pelo meio empresarial, outros setores, como o público, por exemplo, também podem fazer uso dos conceitos trazidos, já que a atuação dos entes públicos se situa diante das demandas sociais a eles apresentadas.

No caso do segmento empresarial, a justiça social não recebia a mesma atenção que era dada aos aspectos econômico e ambiental. Segundo ele, “Cada vez mais, estamos pensando em termos de ‘três pilares’, com enfoque na prosperidade econômica, na qualidade ambiental e no elemento ao qual as empresas tendem a fazer vistas grossas, a justiça social” (ELKINGTON, 2012, p. 47).

Outro aspecto destacado por ele foi em relação ao futuro dentro do cenário da globalização, responsável por promover mudanças significativas em todos os setores da sociedade. A eliminação de barreiras entre os países, o incentivo ao consumo, a busca incessante pelo desenvolvimento de tecnologias para suprir as necessidades do mercado, a produção cada vez maior e todos os outros desdobramentos decorrentes desses fatores, provocam danos à natureza, à economia e à sociedade. Para Elkington (2012), “A globalização tem dimensões econômicas, sociais e ambientais. Mas a ideia de que o desenvolvimento sustentável tenha uma dimensão social é ainda controversa. Isso é preocupante.” e acrescenta que a visão empresarial estava mais voltada para a “criação de valor econômico, e não de valores sociais e éticos” (ELKINGTON, 2012, p. 56-57).

De acordo com Gibelato (2016), o conceito de sustentabilidade social trazida por Elkington pode ser assim definida:

[...] a sustentabilidade social, apesar de possuir uma infinidade de possibilidades de discussões, privilegiaria, sob o ponto de vista do autor, as questões referentes à pobreza e à miséria, que podem ser combatidas a partir do crescimento e desenvolvimento econômico, com geração de postos de trabalho nos países periféricos (GIBELATO, 2016, p. 38).

Os índices relativos à pobreza e à miséria nos países da periferia econômica são cada vez maiores. De fato, a economia é fator primordial para minimizar o crescimento desses índices. A geração de trabalho e renda permite ao cidadão acesso aos meios pelos quais ele pode se desenvolver enquanto ser social.

Importante frisar que não é apenas a garantia de postos de trabalho que será suficiente, mas condições adequadas e justas, desde o ambiente onde exerce o ofício até as garantias trabalhistas que devem ser asseguradas a todos.

Analisando todos esses aspectos, é imperativo que sejam desenvolvidas formas de medir os impactos sofridos pelo planeta e pela sociedade para que se criem indicadores e, a partir deles, sejam tomadas decisões mais efetivas. Elkington (2012) afirma que técnicas estão sendo desenvolvidas com esse propósito e, a partir delas, serão medidos os efeitos provocados pelas tecnologias, pelos produtos e serviços nas três dimensões.

De forma geral, a sustentabilidade social busca a sociedade do bem-estar, que é resultado de investimento na área de educação, no acesso à saúde, na valorização das diversas manifestações culturais, no incentivo à participação da população nas decisões políticas em todos os níveis, e todos os outros aspectos que estão diretamente ligados ao fortalecimento da justiça social.

Outro autor que discute a sustentabilidade é Ignacy Sachs. Segundo Sartori, Latrônico e Campos (2014), Ignacy Sachs trouxe um conceito mais abrangente de sustentabilidade, elencando oito tipos, que são: social, econômica, ecológica, espacial, territorial, cultural, política nacional e política internacional. É uma visão mais abrangente que o modelo para empresas, de John Elkington.

Em uma de suas reflexões sobre sustentabilidade, Sachs (2004) afirma:

A sustentabilidade no tempo das civilizações humanas vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer um bom uso da natureza. É por isso que falamos em desenvolvimento sustentável. A rigor, a adjetivação deveria ser desdobrada em socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo (SACHS, 2004, p. 214).

Para se ter uma sociedade incluyente, é preciso que sejam desenvolvidas ações que promovam uma justa distribuição de renda. A disparidade entre aqueles que detêm uma renda alta e aqueles de baixa ou nenhuma renda, é uma realidade em muitos países. Essa concentração de renda promove sérios abismos sociais.

Para ele, é preciso repensar o Estado desenvolvimentista, uma vez que os exemplos de modelos adotados no século XX não eram baseados na ideia de “desenvolvimento socialmente inclusivo” nem “benigno do ponto de vista ambiental” e acrescenta:

Repensar o Estado desenvolvimentista implica uma análise aprofundada dos principais paradigmas que competiram ou se sucederam durante a segunda metade do século XX, antes de fracassarem, uns após outros: o socialismo real, o capitalismo reformado dos Trinta Gloriosos, a contrarreforma neoliberal, o crescimento socialmente perverso do “milagre brasileiro”, a socialdemocracia europeia enredada, como já foi dito, no oxímoro “sim à economia de mercado, não à sociedade de mercado” (SACHS, 2010, p. 32-33).

Ainda segundo o autor: “O mercado, como não me canso de dizer, é por natureza míope e insensível tanto ao social quanto ao ecológico” (SACHS, 2010, p. 32). De fato, as leis de mercado se baseiam na obtenção de lucros através de sua expansão cada vez maior. Isso implica em deixar de lado fatores essenciais como o social e o ambiental, por exemplo. Ainda segundo o autor, ele traz o exemplo do crescimento econômico que ocorreu no Brasil durante a ditadura militar, mas que gerou um quadro de aprofundamento das desigualdades sociais no país:

Penso que esse paradigma profundamente perverso em termos sociais, e por isso indesejável, acabará por implodir, vítima das tensões políticas que provoca e que o levarão a se afundar no autoritarismo e depois a interromper essa escalada. (SACHS, 2010, p. 36)

Outro ponto presente na sua discussão é em relação ao papel da política diante desse cenário de questões e decisões complexas. Uma forma de auxiliar as decisões políticas é fazer uma comparação entre como se deu a trajetória de desenvolvimento entre diferentes países, analisando quais foram bons ou não. A partir do comparativo, é possível ter subsídios para fazer debates e tomar decisões mais acertadas. Para Sachs (2010),

A análise comparativa das trajetórias do desenvolvimento-mau desenvolvimento dos diferentes países é chamada a se transformar em um poderoso instrumento de pedagogia política, balizando o campo dos debates sobre os projetos nacionais ( SACHS, 2010, p. 38).

Para finalizar a discussão em torno das ideias desse autor e, também, como forma de reforçar o papel das entidades que desenvolvem ciência e promovem discussões em torno dos problemas da sociedade, Sachs (2010) afirma:

Não digo que a teoria do desenvolvimento forneça respostas prontas, uma espécie de prêt-à-penser. Ao contrário, digo e repito: as ciências sociais, em particular no campo que aqui nos interessa, têm antes de tudo um papel

heurístico. Servem para fazer as perguntas certas, para alimentar o debate de sociedade. As respostas, de seu lado, vêm da práxis política (SACHS, 2010, p. 37).

Como se vê, fomentar debates sobre esses pontos cruciais para o desenvolvimento da sociedade é uma prática que precisa estar presente dentro e fora dos espaços acadêmicos. É o meio pelo qual a formação política dos cidadãos é alcançada e as mudanças de curto, médio e longo prazos podem ser efetivadas.

Outras contribuições para o debate em questão podem ser vistas como, por exemplo, a de Nascimento (2012), que discute a divisão clássica da sustentabilidade, pautada nas três dimensões básicas - ambiental, econômica e social. Segundo o autor, “[...] a sustentabilidade, em sua essência, não deve ter apenas “três folhas”, mas cinco. Tendo como linha transversal a ética solidária com os excluídos de hoje para que não haja excluídos amanhã” (NASCIMENTO, 2012, p. 57). As “três folhas” a que ele se refere são as três dimensões clássicas: ambiental, econômica e social. Além dessas, ele sugere duas outras, a saber: a política e a cultural.

Em relação à dimensão política, Nascimento (2012) traz:

A consequência do esquecimento da dimensão da política é uma despolíticação do DS, como se contradições e conflitos de interesse não existissem mais. Como se a política não fosse necessária no processo de mudanças. Como se as formas de exploração violenta não fossem mais importantes, e a equidade social fosse construída por um simples diálogo entre organizações governamentais e multilaterais, com assessoria da sociedade civil e participação ativa do empresariado (NASCIMENTO, 2012, p. 56).

A outra dimensão discutida por Nascimento (2012) é a dimensão cultural. segundo o autor:

Outro aspecto olvidado na definição do DS em três dimensões é a cultura. Ora, não será possível haver mudança no padrão de consumo e no estilo de vida se não ocorrer uma mudança de valores e comportamentos; uma sublimação do valor ter mais para o valor ter melhor; se a noção de felicidade não se deslocar do consumir para o usufruir; se não se verificar a transferência da instantaneidade da moda para a durabilidade do produto; se não tivermos pressões para a adoção e valorização, por exemplo, do transporte público e, se possível, para o melhor transporte, o não transporte (NASCIMENTO, 2012, p. 57).

Os padrões de comportamento, pautados em consumir em excesso para responder às exigências da atual sociedade capitalista, são um agravante no

processo de mudança. Mudar padrões culturais é algo difícil e demorado, dada a forma como se constroem, tornando-se comportamentos arraigados.

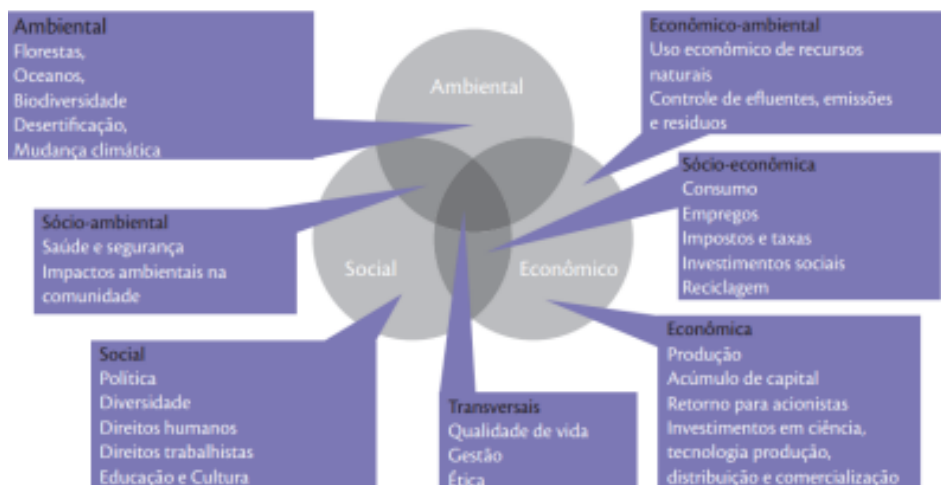
No tocante à dimensão social, Nascimento (2012) traz:

A terceira e última dimensão é a social. Uma sociedade sustentável supõe que todos os cidadãos tenham o mínimo necessário para uma vida digna e que ninguém absorva bens, recursos naturais e energéticos que sejam prejudiciais a outros. Isso significa erradicar a pobreza e definir o padrão de desigualdade aceitável, delimitando limites mínimos e máximos de acesso a bens materiais. Em resumo, implantar a velha e desejável justiça social. (NASCIMENTO, 2012, p. 56)

Percebe-se a importância da promoção da justiça social como essencial para construir uma sociedade sustentável. A própria consciência política, que é necessária para os processos de mudança na sociedade, depende desse acesso a bens e serviços básicos, como a educação, por exemplo. Um cidadão, cujo direito à educação lhe é negado, não terá, provavelmente, um nível de formação política que o faça perceber os contextos nos quais está inserido, os problemas sociais e os responsáveis por resolvê-los. Assim, as chances da perpetuação das demandas sociais tendem a aumentar.

Viu-se, até aqui, formas diferentes de conceituação e classificação da sustentabilidade, o que reforça seu caráter amplo e complexo. A partir da figura abaixo, criada por Almeida (2012), com base nos debates e documentos da conferência Rio+20, é possível perceber interfaces e conexões entre as dimensões existentes. São conceitos que se complementam e que estabelecem relações entre si.

Figura 3 - As três dimensões do desenvolvimento sustentável



Fonte: Almeida (2012, p. 121).

Percebe-se, assim, que as três dimensões estão interligadas e formando um todo relacional, resultando em combinações entre os fatores ambientais e sociais (socioambientais), sociais e econômicos (socioeconômicos), econômicos e ambientais (econômico-ambiental) e, por fim, a intersecção entre os três pilares, gerando, como está definido na figura, questões transversais.

Como o foco da pesquisa está na dimensão social da sustentabilidade, merece destaque para os pontos elencados como pertencentes a essa dimensão, assim como sua relação com as demais. Como se vê, a sustentabilidade social está voltada a discutir questões que envolvem “Política, Diversidade, Direitos Humanos, Direitos Trabalhistas, Educação e Cultura”. Além desses, outras questões que estão combinadas com as demais dimensões, como é o caso da “Saúde e segurança e Impactos ambientais na comunidade”, os chamados de fatores socioambientais; “Consumo, Emprego, Taxas e Impostos, Investimentos sociais e Reciclagem”, os fatores socioeconômicos e, por últimos, os relacionados à “Qualidade de vida, Gestão e Ética”, que são fatores transversais às três dimensões basilares da sustentabilidade.

Diante das discussões apresentadas, como problematizar o papel que as instituições públicas de educação superior exercem no processo de construção de uma sociedade mais sustentável socialmente? É por meio da educação que se constrói o pensamento crítico dos cidadãos, fazendo-os refletir sobre sua condição enquanto seres sociais e políticos.

Ter uma formação política sólida possibilita a percepção dos problemas presentes na sociedade e isso se torna um instrumento na busca por resolução. Por isso é necessário valorizar os espaços educativos, sejam eles institucionais ou não, pois o processo formativo se dá de diversas maneiras, sendo fundamental para que se alcancem resultados mais concretos e com poder de transformação da realidade. Importante destacar que esse processo é dialógico e, embora as instituições de ensino se pautem na construção de saberes que são construídos à luz da ciência, elas não podem desconsiderar a validade dos saberes populares.

### 2.3.3. A Extensão como aliada da Sustentabilidade

Não se pode pensar o fazer extensionista desconsiderando o lugar da dialogicidade. Defensor dessa ideia, Paulo Freire escreveu um ensaio intitulado *Extensão ou Comunicação?*. Nessa obra, ele faz uma crítica à prática da extensão que era baseada no mero repasse de conhecimento/informação, considerando as comunidades como repositórios dos saberes acadêmicos. Da mesma forma, para se construir hoje um espaço de reflexão e ação junto às comunidades, é necessário desenvolver as práticas a partir do compartilhamento de saberes.

Ainda segundo Paulo Freire (1983, p. 46), “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Freire (2001) acrescenta:

[..] a prática educativa é uma dimensão necessária da prática social, como a prática produtiva, a cultural, a religiosa, etc.  
Enquanto prática social a prática educativa, em sua riqueza, em sua complexidade, é fenômeno típico da existência, por isso mesmo fenômeno exclusivamente humano (FREIRE, 2001, p. 34).

Fica evidente que a educação se consolida através dos contatos estabelecidos. A troca de conhecimentos entre os sujeitos envolvidos se dá por intermédio do processo comunicativo. Por isso, a extensão como ação do campo educativo precisa estar sempre pautada na troca, compartilhando aquilo que a instituição produz e abrindo espaço para “abraçar” os saberes populares.



Em se tratando, especificamente, da relação entre extensão e ações de sustentabilidade por parte das instituições de ensino, Lara (2012) afirma que:

O ponto central é que, na extensão, encontra-se um caráter prático, ativo e dinâmico nas discussões e medidas sustentáveis por parte dos docentes e discentes, agindo em conjunto com a comunidade do entorno. Dessa forma, a multiplicação do pensamento verde vai ganhando força e a própria sociedade começa a exercer pressões para a criação de novos produtos e serviços que levem em conta os danos ambientais causados durante todo o seu ciclo de vida (LARA, 2012, p. 1650).

Percebe-se a centralidade das discussões em torno das questões ambientais. É o que acontece com o senso comum. O termo sustentabilidade é comumente associado apenas ao aspecto ambiental, negligenciando as outras dimensões. Por isso é tão importante que a formação humana, tanto dos pertencentes às instituições de ensino quanto dos que estão fora dela, seja baseada na compreensão dos múltiplos fatores presentes quando o assunto é sustentabilidade.

É através da formação humana que se pode alcançar mudanças de padrões de comportamentos, podendo o indivíduo, de forma consciente, fazer escolhas menos nocivas para ele e para a coletividade. Dessa forma, as sociedades poderão se desenvolver de maneira mais saudável econômica, ambiental e socialmente.

Para Nascimento (2012), é preciso, também, que haja uma reforma intelectual e moral, de forma que novos padrões de vida sejam incorporados pela sociedade. Segundo o autor:

O desenvolvimento sustentável, aparentemente, supõe uma reforma intelectual e moral, para usar a velha expressão de Gramsci (1975), de maneira a acolher e estimular a adoção de novas tecnologias e novas formas de viver (NASCIMENTO, 2012, p. 57).

As decisões institucionais, sejam elas públicas ou privadas, precisam levar sempre em consideração o aspecto moral e ético. A busca pela modernização das sociedades não deve prescindir da análise e reflexão dos seus efeitos a posteriori. É preciso pensar em alternativas que sejam aliadas ao desenvolvimento sem comprometer tudo aquilo que garante a manutenção das diversas formas de vida.

Existe a discussão em torno da dualidade presente no processo de desenvolvimento, sendo considerado como positivo, em certos pontos, e negativo em outros. Sobre essa dualidade, Jacobi e Giatti (2015) trazem:

Em sentido genérico, o desenvolvimento como almejado no projeto da modernidade, pode ser compreendido, simultaneamente, como positivo e negativo. Mesmo sendo algo perseguido arduamente pelas nações e pela sociedade global, o desenvolvimento se configura como antiético. Em sua perspectiva de padronizar o mundo pelo viés da ocidentalização, em suas consequências de periferização de pobreza e em toda a gama de efeitos colaterais e riscos que se constatam, a ideia de desenvolvimento pode ser entendida ainda como uma concepção subdesenvolvida (JACOBI; GIATTI, 2015).

Essa dualidade positivo-negativo, que acompanha a discussão, decorre da complexidade dos fatores envolvidos e quais são, de fato, as prioridades definidas na agenda de desenvolvimento. Como já foi visto, o termo “sustentabilidade” possui ramificações, que são suas dimensões.

Para finalizar, será vista a relação entre sustentabilidade e inclusão social, uma vez que, quanto mais uma sociedade se desenvolve de forma sustentável socialmente, mais grupos sociais excluídos têm a oportunidade de serem (re)inseridos nos espaços da sociedade que a eles foram negados. Sobre isso, Ribeiro (2006) afirma:

Se considerarmos que os processos de exclusão social são inerentes à lógica do modo de produção capitalista, veremos que as políticas de inclusão e/ou inserção social são estratégias para integrar os objetos - os excluídos - ao sistema social que os exclui e, ao mesmo tempo, de manter sob controle as tensões sociais que decorrem do desemprego e da exploração do trabalho, móveis da exclusão social (RIBEIRO, 2006, p. 159).

Vê-se, mais uma vez, que é a busca pelo acúmulo de capital que forja uma sociedade de excluídos. A alta concentração de renda, fruto do sistema capitalista, gera, cada vez mais, um agravamento das condições de vida nos países periféricos. É preciso, portanto, que sejam criadas políticas públicas que possam minimizar os efeitos danosos causados por esse sistema.

Enquanto agentes promotores de políticas públicas, as instituições públicas de educação superior brasileiras, em especial os Institutos Federais, por meio da extensão, podem contribuir com o processo de inclusão social, desenvolvendo ações através do diálogo com a sociedade e da busca por ideias que respondam aos anseios da sociedade.

Portanto, pode-se dizer que o termo Sustentabilidade comporta um campo conceitual amplo, perpassando todas as esferas da vida. Embora haja classificações

em função das suas características predominantes, é importante ter em mente que as dimensões estabelecem relação entre si e que, por isso, todas sofrem influências e influenciam. Por fim, é imprescindível que a preocupação com a vida humana, e todas as suas implicações, esteja sempre presente nas decisões de ordem pública e privada.

### 3. EXTENSÃO: DA ORIGEM ATÉ O ATUAL CENÁRIO BRASILEIRO

Os Institutos Federais, assim como as Universidades Públicas brasileiras, estão inseridos em um contexto cujas práticas precisam repercutir socialmente, dada a função social que rege suas ações. Por serem instituições equiparadas às universidades, os Institutos Federais, desde sua criação, já previam a oferta indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão.

Com a publicação recente da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a extensão passou a fazer parte obrigatória dos currículos dos cursos de graduação do país. Com isso, não apenas as Universidades Públicas e Institutos Federais têm o dever de ofertar a extensão, mas também todas as demais instituições de ensino superior. Além disso, merece um destaque o fato de a resolução mencionar as questões socialmente relevantes como critério para o desenvolvimento das práticas extensionistas.

Trazer esse critério da relevância social é importante para que as instituições não desenvolvam ações extensionistas visando apenas ao cumprimento da Resolução, negligenciando o caráter pedagógico, de formação docente e discente e de atuação junto à sociedade.

Tendo em vista essa orientação, a presente pesquisa está voltada à discussão em torno da extensão, no âmbito do IFPB, e da inserção da dimensão social da sustentabilidade em suas práticas.

A seguir, serão trazidos os aspectos ontológicos da Extensão, desde as primeiras práticas, na Europa, passando pelas universidades norte-americanas e chegando às universidades latino-americanas. Em seguida, será visto como se deu o desenvolvimento da extensão no cenário brasileiro, a partir da criação das primeiras universidades do país. Será destinado um tópico para o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX e suas contribuições para o fortalecimento da extensão no país e, por fim, uma parte destinada à extensão no âmbito dos Institutos Federais.

#### 3.1. Origem e trajetória da Extensão

De acordo com os escritos a respeito do surgimento da Extensão, a história traz a Europa, mais precisamente a Inglaterra, como ponto inicial, a partir da criação das Universidades Populares. Essa informação é confirmada por Melo Neto (2002, p. 7), ao afirmar que “Os primórdios da extensão universitária aparecem com as universidades populares da Europa [...]”. Foi através dessas universidades que teve início o movimento de aproximação com a sociedade, a fim de possibilitar, aos que estavam fora da universidade, a oportunidade de acesso aos saberes lá desenvolvidos. Ainda de acordo com o autor, “a universidade precisava contribuir com um maior conhecimento aos setores populares” (MELO NETO, 2002, p. 8).

As ações eram baseadas na ideia de transmissão dos saberes e não na troca ou construção. Os saberes escolhidos para serem transmitidos aos populares ficavam a cargo da decisão dos intelectuais. Melo Neto (2002) traz a crítica feita por Gramsci sobre o real papel a ser desempenhado por essas universidades, que era o de saber quais as necessidades das pessoas e, junto com elas, desenvolver as ações mais adequadas ao contexto delas. Essa crítica ao modelo de extensão, baseado na mera transmissão de saberes, também foi feita por Paulo Freire, como já foi apresentado no Capítulo 2. Ele defendia um processo baseado na troca, tendo em vista a necessidade de se considerar os saberes populares como componentes desse processo de construção de conhecimentos.

Posteriormente, no continente americano, mais especificamente nos Estados Unidos, a extensão também passou a ser uma prática desenvolvida. Havia, porém, uma diferença de concepção entre o modelo norte-americano e o europeu. Nas universidades norte-americanas, buscava-se realizar ações voltadas à prestação de serviço: “A extensão nas universidades americanas caracterizou-se, desde seus primórdios, pela ideia de prestação de serviços” (MELO NETO, 2002, p. 8).

As pesquisas mostram que a extensão nos Estados Unidos era direcionada aos produtores rurais, levando até eles os conhecimentos para que eles conseguissem autonomia e se desenvolvessem posteriormente. De acordo com Silva e Oliveira (2010, p. 298), “A literatura dos EUA repetidamente ressalta que a missão dos programas de extensão é prover informações para que o indivíduo/família/comunidade seja capaz, ele mesmo, de resolver seus problemas”. Pode-se dizer que a extensão rural desempenhou um papel importante no setor da agricultura do país: “Na história da agricultura dos Estados Unidos, a extensão rural

representa um capítulo importante, ligado de forma umbilical ao desenvolvimento dos estudos da agricultura no país” (SILVA; OLIVEIRA, 2010, p. 298).

Ainda, segundo as autoras, a prática da extensão baseada na difusão dos conhecimentos por parte dos cientistas, sem levar em consideração as contribuições das comunidades, ainda acontece e recebe críticas por isso. É preciso ouvir a comunidade e suas necessidades. O resultado mais efetivo depende de uma construção em conjunto, não unilateral, já que é a comunidade que melhor conhece sua realidade e suas necessidades.

Em relação à América Latina, Melo Neto (2002) cita a visão voltada aos movimentos sociais, como foi o Movimento de Córdoba, ocorrido em 1918, em que a relação entre a universidade e a sociedade foi um ponto cobrado pelos estudantes que participaram desse movimento:

Já na América Latina, a extensão universitária esteve voltada, inicialmente, para os movimentos sociais. Merece destaque o Movimento de Córdoba, de 1918. Nesse movimento, os estudantes argentinos enfatizam, pela primeira vez, a relação entre universidade e sociedade. A materialização dessa relação ocorreria através das propostas de extensão universitária que possibilitasse a divulgação da cultura a ser conhecida pelas “classes populares” (MELO NETO, 2002, p. 8).

Ainda sobre o Movimento de Córdoba, segundo Ortiz-Riaga e Morales-Rubiano (2011):

A classe média pressionava para conseguir o acesso à universidade, até então controlada pela oligarquia e o clero, com a ideia de que era esta que iria permitir sua ascensão política e social. Desta maneira, a Reforma incluiu uma série de enfoques políticos e sociais, dentro dos quais aparece o fortalecimento da função social da universidade (ORTIZ-RIAGA; MORALES-RUBIANO, 2011, p. 351, tradução nossa).<sup>12</sup>

O objetivo era a busca por justiça social através da atuação das universidades frente às camadas populares, dando a elas oportunidade de acesso à cultura e conhecimento: “Esta concepção marca uma diferença entre a universidade europeia e a latino-americana, já que a mudança social não é o critério central das

---

<sup>12</sup> Texto original: “La clase media presionaba para lograr el acceso a la universidad, hasta entonces controlada por la oligarquía y el clero, con la idea de que era esta la que iba a permitir su ascenso político y social. De esta manera, la Reforma incluyó una serie de planteamientos políticos y sociales, dentro de los cuales aparece el fortalecimiento de la función social de la universidad.”

universidades anglo-saxônicas” (ORTIZ-RIAGA; MORALES-RUBIANO, 2011, p. 352, tradução nossa)<sup>13</sup>.

Percebe-se, dessa forma, que a concepção adotada em cada época e nos diferentes lugares não seguiu a mesma ideia. A trajetória da extensão não foi linear nem homogênea, o que pode ser entendido como consequência dos diferentes contextos em que as universidades estavam inseridas.

O tópico a seguir tratará da extensão dentro do cenário brasileiro, mostrando o percurso, desde as primeiras práticas, oficialmente documentadas, até o momento presente, com o atual processo de curricularização da extensão. Será dividido em dois momentos: um para a apresentação de acontecimentos históricos que foram importantes no processo de desenvolvimento da extensão no país; outro, com os marcos legislativos/normativos e demais documentos que trataram sobre extensão.

### 3.2. Extensão no cenário brasileiro

Para refletir sobre a história da Extensão no Brasil, é importante analisar alguns pontos que são relevantes para a discussão. O primeiro deles é sobre a tardia criação das universidades. Embora já existissem cursos de nível superior desde o período colonial, a criação dos estabelecimentos de ensino, com estrutura e denominação de universidade, é um fenômeno recente, dado seu surgimento no século XX. O acesso a esses cursos, antes da fundação das universidades, era restrito àqueles que faziam parte da elite do país. Muitos iam estudar na Europa. Segundo Cunha (2007), ao analisar as diferenças entre o Brasil e as ex-colônias espanholas no continente americano, afirma que “O preço pago pela homogeneidade da elite brasileira foi uma educação superior restrita, primeiro em Coimbra, durante a Colônia, depois em algumas poucas faculdades, durante o império” (CUNHA, 2007, p.13).

Ao traçar a historiografia do ensino superior no Brasil, ele procurou utilizar como critério algo que unificasse as características comuns entre os cursos ofertados desde o Brasil Colônia até a fundação das universidades, no início do

---

<sup>13</sup> Texto original: “Esta concepción marca una diferencia entre la universidad europea y la latinoamericana, ya que el cambio social no es el criterio central de las universidades anglosajonas.”

século XX, e define o ensino superior como sendo aquele que ministra um saber superior.

De forma resumida, Cunha (2007) traz:

Inicialmente, está claro, para mim, que chamamos de ensino superior, basicamente, o ensino de Filosofia, Teologia e Matemática (o do colégio da Bahia), do período colonial; o ensino de Anatomia e Cirurgia nos hospitais militares, criados em 1808; o curso de Engenharia implícito na Academia Militar (mais tarde, o ensino “civil” da Engenharia); o ensino de Direito; e outros ministrados em aulas, cadeiras, cursos, escolas, academias, faculdades e, já no século XX, nas universidades (CUNHA, 2007, p. 18).

Como se vê, os cursos superiores já existiam desde a época colonial, mesmo não sendo ministrados em instituições denominadas de universidades, como acontecia em outros países latino-americanos. A fundação das primeiras universidades brasileiras data do início do século XX e eram classificadas como universidades livres, ou seja, não eram oficializadas e, por isso, o governo federal não tinha responsabilidade sobre elas:

Na Primeira República Brasileira (1889-1930), surgiram instituições de ensino superior, como a Universidade de Manaus, em 1909, a de São Paulo, em 1911, e a do Paraná, em 1912, porém, todas livres, ou seja, em caráter de desoficialização, fazendo o governo federal isento de quaisquer responsabilidades sobre elas (BRAGGIO, 2019, p. 3).

Em relação às primeiras práticas de extensão que foram realizadas pelas universidades brasileiras, Cunha (2007) afirma ter sido a Universidade de São Paulo<sup>14</sup> o berço dessas práticas:

A existência da Universidade Popular coloca a Universidade de São Paulo como a primeira instituição de ensino superior no Brasil a desenvolver atividades de extensão. Sem constituir uma unidade com corpos docente e discente próprios, ela promovia conferências semanais (provavelmente nas noites de segunda-feira), gratuitas, abertas a quem quisesse (CUNHA, 2007, p. 183).

Esse formato adotado é semelhante ao modelo das Universidades Populares da Inglaterra, que, a partir das reivindicações de professores e estudantes, inicialmente na Inglaterra e na França, lutaram pela democratização do saber, com

---

<sup>14</sup> Segundo o autor, a fundação da Universidade de São Paulo foi em 19 de novembro de 1911 e inaugurada em 23 de março de 1912. Cunha classifica essa universidade como de vida curta, tendo em vista sua duração, que foi até 1917. Além desta, duas outras também recebem a mesma classificação: a Universidade de Manaus (1909-1926) e a Universidade do Paraná (1912-1915).



vistas a fazer chegar à população o conhecimento produzido pelas universidades. De acordo com Souza (2005, p. 254), “Esse espaço para a democratização do saber criando um sentimento mais crítico, iniciou com os estudantes e professores anarquistas na França e Inglaterra, a partir do final dos anos de 1850.”

A partir desse momento, é possível fazer um apanhado com os principais marcos na história da educação superior brasileira e a prática da extensão universitária brasileira, tendo, para isso, como ponto de partida, a fundação das primeiras universidades. Como já foi visto no tópico anterior, que tratou sobre a origem da extensão, as características apresentadas em determinadas épocas e em determinados lugares eram distintas. Isso é explicado pelo fato dos contextos políticos, sociais, econômicos e culturais influenciarem diretamente na concepção das ideias, pois “Enquanto instituição social, a universidade possui uma relação intrínseca com o Estado, conseqüentemente, acompanha as transformações sociais, políticas e econômicas do meio em que está inserida” (INCROCCI; ANDRADE, 2018, p. 190).

Os anos que se seguiram, após o aparecimento das primeiras universidades, foram de mudanças e algumas conquistas no panorama nacional do desenvolvimento da educação. Com as práticas extensionistas iniciadas pela Universidade Popular de São Paulo, outros acontecimentos foram dando consistência aos trabalhos das universidades e abrindo espaço, direta ou indiretamente, para a consolidação da extensão.

Outro fato importante foi a criação do Ministério da Educação<sup>15</sup>, através do Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, com primeira denominação de Ministério da Educação e Saúde Pública. Antes, era o Ministério da Justiça o órgão responsável pelos assuntos referentes à educação, através do Departamento Nacional de Ensino. Foi em 1953 que ocorreu a desvinculação da área da saúde, passando a receber a nova denominação e configuração de Ministério da Educação e Cultura - MEC. A criação do ministério foi importante porque direcionou os assuntos relacionados à educação para um órgão específico.

---

<sup>15</sup> Informações retiradas da página oficial do Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia>. Acesso em: 16 abr. 2021.

Segundo o portal do Ministério da Educação, até a década de 1960, havia uma centralização das questões educacionais pelo órgão (MEC), descentralizando a partir da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB<sup>16</sup>, em 1961.

Por fim, dentre as competências do Ministério da Educação, atualmente, há referência direta à extensão:

O Ministério da Educação, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:

I - política nacional de educação;

II - educação infantil;

III - educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar;

IV - avaliação, informação e pesquisa educacional;

**V - pesquisa e extensão universitária;**

VI - magistério; e

VII - assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes (MEC, 2018, grifo nosso)<sup>17</sup>.

Após a criação do MEC, outro marco importante para a educação brasileira como um todo e, em particular, a educação superior, foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. No texto, há menção ao ensino superior e à extensão:

A educação superior ou universitária, a partir dos 18 anos, inteiramente gratuita, como as demais, deve atender, de fato, não somente à formação profissional e técnica, no seu máximo desenvolvimento, como à formação de pesquisadores, em todos os ramos de conhecimentos humanos. Ela deve ser organizada de maneira que possa desempenhar a tríplice função que lhe cabe de elaboradora ou criadora de ciência (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência feita) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de **extensão universitária**, das ciências e das artes (MEC, 2010, p. 55-56, grifo nosso).

Ainda na década de 1930, outro acontecimento importante marcou a história da educação brasileira e colaborou para o desenvolvimento da extensão: a criação da União Nacional dos Estudantes - UNE<sup>18</sup>, em 11 de agosto de 1937. Entidade criada com o objetivo de representar os estudantes universitários brasileiros e lutar por um ensino de qualidade, defesa do patrimônio da nação e por justiça social.

---

<sup>16</sup> Momento em que deu aos estados e municípios maior autonomia para gerir a educação nos âmbitos estadual e municipal, respectivamente. Outros fatos que marcaram o percurso do MEC foram a criação do Ministério da Cultura, em 1985, e a transformação do MEC em Ministério da Educação e do Desporto, em 1992. Em 1995, passou a ficar apenas com os assuntos referentes à educação.

<sup>17</sup> Disponível em: [Ministério da Educação - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 4 mai. 2021.

<sup>18</sup> Informações extraídas da página oficial da UNE. Disponível em: <https://www.une.org.br/memoria/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

Pode-se dizer que o Manifesto de Córdoba (1918) influenciou diretamente as ideias defendidas pelos estudantes da UNE. Como o Brasil ainda estava em fase de fundação das primeiras universidades, os efeitos foram discretos se comparados aos outros países latino-americanos, com suas instituições já consolidadas.

De acordo com Braggio (2019),

[...] o impacto do Manifesto de Córdoba no Brasil foi mínimo ao ser comparado com outros países. Mas não se pode dizer que o movimento estudantil argentino passou despercebido, pois o estágio de organização alcançado por ele impressionou os estudantes brasileiros que se inspiraram para lutar pela fundação de instituições universitárias, desde o final da década de 1920; criaram, em 1938, a UNE, sua entidade máxima de representação estudantil, com caráter amplo, nacional e permanente; e, nos anos de 1960, conseguiram articular força social na defesa de suas reivindicações sobre a reforma universitária. Nesse percurso, sempre retomaram o Manifesto de Córdoba, em alguns momentos, de modo explícito, em outros, nas entrelinhas (BRAGGIO, 2019, p. 3).

O movimento estudantil brasileiro estava alinhado com as ideias defendidas pelos estudantes argentinos e reivindicava uma universidade comprometida com as lutas sociais e pautada na promoção de uma sociedade mais justa, sendo a extensão universitária um meio de alcançar esses objetivos.

Dois anos depois, em 1961, foi realizado, pela UNE, o I Seminário Nacional de Reforma Universitária<sup>19</sup>. Como fruto do seminário, foi criada a Declaração da Bahia, que procurou problematizar o contexto pelo qual o país passava e, a partir daí, propor mudanças na atuação das universidades, de forma que passassem a ser um espaço ocupado pelas camadas populares e, com isso, criar condições de mudanças sociais. Essas ideias estavam fortemente ligadas às defendidas pelos estudantes que escreveram o manifesto de Córdoba, que viria a se tornar um marco na história das universidades da América Latina. De acordo com a página oficial da UNE, “Córdoba serviu de exemplo para que, em 1961, a UNE se debruçasse nas primeiras reivindicações de reforma aqui no país”<sup>20</sup>.

Para dar continuidade às discussões do I seminário, foi realizado o segundo, em 1962, e criado outro documento chamado de Carta do Paraná, que passou a

---

<sup>19</sup> Informações disponíveis na página oficial da UNE. Disponível em: <https://www.une.org.br/2012/12/de-cordoba-aos-dias-atuais-a-luta-da-une-pela-reforma-universitaria/>. Acesso em: 17 abr. 2021.

<sup>20</sup> Disponível em: [UNE - União Nacional dos Estudantes DE CÓRDOBA AOS DIAS ATUAIS: A LUTA DA UNE PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA - UNE - União Nacional dos Estudantes DE CÓRDOBA AOS DIAS ATUAIS: A LUTA DA UNE PELA REFORMA UNIVERSITÁRIA](#). Acesso em: 26 jun. 2021.

servir como norteador do movimento estudantil. O terceiro seminário foi no ano seguinte em Minas Gerais, cuja base de discussão foi o documento do ano anterior.

De acordo com o texto de apresentação do Plano Nacional de Extensão, elaborado pelo FORPROEX ([2001a]),

No fim dos anos 50, início dos anos 60, os estudantes universitários brasileiros, organizados na União Nacional dos Estudantes - UNE, empreenderam movimentos culturais e políticos reconhecidos como fundamentais para a formação das lideranças intelectuais de que carecia o país. Estavam assim definidas as áreas de atuação extensionista, antes mesmo que o conceito fosse formalmente definido (FORPROEX, [2001a]).

Também em 1962, Paulo Freire criou o Serviço de Extensão Cultural - SEC, da Universidade de Recife, que durou até 1964, em decorrência do golpe militar. Dentre as propostas estava a de um fazer universitário que realizasse práticas de extensão que contribuíssem com a valorização da cultura e do desenvolvimento a partir de cada realidade. Gadotti (2017) cita também, nessa época, o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. A contribuição das ideias de Paulo Freire, não apenas para a extensão, mas para a educação como um todo, foi muito significativa. O alcance das suas obras ultrapassou os limites do país e é discutido por muitas instituições de ensino pelo mundo.

Durante o período militar, precisou ficar exilado no Chile e, anos mais tarde, em 1969, publicou o ensaio intitulado *``Extensão ou comunicação? ``*. Uma obra muito importante para pensar a extensão universitária diferente da ideia de transmissão de conhecimentos, muito comum desde o início, na Europa, e com adeptos ainda hoje.

Outro marco, ocorrido também na década de 1960, foi a criação do Projeto Rondon, em 1968, pelo Decreto nº 62.927. O objetivo do projeto era fazer com que os estudantes universitários tivessem contato com a realidade de determinados espaços da sociedade e que pensassem formas de desenvolvimento para essas comunidades, a fim de fortalecer a cidadania. Além de servir como uma experiência formativa para esses estudantes, era uma maneira de proporcionar, para essas comunidades, uma oportunidade de aprender novos saberes.

Como visto, a década de 1960 foi um período de importantes acontecimentos no Brasil para o cenário da extensão. Segundo Gadotti (2017),

Foi só no início da década de 1960 que a extensão como a conhecemos hoje, indissociável do ensino e da pesquisa, tomou corpo quando surgiram ações de compromisso com as classes populares, com a intencionalidade de conscientizá-las sobre seus direitos (GADOTTI, 2017, p. 1).

O próximo marco importante para a extensão foi a realização do I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas - FORPROEX, em 1987. Momento em que o país estava em processo de redemocratização, após duas décadas de ditadura militar. Pode ser considerado um grande passo nas discussões e na busca da consolidação do espaço da extensão no cenário do ensino superior brasileiro. Durante o encontro, discutiu-se sobre o conceito, a institucionalização e o financiamento da extensão. Ao final, foi gerado um documento com as ideias discutidas e aprovadas pelos participantes do encontro. Tendo em vista as grandes contribuições que esse espaço de debate promoveu e promove, será reservado, mais adiante, um tópico específico para tratar do fórum.

Em 2002, foi realizado, na Universidade Federal da Paraíba - UFPB, o I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, cujo tema foi *Universidade: conhecimento e inclusão social*. Segundo o texto de apresentação dos anais do encontro,

A partir da temática central do Congresso - Universidade: conhecimento e inclusão social – as Instituições de Ensino Superior tiveram oportunidade de apresentar suas reflexões e práticas conquistadas através do trabalho da Extensão, comprometido com o processo de inclusão social como estratégia de conquista da Cidadania.

As Instituições de Ensino Superior e a sociedade tiveram a dimensão da Extensão Universitária, no que tange a inserção do conhecimento como fator de inclusão e transformação social, promovendo, deste modo, o intercâmbio e o aprofundamento a respeito da prática da Extensão Universitária (UFPB-PRAC)<sup>21</sup>.

Como forma de retomar, resumidamente, o que foi apresentado, tem-se o quadro abaixo:

**Quadro 4** - Cronologia dos marcos históricos que contribuíram para o desenvolvimento da Extensão no Brasil

Ano	Marco histórico
1911	Fundação da Universidade de São Paulo

<sup>21</sup> Disponível em: [http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu\\_anais/apresentacao/apresentacao.html](http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/apresentacao/apresentacao.html). Acesso em: 18 abr. 2021.

1930	Criação do Ministério da Educação
1932	Publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova
1937	Criação da União Nacional dos Estudantes
1961	I Seminário Nacional da Reforma Universitária
1962	Criação do Serviço de Extensão Cultural - SEC
1968	Criação do Projeto Rondon
1987	I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas - FORPROEX
2002	I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2021).

Esses foram alguns dos marcos históricos que contribuíram para o desenvolvimento da educação superior e, como consequência, da extensão no país. O critério de seleção foi baseado nos fatos mais citados como relevantes nas pesquisas sobre o tema. Em seguida, e como resultado dos acontecimentos históricos acima citados, serão vistos agora alguns marcos legais/normativos e documentos em geral que contribuíram na construção do percurso da extensão no Brasil até os dias atuais.

O primeiro deles foi o Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. O documento não tratou a extensão como uma das funções base das universidades, mas fez referência, mesmo que de forma breve. Segundo o texto:

Art. 35. Nos institutos de ensino profissional superior serão realizados os seguintes cursos:

[...]

f) cursos de **extensão universitária**, destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários.

[...]

Art. 42. A **extensão universitária** será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizados pelos diversos institutos da Universidade, com prévia autorização do Conselho Universitário.

[...]

Art. 99. A vida social universitária terá com organizações fundamentais:

[...]

c) **extensão universitária**;

[...]

Art. 109. A **extensão universitária** destina-se à difusão de conhecimentos, filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.

§ 1º De acordo com os fins acima referidos, a **extensão universitária** será realizada por meio de cursos intra e extra-universitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas.

§ 2º Caberá ao Conselho Universitário, em entendimento com os Conselhos técnico-administrativos dos diversos institutos, efetivar pelos meios convenientes a **extensão universitária** (BRASIL, 1931, grifo nosso).

Poucos anos depois, com a Constituição 16 de julho de 1934, houve mais um avanço na consolidação da educação superior no país, com a oficialização dos estabelecimentos de ensino e a atuação do poder do Estado como ente responsável por sua oferta, o que pode ser considerado também como uma contribuição para o cenário de desenvolvimento das questões relacionadas à discussão sobre extensão universitária. O texto constitucional trouxe o seguinte:

Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Art 150 - Compete à União:

[...]

b) determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização (BRASIL, 1934).

Outro marco legal que reforçou a autonomia das universidades e fez referência à extensão foi a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. De acordo com o Artigo 69 da referida lei, tem-se:

Art. 69. Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos:

[...]

c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos (BRASIL, 1961).

Ainda nessa década, foi publicada a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que tratava da Reforma Universitária. Essa lei normatizou a organização e o funcionamento do ensino superior e sua articulação com o ensino médio. Em relação à extensão, a lei trouxe o seguinte:

Art. 17. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos:

[...]

d) de **extensão** e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos.

[...]

Art. 25. Os cursos de especialização, aperfeiçoamento, **extensão** e outros serão ministrados de acordo com os planos traçados e aprovados pelas universidades e pelos estabelecimentos isolados.

Art. 40. As instituições de ensino superior:

a) por meio de suas **atividades de extensão**, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento (BRASIL, 1968, grifo nosso).

Na década seguinte, em 1975, foi lançada, pelo MEC, a primeira Política de Extensão Universitária. Segundo Gadotti (2017), através dela, houve uma ampliação dos tipos de atividades que a extensão passou a desenvolver como “cursos, serviços, difusão cultural, comunicação de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária com participação docente e discente”. Mais adiante, será vista a atual Política de Extensão.

Com a promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, o texto afirma, em seu artigo 207, que as universidades “obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). A relação é de complementaridade, não de hierarquia, desempenhando, os três, o mesmo grau de importância.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, reforçou a importância da extensão e disse, em seu Art. 43:

A educação superior tem por finalidade: VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Em 1999, foi lançado o Plano Nacional de Extensão. Esse plano foi elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto. Embora não tenha sido publicado em forma de normativa, ele representou uma grande contribuição para o desenvolvimento de normas posteriores, tendo em vista a discussão sobre o papel das universidades frente aos problemas sociais e como a extensão pode colaborar com a transformação da sociedade. Segundo o texto,



Este Plano Nacional de Extensão Universitária, além do significado para o desenvolvimento das instituições acadêmicas, é importante também porque permite:

- a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;
- a garantia de recursos financeiros destinados à execução de políticas públicas correlatas, viabilizando a continuidade dos referidos programas;
- o reconhecimento, pelo poder público, de que a extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã;
- a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país (FORPROEX, [2001a]).

Em relação ao conceito de extensão, tem-se que é:

[...] o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico (FORPROEX, [2001a]).

Em 14 de abril de 2004, por meio da Lei 10.861, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Com essa lei, a extensão foi citada:

Art. 3º A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

[...]

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades (SINAES, 2004).

Em 30 de junho de 2008, foi publicado o Decreto nº 6.495, e instituiu o Programa de Extensão Universitária - PROEXT com o objetivo de dar apoio às instituições públicas de educação nos processos de desenvolvimento dos projetos e na aproximação dessas instituições com as comunidades. De acordo com o Decreto (2008):

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa de Extensão Universitária - PROEXT, destinado a apoiar instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de projetos de extensão universitária, com vistas a ampliar sua interação com a sociedade (PROEXT, 2008).

Outro Decreto importante para o fortalecimento da autonomia universitária foi o de nº 7.233, de 19 de julho de 2010. Segundo ele:

Art. 1º Este Decreto estabelece procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades, de que trata o art. 207 da Constituição, e define critérios para elaboração das propostas orçamentárias anuais pelas universidades federais (BRASIL, 2010).

[...]

Art. 4º Na elaboração das propostas orçamentárias anuais das universidades federais, o Ministério da Educação deverá observar matriz de distribuição, para a alocação de recursos destinados a despesas classificadas como Outras Despesas Correntes e de Capital.

[...]

§ 2º Os parâmetros a serem definidos pela comissão levarão em consideração, entre outros, os seguintes critérios:

[...]

VIII - a existência de programas institucionalizados de extensão, com indicadores de monitoramento (BRASIL, 2010).

No ano de 2012, foi publicada a Política Nacional de Extensão. Fruto das discussões realizadas para a elaboração do Plano Nacional de Extensão, de 1999, e de outras discussões posteriores, essa Política foi aprovada em 2012, no XXXI Encontro Nacional. Através desse documento, foram trazidos “conceito, princípios, diretrizes e objetivos constituem uma referência nacional para o debate sobre a Extensão Universitária e sua (re)construção e aprimoramento contínuos” (FORPROEX, 2012).

Assim como o Plano Nacional de Extensão, a Política Nacional de Extensão não se apresenta com caráter normativo, mas como um documento de referência para as ações e para a elaboração de normas que tratem do tema:

Concebendo esta Política como uma conquista da Universidade Pública e, portanto, da própria sociedade brasileira, o FORPROEX convida professores, alunos e técnico-administrativos a empreenderem os esforços necessários para dar materialidade ao seu conteúdo, tornando-a um instrumento efetivo na (re)formulação, implementação e avaliação das ações de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012).

Cabe ressaltar que o documento deixa claro que as demais instituições públicas de educação superior (centros de ensino, faculdades federais, estaduais e municipais, institutos federais) também são abarcadas pelo termo Universidade Pública.

No Plano Nacional de Educação - PNE, sob a forma da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, com duração de 10 anos, a contar da publicação, no que tange à educação superior e à extensão, o texto traz como meta e estratégia, respectivamente:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégia

12.7) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014).

Por fim, foi publicada a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que tem como objetivo estabelecer as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. De acordo com essa Resolução, em seu Artigo 2º, tem-se:

Art. 2º As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previstos nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais, de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios (BRASIL, 2018).

O quadro abaixo traz, de forma resumida, a cronologia dos marcos legais/normativos e documentos acima citados para a construção e desenvolvimento da extensão no Brasil. Importante ressaltar que práticas consideradas como de extensão podem ter sido desenvolvidas anteriormente, porém, foi a forma mais sistematizada, como as das propostas pelas universidades, que foi considerada pela pesquisa.

**Quadro 5** - Cronologia dos marcos legais/normativos e documentos que contribuíram para o desenvolvimento da Extensão no Brasil – 1932 - 2018.

Ano	Marco Legal/Normativo/Documentos
1932	Estatuto das Universidades Brasileiras
1934	Constituição Federal

1961	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
1968	Reforma Universitária
1975	Primeira Política de Extensão Universitária
1988	Constituição Federal
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
1999	Plano Nacional de Extensão
2004	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES
2008	Programa de Extensão Universitária
2010	Decreto sobre autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades
2012	Política Nacional de Extensão
2014	Plano Nacional de Educação
2018	Diretrizes para a extensão na educação superior

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa (2021).

O tópico a seguir irá tratar das contribuições do FORPROEX nos debates e conquistas da extensão no país, uma vez que se faz necessário para a compreensão do papel desempenhado pela extensão enquanto função essencial de articulação entre as instituições de ensino e a sociedade e vetora de ações transformadoras para ambas as partes.

### 3.2.1. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas - FORPROEX

Em 1987, foi realizado o I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas - FORPROEX e significou um grande avanço nos debates acerca da extensão universitária no Brasil. Enquanto espaço de discussão, proposição e deliberação, muitas conquistas foram obtidas desde então.

Pode-se dizer que o FORPROEX é uma instância de articulação entre as instituições e a sociedade civil, desenvolvendo práticas extensionistas a partir do diálogo com a sociedade e levando em consideração as demandas apresentadas.

Seu contexto de surgimento se deu em um momento importante na história do país, que foi o período pós-ditadura militar e retomada da democracia. Diante desse processo de redemocratização, as instituições públicas de educação superior brasileiras tinham o compromisso de contribuir, junto às demais entidades públicas, com práticas que reforçassem os ideais democráticos e promovessem o desenvolvimento social.

Segundo o documento que trata da Política Nacional de Extensão Universitária (2012),

A transformação da Extensão Universitária em um instrumento efetivo de mudança da Universidade e da sociedade, em direção à justiça social e ao aprofundamento da democracia, caminha *pari passu* com o enfrentamento desses desafios e a busca das novas oportunidades que se descortinam no contexto internacional e na realidade brasileira. Desafios a serem confrontados e oportunidades a serem aproveitadas por meio de políticas públicas. Mas a efetividades destas, por sua vez, depende fortemente do que a Universidade Pública, em geral, e a Extensão Universitária, em especial, podem oferecer aos governos e à sociedade (FORPROEX, 2012, p. 9-10).

Como já foi citado no tópico referente à historiografia da extensão no Brasil, são três os documentos principais que norteiam as práticas extensionistas: Plano Nacional de Extensão (1999), Política Nacional de Extensão (2012), Diretrizes da Extensão Universitária (2018).

A Política Nacional de Extensão foi criada tendo como referência básica o Plano Nacional de Extensão. Nesse Plano, foram discutidos, dentre outros pontos, os princípios básicos que deveriam nortear as ações extensionistas. Com a construção da Política, os debates foram ampliados e as instituições passaram a contar com um documento importante para orientar suas práticas.

Para o desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista que serão estudadas a Política de Extensão, elaborada pelo Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - FORPROEXT e direcionada às instituições pertencentes à Rede Federal, assim como as Diretrizes da Extensão, também adotadas por essas instituições, serão apresentadas, a seguir, as Áreas e Linhas de Extensão, definidas pelo FORPROEX, bem como as Diretrizes da Extensão Universitária, já que são referências para os documentos elaborados no âmbito da Rede Federal.

De acordo com o FORPROEX (2007), são as seguintes as áreas e linhas de extensão:

**Quadro 6 - Áreas de Extensão e Linhas de Extensão**

Áreas da Extensão	Linhas da Extensão
1. Comunicação 2. Cultura 3. Direitos Humanos e Justiça 4. Educação 5. Meio Ambiente 6. Saúde 7. Tecnologia e Produção 8. Trabalho	1. Alfabetização, Leitura e Escrita 2. Artes Cênicas 3. Artes Integradas 4. Artes Plásticas 5. Artes Visuais 6. Comunicação Estratégica 7. Desenvolvimento de Produtos 8. Desenvolvimento Regional 9. Desenvolvimento Rural e Questão Agrária 10. Desenvolvimento Tecnológico 11. Desenvolvimento Urbano 12. Direitos Individuais e Coletivos 13. Educação Profissional 14. Empreendedorismo 15. Emprego e Renda 16. Endemias e Epidemias 17. Divulgação Científica e Tecnológica 18. Esporte e Lazer 19. Estilismo 20. Fármacos e Medicamentos 21. Formação de Professores 22. Gestão do Trabalho 23. Gestão Informacional 24. Gestão Institucional 25. Gestão Pública 26. Grupos Sociais Vulneráveis 27. Infância e Adolescência 28. Inovação Tecnológica 29. Jornalismo 30. Jovens e Adultos 31. Línguas Estrangeiras 32. Metodologias e Estratégias de Ensino/Aprendizagem 33. Mídias-Artes 34. Mídias 35. Música 36. Organizações da Sociedade e Movimentos Sociais e Populares 37. Patrimônio Cultural, Histórico e Natural 38. Pessoa com Deficiências, Incapacidades e Necessidades Especiais 39. Propriedade Intelectual e Patente 40. Questões Ambientais 41. Recursos Hídricos 42. Resíduos Sólidos 43. Saúde Animal 44. Saúde da Família 45. Saúde e Proteção no Trabalho 46. Saúde Humana 47. Segurança Alimentar e Nutricional 48. Segurança Pública e Defesa Social 49. Tecnologia da Informação

	50. Terceira Idade 51. Turismo 52. Uso de Drogas e Dependência Química 53. Desenvolvimento Humano
--	--

Fonte: elaborado pela autora com base no FORPROEX, 2007.

Essa classificação, tanto por área quanto por linha, é um facilitador para estudos sobre ações extensionistas que estão sendo desenvolvidas pelo país. Já em relação às diretrizes norteadoras da Extensão, presentes na Política Nacional de Extensão, o quadro abaixo sintetiza cada uma delas. Assim, tem-se:

**Quadro 7 - Diretrizes para as ações de Extensão Universitária**

<b>Diretrizes</b>	<b>Definição</b>
<b>Interação Dialógica</b>	“[...] orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia 17 acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais.”
<b>Interdisciplinaridade e interprofissionalidade</b>	“[...] busca superar essa dicotomia, combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações.”
<b>Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão</b>	“[...] as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa).”
<b>Impacto na Formação do Estudante</b>	“[...] As atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira.”
<b>Impacto e Transformação Social</b>	“[...] reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas.”

Fonte: elaborado pela autora com base na Política Nacional de Extensão Universitária, FORPROEX, 2012.

Nota-se, a partir da definição de cada diretriz, a preocupação em um fazer extensionista pautado em elementos que promovam uma relação holística entre os atores, os espaços e os conteúdos envolvidos.

Ainda de acordo com a Política Nacional (2012),

A expectativa é de que essas diretrizes, em conjunto, contribuam para a superação das três crises da Universidade Pública, apontadas por Boaventura de Sousa Santos (2004), quais sejam, a crise de hegemonia, a crise de legitimidade e a crise institucional (FORPROEX, 2012).

Como se vê, é preciso que haja um trabalho articulado entre essas diretrizes de forma a problematizar os problemas gerados pelos vários contextos que se apresentam e que afetam, direta ou indiretamente, as universidades e demais instituições similares, como é o caso dos Institutos Federais. Como resultado, é possível proporcionar cenários que deem aos sujeitos envolvidos um poder emancipatório.

Após apresentar as áreas e linhas da Extensão Universitária, como também as diretrizes, fomentadas pelo FORPROEX, será, agora, analisado como cada um dos três documentos abordam o tema da sustentabilidade, já que a pesquisa terá esse tema como elemento central.

No Plano Nacional de Extensão Universitária, há referência explícita à "Sustentabilidade". A primeira se encontra no tópico referente às metas e no ponto sobre a articulação com a sociedade. Assim, tem-se:

METAS

[...]

ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE

[...]

- preservação e **sustentabilidade do meio ambiente**, em parceria com as agências financiadoras, em nível nacional e internacional, em até três anos (FORPROEX, [2001a], grifo nosso).

Já a segunda referência está contida em uma nota de rodapé para explicar a adoção do termo "Áreas Temáticas" em substituição ao termo "Eixos Temático":

[...] Assim, foram adotadas as áreas temáticas definidas no documento do Grupo de Trabalho sobre Sistema de Dados e Informações e RENEX, aprovado pelo Fórum em dezembro de 1999, Brasília, no lugar dos oito eixos temáticos constantes no Plano aprovado em 1998, quais sejam: Preservação e **sustentabilidade do meio ambiente**; Promoção à saúde e à qualidade de vida; Educação básica; Desenvolvimento da cultura; Transferência de tecnologias apropriadas; Atenção integral à criança,



adolescente e idoso; Capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas; Reforma agrária e trabalho rural (FORPROEX, [2001a], grifo nosso).

Por fim, no tópico que trata dos objetivos consta o seguinte: “- inserir a educação ambiental e **desenvolvimento sustentado** como componentes da atividade extensionista; (FORPROEX, [2001a], grifo nosso).

Na busca feita no documento que trata da Política Nacional de Extensão, o número de ocorrências do termo “sustentabilidade” foi maior. No tópico sobre os objetivos, as ocorrências são as seguintes:

#### OBJETIVOS

[...]

12. estimular a educação ambiental e o **desenvolvimento sustentável** como componentes da atividade extensionista;\* (FORPROEX, 2012, grifo nosso).

Já o que trata das políticas públicas, tem-se:

#### 3.3 Políticas públicas

[...]para que esse **desenvolvimento** não se restrinja à esfera econômica, seja **sustentável** e tenha um caráter ético, é preciso que esses ‘produtos’ estejam afinados com os valores e interesses sociais.

[...]

[...]Nunca é demais lembrar que a mera produção de conhecimento, por si só, não leva ao **desenvolvimento sustentável** e ético. Se o desenvolvimento econômico pode, eventualmente, ser promovido com boas teorias, tecnologias inovadoras e profissionais competentes, o **desenvolvimento sustentável** e humano requer mais que isso (FORPROEX, 2012, grifo nosso).

Por fim, as demais ocorrências contidas na Política Nacional (2012) são:

#### 3.4 Universidade brasileira

Em seu conjunto, essas limitações, caso não enfrentadas, colocam riscos ao cumprimento da missão da Universidade Pública de produzir um conhecimento capaz de induzir um **desenvolvimento** ético, humano e **sustentável**.

[...]

#### 6.3.2 Articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas

[...]

Ao se incrementar o grau de coerência de políticas, programas e projetos públicos e se assegurar fontes estáveis para seu financiamento, garante-se também a **sustentabilidade financeira** e a continuidade das ações de Extensão Universitária a eles vinculadas.

[...] As áreas de atuação prioritárias, na articulação da Extensão Universitária com as políticas públicas, são as seguintes: preservação e **sustentabilidade do meio ambiente**;

#### 6.3.3 Articulação da Extensão Universitária com os movimentos sociais

Na interação com os movimentos sociais, a Universidade apreende novos saberes, valores e interesses, os quais são importantes para a formação de profissionais mais capazes de promover um **desenvolvimento** ético, humano e **sustentável** (FORPROEX, 2012, grifo nosso).

Em relação à Resolução nº 7/2018, que trata das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, o termo referente à sustentabilidade aparece da seguinte forma:

Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o **desenvolvimento social**, equitativo, **sustentável**, com a realidade brasileira (BRASIL, 2018, grifo nosso)

Como foi visto, os três documentos fazem referência explícita ao desenvolvimento das práticas extensionistas pautadas na sustentabilidade e suas diferentes dimensões. No capítulo referente à política extensionista adotada pelo IFPB, também será analisada de que forma a sustentabilidade se apresenta.

Para finalizar a discussão sobre Extensão, o tópico seguinte irá abordar como se deu a implantação da extensão no contexto dos Institutos Federais - IFs e o que se tem hoje em relação à política extensionista voltada a esse modelo de instituição.

### 3.3. Extensão no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Os Institutos Federais - IFs foram criados a partir da publicação da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e são instituições comparáveis, para fins de “regulação, avaliação e supervisão”, às universidades federais. Embora apresentem características, em alguns pontos, distintas das universidades, os Institutos também atendem ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que também ofertam ensino superior.

A transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foi acompanhada pela ampliação significativa no número de vagas ofertadas para a educação profissional e tecnológica. O país vivia um momento de investimento em desenvolvimento e, para

isso, era necessário a formação de profissionais. Assim, a Rede Federal foi expandida de forma a alcançar todas as regiões do Brasil.

Essa expansão não se deu apenas nos principais centros das regiões, mas passaram a ocupar também o interior dos Estados, dando oportunidade de acesso a um número cada vez maior de cidadãos. A partir da interiorização da Rede e o conseqüente aumento na oferta de vagas, o número de profissionais cresceu e o processo de desenvolvimento passou a levar em consideração as demandas locais e regionais.

Atualmente, a Rede Federal conta com 41 instituições, sendo 38 Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e o Colégio Pedro II, somando-se pouco mais de 600 unidades espalhadas pelo Brasil.

Para discutir as questões pertencentes à Rede Federal, foi criado, em 1999, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, com o objetivo de discutir, propor e promover “políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação” e atuar “no debate e na defesa da educação pública, gratuita e de excelência” (CONIF)<sup>22</sup>.

Em se tratando de extensão, no documento elaborado pelo CONIF, tem-se que:

A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, consolida a formação de um profissional cidadão e se credencia junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e difusão do conhecimento na busca da superação das desigualdades sociais (CONIF, 2013).

Ainda de acordo com o referido documento, o texto acrescenta que:

A extensão é compreendida como o espaço em que as instituições promovem a articulação entre o *saber fazer* e a realidade sócio-econômica, cultural e ambiental da região. Educação, Ciência e Tecnologia devem se articular tendo como perspectiva o desenvolvimento local e regional, possibilitando assim, a imbricação/interação necessária à vida acadêmica (CONIF, 2013).

Semelhante ao FORPROEX, existe o Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - FORPROEXT, que também é um

---

<sup>22</sup> Disponível em: <https://portal.conif.org.br/br/institucional/conif>. Acesso em: 23/04/2021.

espaço de discussão e elaboração de documentos norteadores das práticas extensionistas no âmbito das instituições da Rede Federal. Assim como o FORPROEX, é um articulador da extensão com a sociedade civil, buscando estabelecer o desenvolvimento das suas práticas segundo as demandas sociais apresentadas.

Dentro da estrutura organizacional do CONIF, existem as Câmaras Temáticas que tratam de assuntos relacionados a cada área: “Administração, Desenvolvimento Institucional, Ensino, Extensão, Educação do Campo, Gestão de Pessoas, Pesquisa e Inovação, e Relações Internacionais” (CONIF)<sup>23</sup>.

Para assessorar as Câmaras, foram criados os fóruns, que são órgãos internos e vinculados a cada área temática. O FORPROEXT é o órgão de assessoramento ligado aos assuntos sobre extensão. A frequência de realização dos encontros é de duas vezes por ano.

Em 2013, o CONIF lançou um documento com uma coletânea de artigos produzidos a partir das discussões realizadas durante o Fórum de Pró-Reitores, em 2012, que discutiam a extensão no âmbito da Rede Federal. Esse consolidado de produções voltadas ao debate para o fortalecimento da extensão foi importante para as discussões e formulações futuras acerca da extensão tecnológica.

Dois anos mais tarde, no XIII FORPROEXT, foi lançado o documento com as contribuições para a formulação da Política de Extensão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. O documento traz: 1 Conceito de Extensão; 2 Pressupostos da Extensão; 3 As ações de extensão; 4 Atividades acadêmicas que envolvem outras ações de Extensão; 5 Áreas Temáticas da Extensão; 6 Linhas da Extensão (FORPROEXT, 2015).

Embora as instituições da Rede Federal possuam características particulares em relação às universidades e também se organizem para tratar de assuntos que lhes são mais pertinentes, suas políticas precisam estar alinhadas às políticas nacionais como é o caso do processo de curricularização da extensão, orientado pela Resolução CNE/CES nº 7/2018 e as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, por exemplo. Além dos demais documentos nacionais que tratam da temática de forma geral e que regem todas as instituições de educação superior.

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://portal.conif.org.br/br/camaras>. Acesso em: 23/04/2021.

### 3.3.1. Política de Extensão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (REPCT)

Existe uma Política de Extensão direcionada às instituições da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico (REPCT). Essa Política foi criada em 2015, após debates, elaboração de textos e documentos sobre as práticas de extensão que eram vivenciadas no contexto dessas instituições, sendo o Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal (FORPROEXT) o espaço para as deliberações.

Assim como foram apresentados alguns pontos da Política Nacional de Extensão e das Diretrizes Nacionais da Extensão, a fim de trazer os elementos que conduzirão a análise dos dados da pesquisa, serão apresentadas, também, de que forma a Política de Extensão da Rede Federal e as diretrizes abordam esses elementos.

Por apresentarem características distintas em sua estrutura e objetivos, as instituições pertencentes à Rede Federal necessitam de documentos que norteiem suas práticas, levando em consideração suas particularidades. No caso da Política de Extensão da Rede Federal, sua elaboração também levou em consideração as orientações contidas nos documentos que regem a Extensão de modo geral.

No tópico referente ao FORPROEX, foi apresentado o quadro com as áreas e linhas temáticas da extensão, que são as mesmas adotadas pela Política de Extensão da Rede Federal. Segundo a Política da Rede Federal (2015):

As Áreas Temáticas da Extensão seguem a sistematização realizada pela Rede Nacional de Extensão das Instituições de Ensino Superior:

[...]

As Linhas da Extensão seguem a sistematização realizada pela Rede Nacional de Extensão das Instituições de Ensino Superior, e podem estar ligadas a qualquer uma das Áreas Temáticas (FORPROEXT, 2015).

Nesse caso, o quadro elaborado no tópico que trata do FORPROEX servirá de referência e dispensará sua replicação neste tópico. Assim como foi feito com o Plano Nacional de Extensão, com a Política Nacional de Extensão e com as Diretrizes da Extensão Universitária, será realizada uma busca no texto da Política de Extensão da Rede Federal para identificar se há referência ao tema Sustentabilidade.

O texto da Política de Extensão da Rede Federal (2015) traz, de forma explícita, quatro referências à sustentabilidade, sendo todas relacionadas às linhas de extensão e são citadas da seguinte forma:

6 Linhas da Extensão

[...]

8. Desenvolvimento Regional: [...] **Desenvolvimento** Local Integrado e **Sustentável** DLIS; [...] elaboração de matrizes e estudos sobre desenvolvimento regional integrado, tendo como base recursos locais renováveis e **práticas sustentáveis**; discussão sobre permacultura; definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e **sustentabilidade** (FORPROEXT, 2015, grifo nosso).

A quarta e última ocorrência do termo está na linha de extensão número 9, que trata sobre desenvolvimento rural e questão agrária, e está disposta da seguinte maneira: “9. Desenvolvimento Rural e Questão Agrária: [...] planejamento do **desenvolvimento** rural **sustentável** [...]” (FORPROEXT, 2015, grifo nosso).

Dessa forma, é possível afirmar que, em ambas as políticas, as recomendações estão alinhadas ao cumprimento de práticas extensionistas voltadas à sustentabilidade em seu sentido mais amplo. Não há, porém, menção explícita à dimensão social das práticas sustentáveis.

O que se pode perceber é que todas as áreas temáticas (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Saúde e Trabalho) presentes na Política, assim como as linhas de extensão, em um nível menor ou maior, podem colaborar com o desenvolvimento socialmente sustentável, uma vez que são executadas de acordo com as demandas originárias dos diversos contextos sociais que se apresentam.

#### 4. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA - IFPB

O presente capítulo será destinado a apresentar o Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB, percorrendo brevemente os momentos históricos que culminaram com a mudança de nomenclatura, seguido do tópico referente à Política de Extensão do IFPB e, por fim, apresentação e discussão dos dados da pesquisa.

##### 4.1 IFPB: linha do tempo

O atual Instituto Federal da Paraíba - IFPB é uma instituição centenária. Sua fundação data do ano de 1909, quando recebeu o nome de Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba. As décadas que se seguiram foram de mudanças em sua estrutura organizacional. Isso ocorreu em função das mudanças de várias ordens. Cada mudança no contexto político, econômico, social e cultural ocorrida no país repercutia diretamente nas instituições.

Ao longo dos anos, desde a sua fundação, o IFPB recebeu diferentes denominações, como está descrito abaixo:

Escola de Aprendizes Artífices da Paraíba, de 1909 a 1937; Liceu Industrial de João Pessoa, de 1937 a 1961; Escola Industrial Coriolano de Medeiros ou Escola Industrial Federal da Paraíba, de 1961 a 1967; Escola Técnica Federal da Paraíba, de 1967 a 1999; Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, de 1999 a 2008; e, finalmente, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba com a edição da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (IFPB, 2015).

Para situar a criação da escola, é preciso identificar em que contexto o país se encontrava, pois isso é importante para entender como e por que a escola foi criada. O início do século XX foi marcado por um momento de relevantes mudanças. O país havia saído de um modelo escravocrata e contava com inúmeros problemas sociais, econômicos, políticos e culturais.

Do ponto de vista político, também era recente a forma republicana de governo. Era um início de século em que o mundo estava buscando se desenvolver cada vez mais a partir da produção industrial e isso também repercutiu na forma como o país se comportou diante desse panorama.

De acordo com Lima et al (1995):

O país atravessava um período de implantação gradual de seu parque industrial, ensejando o surgimento incipiente de fábricas que atendessem às exigências do mercado consumidor local. O funcionamento das indústrias requeria, paulatinamente, o concurso de mão de obra especializada para fazer face à produção de manufaturados. Assim, a execução de trabalhos ligados à produção industrial exigia a qualificação e habilitação devidas, visando ao aspecto qualitativo do produto industrializado (LIMA et al., 1995, p. 3).

Acrescenta também as políticas adotadas pelo governo a fim de conter a população que crescia e demandava por necessidades básicas de sobrevivência. Para que todos os problemas oriundos de uma sociedade que se via em um contexto de carências diversas não provocassem uma revolta social, o governo da época procurou criar instituições “como asilos, hospícios, casas de correção e escolas profissionalizantes” (LIMA et al., 1995, p. 4), com o objetivo de evitar revoltas sociais.

Então, no ano de 1909, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram criadas e serviram como instituições destinadas a atender uma parcela marginalizada da população. Por serem escolas com esse perfil, a sociedade olhava para esses estabelecimentos de forma pouco amistosa, pois considerava que estavam ali possíveis causadores de problemas para a sociedade.

A Escola de Aprendizes e Artífices da Paraíba, surgida em cumprimento a diploma legal do Governo Federal, dá os seus primeiros passos já estigmatizadas pelas manchas do preconceito e da discriminação. Participar de suas atividades poderia ser encarado como uma penalidade ou castigo (LIMA et al., 1995, p. 5).

Em 1937, a Escola de Aprendizes e Artífices foi transformada em Liceu Industrial de João Pessoa. Houve um impulsionamento do ensino profissionalizante no país com a aprovação da Constituição da época. A década de 1930 foi marcada pelo incentivo da oferta desses cursos com o objetivo de formação de mão de obra



para atender ao movimento de desenvolvimento da indústria no país e a escola passou a contar com um número maior de estudantes.

No ano de 1961, recebeu o nome de Escola Industrial Coriolano de Medeiros ou Escola Industrial Federal da Paraíba. Alguns aspectos importantes desse momento precisam ser citados como a autonomia administrativa, didática, técnica e financeira que essas instituições passaram a ter a partir do ano de 1959, com a Lei 3.552, que tratava sobre aspectos administrativos desses estabelecimentos, e, também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, que possibilitou à Escola criar cursos classificados como de 2º grau (LIMA et al., 1995, p. 49).

A denominação de Escola Industrial Coriolano de Medeiros ou Escola Industrial Federal da Paraíba durou até 1967, momento em que passou a ser chamada de Escola Técnica Federal da Paraíba. O país já vivia o período do regime militar. Em termos estruturais e de política de desenvolvimento, havia um incentivo à valorização de profissionais habilitados a trabalhar em prol do fortalecimento da produção industrial e, com isso, houve um crescimento de oferta de cursos destinados a esse propósito, que eram os cursos técnicos: “Uma política de valorização dos cursos técnicos passa a ser implementada junto à comunidade. Em função disso, aumenta o número de matrículas, [...]” (LIMA et al., 1995, p. 60).

Em 1999, passou a ser Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - Cefet-PB. Antes dessa transformação, ocorreu um movimento de expansão da instituição, ainda enquanto Escola Técnica. Foi a criação, em 1995, de uma unidade de ensino no município de Cajazeiras, denominada de Uned - Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras, segundo Abiahy e Souza (2012), “No ano de 1995, ainda como Escola Técnica Federal da Paraíba, a Instituição interiorizou suas atividades, através da instalação da Unidade de Ensino Descentralizada de Cajazeiras (Uned Cajazeiras).”

Um marco importante na história da instituição, tendo em vista a abertura de mais vagas e também por ocupar o outro extremo do Estado. Uma forma de ampliar seu poder de alcance e promover mais oportunidades de desenvolvimento para a região.

No ano de 2008, transformou-se em Instituto Federal da Paraíba e conta, atualmente, com 21 campi e um polo de inovação. São eles:

**Quadro 8** - Relação dos *campi*<sup>24</sup> do IFPB

Areia	Guarabira	Pedras de Fogo	Polo de Inovação
Cabedelo	Itabaiana	Picuí	
Cabedelo Centro	Itaporanga	Princesa Isabel	
Cajazeiras	João Pessoa	Santa Luzia	
Campina Grande	Mangabeira	Santa Rita	
Catolé do Rocha	Monteiro	Soledade	
Esperança	Patos	Sousa	

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Foi a partir dessa transformação em Instituto Federal que a instituição passou a ser equiparada às universidades federais, para efeitos de “regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior” (BRASIL, 2008), assim como consta também no PDI (2015-2019)<sup>25</sup>: “Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da Instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Federal da Paraíba é equiparado às universidades federais” (IFPB, 2015).

Segundo a Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais são assim definidos:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Os mesmos princípios adotados pelas universidades são também adotados pelos institutos, embora existam características particulares quando em comparação com as universidades. Apesar dos institutos serem considerados instituições superiores, eles oferecem cursos da educação básica, que são, na verdade, seu objetivo principal.

<sup>24</sup> Informação disponível no portal oficial do IFPB. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/>.

<sup>25</sup> O PDI 2020-2024 ainda estava em formato de minuta para apreciação e contribuição da comunidade acadêmica até o dia 30/04/2021 e, por isso, a pesquisa será baseada no PDI ainda vigente.

O percentual mínimo de vagas ofertadas pela instituição para nível médio é de 50%, segundo a Lei 11.892/2008,

#### Dos Objetivos dos Institutos Federais

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

[...]

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, [...] (BRASIL, 2008).

Segundo consta no PDI (2015-2019), elaborado com base no que estabelece a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a missão do IFPB é assim descrita:

#### 1.1.1. Missão

Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática (IFPB, 2015, p. 11).

Para finalizar, o CONIF apresenta a trajetória da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir da qual são trazidas algumas características de cada um dos momentos históricos pelo qual a Rede passou. Assim, tem-se:

Quadro 9 - Trajetória da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Ano	Nome	Características
1909	Escolas de Aprendizizes Artífices	Criadas escolas no 19 Estados brasileiros; ► Objetivo: Educar e ensinar um ofício a meninos de 10 a 13 anos em situação de vulnerabilidade social, inclusive índios e escravos; ► Instituições subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.
1937	Liceus Profissionais	Algumas instituições são transformadas em liceus; ► Com a reestruturação do Ministério da Educação e Saúde, é criada a Divisão do Ensino Industrial e o Departamento Nacional de Educação.
1942	Escolas Industriais e Técnicas	As instituições passam a ser subordinadas ao Ministério da Educação e Saúde;

		<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Com a criação de leis orgânicas, ocorre profunda reforma no sistema educacional brasileiro e, nesse contexto, o ensino profissional e técnico é equiparado ao nível médio.</li> </ul>
1959	Escolas Técnicas	<p>Instituições recebem autonomia didática, técnica, financeira e administrativa;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Criados diversos cursos técnicos;</li> <li>▶ Autorizado o início da formação técnica de nível superior, posteriormente, estabelecida como as Engenharias Operacionais.</li> </ul>
1978	Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets)	<p>Realização de Pesquisas na área técnica industrial, e oferta de cursos industriais, de graduação e pós graduação;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Formação de profissionais de engenharia industrial e de tecnólogos, e de licenciatura plena;</li> <li>▶ Cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização;</li> <li>▶ Criação dos cursos para formação de professores.</li> </ul>
2008	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	<p>Expansão, interiorização e consolidação da Rede Federal, cobrindo todo o território brasileiro;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Democratização e ampliação do acesso às conquistas científicas e tecnológicas;</li> <li>▶ Formação de profissionais qualificados;</li> <li>▶ Fomento ao desenvolvimento regional;</li> <li>▶ Estímulo à permanência de profissionais qualificados no interior do Brasil;</li> <li>▶ Inclusão social e redução das desigualdades;</li> <li>▶ Atendimento aos municípios populosos com Arranjos Produtivos Locais identificados, baixa receita per capita e mais de 50.000 habitantes;</li> <li>▶ Desenvolvimento de produtos, processos e serviços;</li> <li>▶ 31 Centros Federais de Educação Tecnológica, 75 Unidades Descentralizadas de Ensino, 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 Escolas Vinculadas às Universidades passam ao status de Institutos Federais.</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora com base no CONIF<sup>26</sup> (2021).

Com base nas informações acima, percebe-se que a Extensão só passou a fazer parte da estrutura das instituições da Rede a partir do ano de 1978.

<sup>26</sup> Disponível em: [Histórico \(conif.org.br\)](http://Historico.conif.org.br). Acesso em: 04 set. 2021.

## 4.2. Política de Extensão do IFPB

Atualmente, encontra-se em processo de finalização o documento referente à Política de Extensão do IFPB. Sendo a instituição um ente dotado de autonomia para organizar seus processos de trabalho de acordo com sua estrutura interna e com as necessidades que se apresentam, a criação de uma Política própria para nortear as ações de extensão irá possibilitar maior atendimento às demandas em nível local e regional.

A construção desse documento contou com a colaboração de servidores, discentes e público externo, garantindo, assim, o caráter dialógico e democrático do processo, princípios fundamentais defendidos pela instituição. Além disso, a Política está de acordo com a legislação educacional do país, em especial, com as Políticas de Extensão elaboradas pelo FORPROEX e pelo FORPROEXT.

Quanto à finalidade da Política de Extensão do IFPB, tem-se:

Art. 1º A Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) tem a finalidade de orientar o desenvolvimento da Extensão no âmbito da Instituição, promovendo a articulação entre o saber fazer e a realidade socioeconômica, cultural e ambiental junto às áreas de abrangência social, articulando Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva do desenvolvimento local e regional, em consonância com a legislação vigente para a Educação Profissional e Tecnológica (IFPB, 2020, p. 3).

Como se vê, as ações serão desenvolvidas de acordo com as demandas sociais, econômicas, culturais e ambientais, a nível local e regional, de forma a aplicar os saberes para alcançar resultados mais efetivos, fortalecendo a instituição e a sociedade. Tendo em vista a diversidade e complexidade dos problemas sociais, é importante que as ações de extensão estejam alinhadas às soluções pensadas a partir de uma visão coletiva, principalmente, por quem vivencia os problemas.

Em termos da composição do documento, a Política dispõe dos seguintes pontos:

Art. 2º A Política de Extensão dispõe sobre concepções, conceitos, princípios, diretrizes, objetivos, dimensões, áreas temáticas e linhas da extensão, caracterização e classificação das ações de extensão, programas institucionais, finalidade, objetivos e instâncias da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, curricularização da extensão, publicações e outros produtos acadêmicos, gestão das ações de extensão, fomento à extensão e disposições finais e transitórias (IFPB, 2020, p. 3).

As disposições trazidas serão instrumentos importantes na condução das ações de extensão da instituição, uma vez que contemplam aspectos essenciais para um desempenho exitoso das ações.

Em relação ao público alvo, as ações de extensão contemplarão, obrigatoriamente, o público externo. Assim, segundo a Política (2020): “Parágrafo único. O público envolvido na ação extensionista deve, preferencialmente, na sua maioria, contemplar a comunidade externa” (IFPB, 2020, p. 4). Além da necessidade de envolver o público externo, é preciso também que haja o envolvimento dos estudantes, já que a extensão é parte do processo formativo, junto ao ensino e à pesquisa. Dessa forma, o texto traz:

Art. 6o A Extensão tem como pressuposto a interação dialógica e transformadora com a sociedade, em articulação com o ensino e a pesquisa, contribuindo para o processo formativo inter, multi e transdisciplinar do educando, nos diversos níveis, etapas e modalidades de ensino.

Parágrafo Único As ações de Extensão devem, portanto, envolver necessariamente o protagonismo estudantil e a comunidade externa (IFPB, 2020, p. 4).

O cumprimento desses preceitos básicos é fundamental para legitimar as ações e alcançar a finalidade para a qual a extensão foi criada.

Dois outros aspectos que merecem destaque na Política de Extensão do IFPB são os princípios e as diretrizes norteadoras. Entende-se como princípios, de forma geral, as ideias que estão na base de uma norma e que servem como elementos norteadores das ações. Os princípios trazidos pela Política (2020) representam os pontos essenciais segundo os quais a extensão deve ter como norte. Os princípios elencados são:

Art. 8o A Política de Extensão do IFPB é norteadora pelos seguintes princípios:

- I. Cidadania e trabalho como base da educação profissional;
- II. Extensão como renovadora da vida acadêmica e institucional;
- III. Protagonismo estudantil;
- IV. Construção coletiva do saber de forma inter, multi, transdisciplinar e interprofissionais;
- V. Indissociabilidade e horizontalidade das políticas de ensino, pesquisa e extensão;
- VI. Compromisso social e transformador do IFPB com as demandas da sociedade;
- VII. Territorialidade e intersetorialidade;

VIII. Cultura de paz e o respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural (IFPB, 2020, p. 6).

Percebe-se que são elementos fundamentais para o fortalecimento institucional, tanto do ponto de vista do processo de planejamento e execução das suas ações, quanto em relação à formação do estudante e, também, enquanto possibilidade de debates sobre as demandas sociais.

Assim como os princípios, as diretrizes norteiam as ações e são fundamentais no processo de elaboração da Política, uma vez que refletem sobre os elementos que são importantes em cada etapa, desde a concepção até a execução das ações extensionistas. Segundo consta no documento:

Art. 9º As diretrizes se constituem em orientações para a concepção, formulação, elaboração, avaliação e a implementação das ações de extensão, em consonância com a política nacional de extensão, com os fóruns nacionais de dirigentes de extensão e com base na interação dialógica, na formação cidadã do estudante, na produção de mudanças e na articulação Ensino-Pesquisa-Extensão (IFPB, 2020, p. 6).

Nota-se, através das diretrizes, que o desenvolvimento das ações de extensão deve ser pautado no respeito às normas mais gerais elaboradas pelos fóruns, tanto o FORPROEX quanto o FORPROEXT, assim como no diálogo entre instituição e sociedade, já que as ações precisam ser elaboradas segundo às demandas por ela apresentadas. Reforça, também, a importância da extensão no processo de formação do estudante enquanto cidadão e para que seja um ator na busca por uma sociedade mais justa. Por fim, traz a articulação das três funções básicas nas quais o ensino superior está alicerçado, que é o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em relação à abordagem do tema sustentabilidade, de forma geral, é possível identificar as seguintes ocorrências:

Art. 15 O IFPB, por meio da sua Política de Extensão, objetiva:  
[...]

VI. Estimular e apoiar processos pedagógicos multi, inter, transdisciplinares e interprofissionais que levem à inovação social, à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do **desenvolvimento socioeconômico sustentável**, local e regional (IFPB, 2020, p. 9).

Nessa primeira ocorrência, o termo sustentabilidade faz referência ao desenvolvimento social e econômico. São duas dimensões basilares do conceito de

sustentabilidade. Há também outro aspecto citado no Artigo acima, trazido na discussão teórica sobre o tema, que é a preocupação com o desenvolvimento em níveis locais e regionais. O atingimento dos níveis mais elevados de desenvolvimento, com maior eficácia em termos sustentáveis, depende, também, de ações em escalas menores, como é o caso das ações numa dimensão local, por exemplo. Os planejamentos e execuções que partem do micro para o macro cenário, abarcando os problemas em sua origem e não apenas combatendo seus efeitos.

As outras ocorrências do termo sustentabilidade, trazidas pela Política, são as seguintes:

#### ANEXO I

##### LINHAS DE EXTENSÃO

[...]

8. Desenvolvimento Regional: [...] participação em fóruns, **Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável** DLIS; [...] definição de indicadores e métodos de avaliação de desenvolvimento, crescimento e **sustentabilidade**.

9. Desenvolvimento Rural e Questão Agrária: [...] planejamento do **desenvolvimento rural sustentável** (IFPB, 2020, p. 30-31).

De acordo com os fragmentos acima, em consonância com as linhas de extensão da Política Nacional e da Rede Federal, o termo sustentabilidade está associado, também, ao desenvolvimento local e regional, como já foi citado acima, além de trazer questões referentes ao campo, como é o caso do desenvolvimento rural e a questão agrária.

A seguir, serão apresentadas as Áreas Temáticas presentes na Política de Extensão do IFPB, pois serão a base para a análise dos dados da pesquisa.

#### 4.2.1. Áreas temáticas da Política de Extensão

O presente tópico abordará o conceito das Áreas Temáticas da Política de Extensão do IFPB, pois será com base nisso que os dados extraídos dos Relatórios de Indicadores serão analisados.

As Áreas Temáticas da Política de Extensão do IFPB (2020) são as mesmas presentes na Política Nacional de Extensão. Assim, tem-se:



Art. 18 São 8 (oito) as Áreas Temáticas de concentração das ações de extensão, de caráter nacional, definidas no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a saber:

- I. Comunicação;
- II. Cultura;
- III. Direitos Humanos e Justiça;
- IV. Educação;
- V. Meio Ambiente;
- VI. Saúde;
- VII. Tecnologia e Produção;
- VIII. Trabalho (IFPB, 2020, p. 11).

A ideia de classificar as ações de acordo com essas áreas, segundo a Política de Extensão (2020), é com o objetivo de “nortear a sistematização das ações de extensão em áreas correspondentes a grandes focos de política social e de desenvolvimento e capacitação tecnológica”, além disso, “proporcionar o diálogo dos extensionistas que atuam na mesma área, bem como possibilitar estudos e relatórios com vistas a subsidiar a implementação de políticas de fomento à extensão” (IFPB, 2020, p. 11).

A partir do agrupamento das ações por área, é possível avaliar os impactos gerados e desenvolver estratégias para ampliação de outras ações, de forma a atender um número cada vez maior de demandas sociais.

Quadro 10 - Áreas Temáticas das ações de extensão e a relação com as dimensões da Sustentabilidade

Área Temática	Ações de extensão	Dimensão da Sustentabilidade
Comunicação	Comunicação Social; mídia comunitária; comunicação escrita e eletrônica; produção e difusão de material educativo; televisão universitária; rádio universitária; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de comunicação social; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área.	Transversal: ações que englobam múltiplos aspectos e que perpassam as demais dimensões, contribuindo para a formação humana e para o alcance dos objetivos pretendidos pelas políticas voltadas à justiça social e demais direitos essenciais dos cidadãos. A comunicação desempenha, portanto, um importante papel no processo formativo e informativo.

Cultura	Desenvolvimento de cultura; cultura, memória e patrimônio; cultura e memória social; cultura e sociedade; folclore, artesanato e tradições culturais; produção cultural e artística na área de artes plásticas e artes gráficas; produção cultural e artística na área de fotografia, cinema e vídeo; produção cultural e artística nas áreas de música e dança; produção teatral e circense; rádio universitária; capacitação de gestores e políticas públicas no setor cultural; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; cultura e memória social.	Sustentabilidade Social: ações de valorização da cultura e das identidades dos grupos sociais, reforçando a percepção enquanto ser social que tem uma história e produz conhecimento, ao mesmo tempo em que faz refletir sobre seu entorno e sobre as diferenças existentes entre formas de organização, pensamentos e comportamentos das sociedades.
Direitos Humanos e Justiça	Assistência jurídica; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de direitos humanos; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de grupos sociais; organizações populares; questão agrária.	Sustentabilidade Social: ações que promovem conquistas no campo dos direitos humanos e justiça social, fundamentais para que as sociedades se desenvolvam de maneira a gerar transformações positivas em todos os âmbitos, uma vez que pensar em direitos humanos é levar em consideração todos os fatores essenciais para sua sobrevivência, tanto do ponto de vista fisiológico, quanto do ponto de vista das relações com o meio.
Educação	Educação básica; educação e cidadania; educação à distância; educação continuada; educação de jovens e adultos; educação especial; educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; incentivo à leitura; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas em educação; cooperação interinstitucional e internacional na área.	Sustentabilidade Social: ações centradas no processo educativo, formal e/ou informal, permitindo aos cidadãos a criação de pensamento crítico, percepção dos problemas sociais existentes e a possibilidade de se posicionar diante dos problemas para buscar soluções.

Meio Ambiente	Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; desenvolvimento regional sustentável; aspectos de meio ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento urbano e do desenvolvimento rural; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de meio ambiente; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação ambiental na área, gestão de recursos naturais, sistemas integrados para bacias regionais.	Sustentabilidade Ambiental: ações mais voltadas à educação ambiental, com foco, em sua maioria, no meio ambiente natural.
Saúde	Promoção à saúde e qualificação de vida; atenção a grupos de pessoas com necessidades especiais; atenção integral à mulher; atenção integral à criança; atenção integral à saúde de adultos; atenção integral ao adolescente e ao jovem; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas de saúde; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; desenvolvimento do sistema de saúde; saúde e segurança no trabalho; esporte, lazer e saúde; hospitais e clínicas universitárias; novas endemias e epidemias; saúde da família; uso e dependência de drogas.	Sustentabilidade Socioambiental: ações relacionadas à promoção da saúde, em todas as suas formas, o que repercute nas questões sociais e, também, ambientais, impactando, conseqüentemente, no desenvolvimento da sociedade.
Tecnologias e Produção	Transferência de tecnologias apropriadas; empreendedorismo; empresas juniores; inovação tecnológica; pólos tecnológicos; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas de ciências e tecnologia; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; direitos de propriedade e patentes.	Sustentabilidade Econômica: ações mais voltadas para o desenvolvimento de novas tecnologias que promovam ganhos em termos financeiros.
Trabalho	Reforma agrária e trabalho rural; trabalho e inclusão social; capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas do trabalho; cooperação interinstitucional e cooperação internacional na área; educação profissional; organização popular para o trabalho; cooperativas populares; questão agrária; saúde e segurança no trabalho; trabalho infantil; turismo e oportunidades de trabalho.	Sustentabilidade Social: ações voltadas às questões que envolvem trabalho e seus desdobramentos do ponto de vista do papel que o trabalho desempenha diante do processo de construção de uma sociedade mais justa.

Fonte: elaborado pela autora com base no IFPB<sup>27</sup> (2021).

A partir do quadro acima, é possível observar que existem áreas que podem ser classificadas como pertencentes, diretamente, à dimensão social pelo teor das

<sup>27</sup> Disponível em: [Áreas Temáticas — Instituto Federal da Paraíba IFPB](#). Acesso em: 04 set. 2021.

ações que desenvolvem, como é o caso das áreas ligadas à Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação e Trabalho. Outras, porém, desenvolvem ações que estão predominantemente dentro do campo conceitual de outras dimensões ou em combinação, como a Comunicação, que pode ser considerada uma área transversal, dadas as características apresentadas, assim como é o caso da área relativa à Saúde, que pode ser classificada como pertencente tanto à dimensão social, quanto à ambiental, já que as ações visam à trabalhar problemas que envolvem o meio ambiente e as repercussões na sociedade e vice-versa.

Importante, lembrar que as dimensões e seus aspectos definidores são considerados de acordo com as características mais presentes, mas que existe uma relação entre todas as dimensões, de maneira que não se pode pensar em grupos isolados, mas em interconexão entre elas. No caso das ações extensionistas e suas classificações também se pode pensar dessa forma. As Áreas Temáticas facilitam a localização das ações segundo o conjunto de características, porém, podem desenvolver ações que compartilham de aspectos presentes nas demais áreas.

Como foi visto no quadro 10, das 8 (oito) Áreas Temáticas, quatro (4) delas podem ser classificadas como pertencentes à sustentabilidade social, de acordo com suas características e com o que foi apresentado na discussão teórica, considerando, para isso, as ideias mais amplas apresentadas pelo teórico Ignacy Sachs (2004). Serão tomadas, dessa forma, as áreas Educação, Direitos Humanos e Justiça, Cultura e Trabalho, que fazem parte do que se entende por sustentabilidade social, como base para as análises dos dados da pesquisa.

Diante do exposto, é possível considerar a Política de Extensão do IFPB como um instrumento para o desenvolvimento das ações extensionistas da instituição, aliada, ainda, aos documentos produzidos no âmbito do FORPROEX e do FORPROEXT, assim como aos demais documentos e normas que regem a educação no país.

#### 4.3. Indicadores das ações de extensão desenvolvidas pelo IFPB/campus João Pessoa<sup>28</sup>

Os dados que serviram de base para a pesquisa foram extraídos dos Relatórios de Indicadores dos Projetos, Núcleos e Empreendimentos e disponíveis na página oficial do IFPB.

Antes de apresentar os dados, é importante saber o conceito de cada um desses grupos de ações a serem analisados. De acordo com a Política de Extensão do IFPB (2020), os Projetos de Extensão são definidos da seguinte forma:

Os Projetos de Extensão se constituem no conjunto de atividades processuais contínuas (mínimo de três meses), de caráter educativo, científico, cultural, político, social ou tecnológico com objetivos específicos e prazo determinado que pode ser vinculado ou não a um Programa de Extensão, envolvendo a participação de discentes (IFPB, 2020, p. 13).

Como visto, existe um período mínimo de duração dos Projetos (três meses). Isso é importante para possibilitar o desenvolvimento das ações dentro de um espaço de tempo que permita maior contato entre os envolvidos e criação de vínculos entre eles.

Em relação aos Núcleos, a Política define da seguinte forma:

Art. 44 Os Núcleos de Extensão são os espaços basilares na promoção da curricularização e creditação da extensão e na consolidação de coletivos organizados em rede, para a práxis da educação contextualizada que integra os saberes acadêmico e popular (IFPB, 2020, p. 19).

Essa construção de saberes baseada nas práticas educativas contextualizadas são fundamentais para dar sentido às ações. Além disso, enquanto espaços de integração entre os diferentes saberes, possibilita o desenvolvimento humano.

No caso dos Empreendimentos, segundo nota técnica nº 04 - PROEXC/IFPB, de 11 de dezembro de 2017, diz-se que:

[...] é uma forma de empreendedorismo cujo objetivo é a construção de bem estar comum. Trata-se de uma espécie de empreendedorismo, cujo foco central é a missão social e que age através do reconhecimento e busca

---

<sup>28</sup> Os dados extraídos foram baseados nas informações disponíveis até o dia 03 de agosto de 2021. Como existem ações em andamento e atualização dos indicadores, não é possível deixar a pesquisa em aberto, por isso foi feita a delimitação do tempo para coleta dos dados de análise da pesquisa.

implacável de novas oportunidades, e engajamento em um processo de contínua inovação, adaptação e aprendizado, que sirvam a essa missão. Entende-se ainda como a adoção de uma missão para criar e sustentar um valor social, não apenas um valor privado (IFPB, 2017, p. 2).

Os Empreendimentos são, portanto, instrumentos importantes para o desenvolvimento social, assim como os Projetos e Núcleos. As ações desenvolvidas pelos empreendimentos buscam atingir, primordialmente, o bem da coletividade, diferenciando do empreendedorismo baseado na visão empresarial e sua busca pelo lucro.

Os próximos tópicos apresentarão os gráficos com os quantitativos de Projetos, Núcleos e Empreendimentos desenvolvidos pelo campus João Pessoa, dentro do intervalo de tempo compreendido entre 2014 e parte de 2021. Em relação à delimitação do tempo para a coleta dos dados, foram consideradas aquelas ações cuja execução já havia finalizado até o dia 03 de agosto de 2021. Muitas ações seguiram ao longo de todo o ano de 2021, por isso foi necessário estabelecer um limite de tempo para que fosse possível fazer a leitura e discussão dos dados a tempo de cumprir o prazo para apresentação da pesquisa.

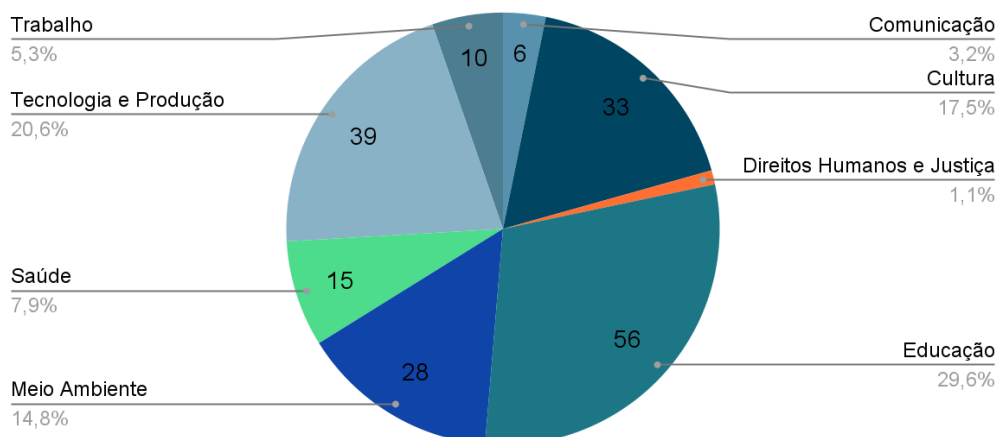
#### 4.3.1. Indicadores dos Projetos - campus João Pessoa

Abaixo, será apresentado um gráfico com os dados relativos ao quantitativo de Projetos de Extensão desenvolvidos pelo campus João Pessoa.

Projetos por área temática - campus João Pessoa:

Gráfico 1: Projetos por área temática - campus João Pessoa

### Projetos por área temática - campus João Pessoa



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados extraídos do Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP (2021)<sup>29</sup>.

De acordo com o gráfico, a Área Temática que concentra o maior número de ações de extensão é a Educação (29,6% - sustentabilidade social), seguida por Tecnologia e Produção (20,6% - sustentabilidade econômica), Cultura (17,5% - sustentabilidade social), Meio Ambiente (14,8% - sustentabilidade ambiental), Saúde (7,9% - sustentabilidade socioambiental), Trabalho (5,3% - sustentabilidade social), Comunicação (3,2% - transversal), Direitos Humanos e Justiça (1,1% - sustentabilidade social).

Em relação ao somatório das ações das quatro áreas temáticas classificadas como pertencentes à sustentabilidade social (Educação, Direitos Humanos e Justiça, Cultura e Trabalho), tem-se o seguinte percentual geral: 64,6% dos Projetos.

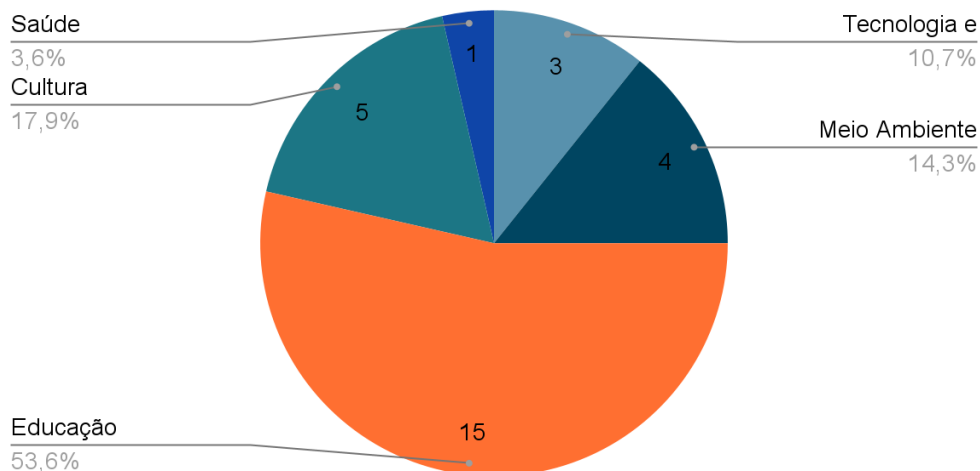
#### 4.3.2. Indicadores dos Núcleos - campus João Pessoa

Abaixo, as informações referentes aos indicadores dos Núcleos do campus João Pessoa:

Gráfico 2: indicadores de núcleos por áreas temáticas - campus João Pessoa

<sup>29</sup> Disponível em: [Relatório de indicadores de projetos - SUAP: Sistema Unificado de Administração Pública \(ifpb.edu.br\)](https://relatorio.de.projetos-suap.ifpb.edu.br). Acesso em: 03 ago. 2021.

#### Indicadores de núcleos por áreas temáticas - campus João Pessoa



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados extraídos do Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP (2021)<sup>30</sup>.

Segundo os dados do gráfico acima, tem-se a predominância de Núcleos ligados à área temática da Educação (53,6% - sustentabilidade social), seguido da Cultura (17,9% - sustentabilidade social), Meio Ambiente (14,3% - sustentabilidade ambiental), Tecnologia e Produção (10,7% - sustentabilidade econômica) e Saúde (3,6% - sustentabilidade socioambiental).

Assim, em termos de percentuais gerais relativos à dimensão social, tem-se 75,1% das ações desenvolvidas pelos Núcleos, representados pelas áreas Educação e Cultura.

#### 4.3.3. Indicadores de Empreendimentos - campus João Pessoa

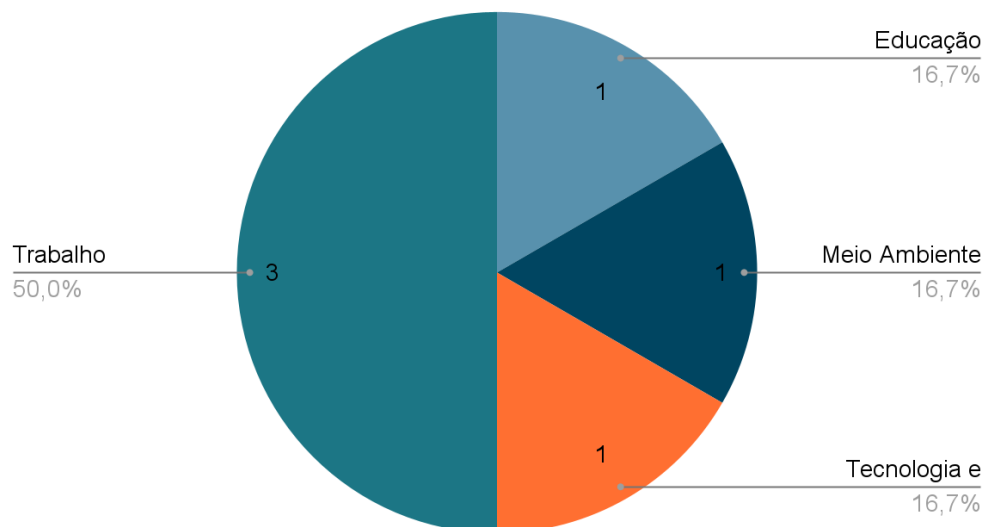
Abaixo, o gráfico referente aos Empreendimentos desenvolvidos pelo campus João Pessoa:

Gráfico 3: Empreendimentos por área temática - campus João Pessoa

<sup>30</sup> Disponível em: [Relatório de indicadores de núcleos - SUAP: Sistema Unificado de Administração Pública \(ifpb.edu.br\)](https://relatorio-de-indicadores-de-nucleos-suap.ifpb.edu.br). Acesso em: 03 ago. 2021.



Empreendimentos por área temática - campus João Pessoa



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados extraídos do Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP (2021)<sup>31</sup>.

De acordo com o que traz o relatório sobre os Empreendimentos, a predominância das ações está na área temática Trabalho (50% - sustentabilidade social), seguido da Educação (16,7% - sustentabilidade social), Meio ambiente (16,7% - sustentabilidade ambiental) e Tecnologia e Produção (16,7% - sustentabilidade econômica), com o mesmo percentual de ações.

Com isso, tem-se o somatório de 66,7% das ações de Empreendimentos que são classificadas como alinhadas ao conceito de sustentabilidade social, estando presente apenas a área da Educação.

A partir dos dados acima, é possível observar qual foi a área, dentre aquelas classificadas como predominantemente pertencentes à dimensão social da sustentabilidade, que concentrou o maior número de ações.

Abaixo, segue o quadro com as áreas temáticas e o quantitativo de ações por Projetos, Núcleos e Empreendimentos. Serão somadas as ações para identificar quais áreas foram mais trabalhadas. Assim, tem-se:

Quadro 11 - Quantitativo das ações por Projetos, Núcleos e Empreendimentos

Área temática	Projetos	Núcleos	Empreendimentos	Total
---------------	----------	---------	-----------------	-------

<sup>31</sup> Disponível em: [Relatório de indicadores de empreendimentos - SUAP: Sistema Unificado de Administração Pública \(ifpb.edu.br\)](https://relatorio.deindicadores.deempreendimentos.suap.ifpb.edu.br). Acesso em: 04 ago. 2021.

Trabalho	10	0	3	13
Tecnologia e Produção	39	3	1	43
Saúde	15	1	0	16
Meio Ambiente	28	4	1	33
Comunicação	6	0	0	6
Cultura	33	5	0	38
Direitos Humanos e Justiça	2	0	0	2
Educação	56	15	1	72

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa (2021).

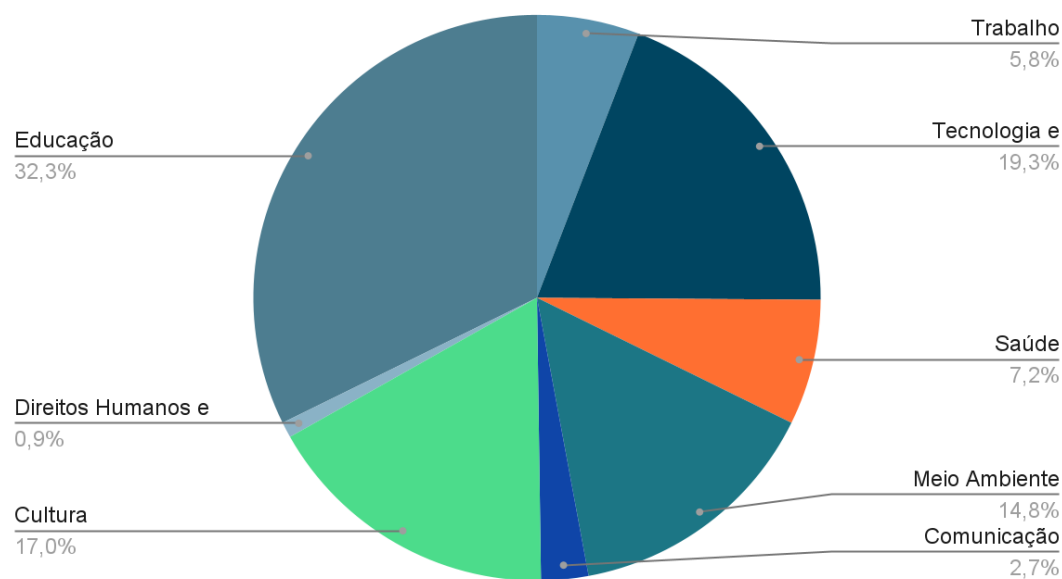
De acordo com o quadro, os indicadores mostram que apenas as ações desenvolvidas por meio dos Projetos de Extensão trabalharam as oito áreas temáticas. Em relação aos Núcleos, as áreas ligadas ao Trabalho, Comunicação e Direitos Humanos e Justiça não tiveram ações desenvolvidas. No caso dos Empreendimentos, as áreas ligadas à Saúde, Comunicação, Cultura e Direitos Humanos e Justiça não foram desenvolvidas.

Embora os Núcleos e os Empreendimentos não tenham desenvolvido ações que contemplassem as oito áreas temáticas, as ações que foram realizadas estão alinhadas, em sua maioria, aos ideais da sustentabilidade social que foram apresentados ao longo do trabalho.

O que se observa, em termos percentuais, é o seguinte:

Gráfico 4 - Percentuais de ações por Áreas Temáticas

Percentuais de ações por Áreas Temáticas - campus João pessoa



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021).

De acordo com o gráfico, a maior porcentagem de ações está concentrada na área da Educação, com 32,3 %, seguida por Tecnologia e Produção, com 19,3%; Cultura, com 17%; Meio Ambiente, com 14,8%; Saúde, com 7,2%; Trabalho, com 5,8%; Comunicação, com 2,7% e, por fim, Direitos Humanos e Justiça, com 0,9%.

Como já foi visto em um tópico anterior, dentre as Áreas Temáticas e a relação com as dimensões da sustentabilidade, quatro podem ser classificadas como pertencentes à dimensão social (Educação, Cultura, Trabalho, Direitos Humanos e Justiça), o que corresponde, em números gerais, a 56%, combinada com outras dimensões, 9,9% e, 34,1%, outras dimensões.

Em resumo, o quadro abaixo apresenta, em termos percentuais, qual foi o quantitativo de ações das áreas temáticas pertencentes à sustentabilidade social que foram desenvolvidas.

Quadro 12 - Ordem de concentração das ações extensionistas de acordo com as áreas temáticas classificadas como pertencentes à sustentabilidade social

Áreas Temática da Sustentabilidade Social	Ordem de concentração das ações extensionistas
Educação	32,3%

Cultura	17,0%
Trabalho	5,8%
Direitos Humanos e Justiça	0,9%

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2021).

Percebe-se, através dos dados, que a Área Temática Educação concentrou o maior número de ações extensionistas ao longo dos anos, entre 2014 até meados de 2021. Uma constatação positiva, tendo em vista a importância da educação para o processo de desenvolvimento social. É inegável que todas as mudanças para a melhoria das condições de vida da sociedade e sua preservação estão ancoradas no acesso à educação em sentido amplo.

Não se pode restringir a educação ao campo formal/institucional. É um conceito abrangente e se desenvolve tanto em espaços previamente criados com esse objetivo, como são as instituições de ensino, quanto fora deles. E se dá também por meio de processos informais. A extensão pode estar presente nos diversos espaços do fazer educativo.

Em segundo lugar, está a Área temática Cultura. É também uma área essencial quando se pensa em desenvolvimento social. Através da cultura é possível trabalhar o fortalecimento das identidades, o resgate da memória de um povo, a consciência da necessidade do respeito às diferenças.

Em terceiro lugar, está a ligada ao Trabalho. É também de suma importância quando se tem em vista a criação de uma vida humana baseada na dignidade. Perceber-se como um cidadão gera um sentimento de pertencimento e isso é fruto, também, do acesso ao trabalho. Importante destacar que não apenas a criação de postos de trabalhos, mas que venham acompanhados de condições de trabalho adequadas e de renda justa.

Por fim, de todas as Áreas Temáticas, incluindo as que não tratam diretamente dos aspectos sociais, a de menor concentração de ações foi a de Direitos Humanos e Justiça. Como foi visto, o contexto do pós-guerra levantou a discussão em torno das preocupações geradas a partir dos cenários trágicos gerados pelos conflitos bélicos.

#### 4.3.4. Análise dos projetos de extensão do IFPB/campus João Pessoa: aspectos da sustentabilidade

A análise dos projetos de extensão do IFPB teve como recorte temporal o período 2017 a 2019, optando-se por não considerar os projetos de 2020 por conta da Pandemia da Covid-19. Foram identificados 65 projetos, sendo 16 deles relacionados explicitamente à temática da sustentabilidade, distribuídos conforme quadro que segue:

**Quadro 13:** distribuição dos projetos de extensão do IFPB Campus João Pessoa e sua vinculação com a temática da sustentabilidade, no período de 2017-2019

Ano	Total	Vinculados à sustentabilidade	
2017	18	07	38,9%
2018	25	05	20%
2019	22	04	18,2%
Total	65	16	24,6%

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2022).

Ao considerarmos o quantitativo de projetos aprovados no período (2017-2019), verificamos que 24,6% tiveram relação com a sustentabilidade. Entretanto, ao considerarmos ano a ano, o percentual de projetos aprovados que contemplam dimensões da sustentabilidade vem caindo, passando de 38,9% em 2017 para 20% em 2018, chegando a 2019 com 18,2%.

Essa queda no percentual de ações relacionadas aos aspectos da sustentabilidade, não apenas aqueles definidos como pertencentes à dimensão social, deve ser pensada, tendo em vista as repercussões sociais que podem gerar.

Para a identificação dos projetos vinculados à sustentabilidade foi realizada a exploração dos arquivos disponibilizados em formato PDF, por meio de atalhos de teclado **Ctrl + f** (Windows) buscando-se palavras-chaves "sustentabilidade", "desenvolvimento sustentável", de forma a identificar tal temática em suas dimensões social, ambiental e econômica.

Identificados os dezesseis (16) projetos, considerando a área e temática privilegiada, a linha temática e respectivo tema e objetivo, a sua análise se deu por meio da inferência de sua relação com as dimensões da sustentabilidade (social,

econômica e ambiental), bem como identificação dos indicadores priorizados no projeto para sua avaliação. Tais registros foram sistematizados em quadro síntese, disponibilizado no Apêndice 1.

Ao nos atermos sobre a área e temática privilegiadas, percebemos que a maioria dos projetos (52,2%) se inseriu na área "Educação", que é um dado se mostra pertinente, haja vista o IFPB ser uma instituição educativa, sendo seguido por projetos em área diversas, sem tanto destaque, variando de uma a duas iniciativas por área, conforme apresentado no quadro a seguir:

**Quadro 14:** Distribuição dos projetos de extensão por área, período 2017-2019, no IFPB Campus João Pessoa:

Ano	Áreas					Subtotal
	Educação	Meio Ambiente	Cultura	Trabalho	Direitos Humanos e Justiça	
2017	Projetos 02, 04 e 14.	Projeto 16.	-	Projetos 01 e 13.	Projeto 07	-
Subtotal	03	01	-	02	01	07
2018	Projetos 09, 15, 27.	Projeto 03.	Projeto 17.	-	-	-
Subtotal	03	01	01	-	-	05
2019 (04)	Projetos 05, 18, 20.	-	Projeto 02.	-	-	-
Subtotal	03	-	01	-	-	04
Total	09	02	02	02	01	16

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados referentes aos Projetos de Extensão do IFPB disponíveis através do Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP (2022).

Quanto às linhas temáticas e temas, foi verificado nos projetos tal indicação, sendo sistematizado tais dados, resultando na listagem abaixo indicada:

Em 2017, na área de educação foram listados: Questões ambientais/Protagonismo juvenil (Proj.2); Divulgação Científica e Tecnológica/Profissões e cursos (Proj. 04) e Empreendedorismo/Vivência extensionista (Proj. 14). Na área de Trabalho, identificamos como linhas Empreendedorismo/Incubadora tecnológica (Proj. 1) e Saúde Proteção do trabalhador/Ergonomia (Proj. 13). Já na área de Direitos Humanos e Justiça, a linha Grupos Sociais Vulneráveis/Educação ambiental e, por fim, na área de Meio Ambiente, a linha Desenvolvimento Regional/Tecnologias sociais.

Em 2018, na área de Educação, identificamos como linha temática de dois projetos o Desenvolvimento Humano, sendo o projeto 9, na temática Juventude e Desenvolvimento Social, e o projeto 15, com o tema Conscientização ambiental; havendo um projeto desta área na linha Música, com tema conscientização ambiental e musical (Proj. 27). Na linha Meio Ambiente, identificamos o projeto 3, com temática Desenvolvimento Urbano/ diagnóstico habitacional; e na linha Cultura, o projeto 17, com foco nos Grupos Sociais Vulneráveis/Saberes tradicionais.

Por fim, em 2019, foram quatro projetos, dois na área de Educação, e dois, na de Cultura. Na área de Educação, encontramos dois projetos, sendo um na linha de Música (Proj. 05) e um na linha de Questões Ambientais/Educação e processo de ensino-aprendizagem - Desenvolvimento sustentável (Proj. 18). Na área de Cultura, identificamos um projeto na linha de Música (Proj. 02) e outro na linha de Desenvolvimento Humano/Juventude e desenvolvimento social (Proj. 20).

A partir desses dados e fazendo uma vinculação com a dimensão social da sustentabilidade, pode-se relacionar os seguintes projetos listados no quadro em apêndice, de acordo com cada ano em questão: 2017, os projetos 1, 2, 4, 7, 13 e 14; 2018, os projetos 3, 9, 15, 17 e 27; 2019, os projetos 2, 5, 18 e 20. Importante ressaltar que os conceitos trazidos ao longo da discussão não são estanques. Existem aspectos que perpassam mais de uma dimensão. A classificação dada é baseada em aspectos que predominam e, por isso, caracterizam-se mais com uma dimensão do que com outra.

Embora tenha havido uma redução no percentual das ações dos projetos que se relacionam com a temática geral da sustentabilidade, dentre as que trabalharam esse tema, a dimensão social foi predominante em comparação às demais. No que tange aos indicadores listados nos projetos, observa-se, de forma geral, uma predominância dos aspectos qualitativos em comparação com os quantitativos. Ênfase em promoção de situações de encontros, discussões e reflexões acerca das realidades nas quais os indivíduos estavam inseridos, enriquecendo não apenas os grupos sociais para quem a instituição estava voltada, mas também a própria instituição, uma vez que o contato com os saberes populares contribuem para o desenvolvimento dos saberes científicos que são produzidos nessas instituições.

Por ser uma instituição pública de educação, cuja missão é promover ações que repercutam em transformações sociais, desenvolvendo conhecimentos e

práticas que respondam às demandas sociais, o IFPB busca contribuir, através de suas práticas, para a construção de uma sociedade mais justa, valorizando a vida em suas mais diversas formas, como também a dignidade do homem. Para isso, é imprescindível que a sociedade tenha as garantias básicas para viver e se desenvolver plenamente. Sem isso, não há que se falar em futuro.

A partir do que foi apresentado ao longo de todo o trabalho e tendo em vista a importância do tema, é preciso pensar, dentro do que se propõe o IFPB, enquanto instituição pública de ensino, em como ampliar as ações de extensão que podem promover o desenvolvimento social de acordo com os princípios da sustentabilidade social. Algumas ideias são:

1. Buscar compreender quais são os motivos para que haja uma quantidade tão reduzida de ações voltadas à promoção dos Direitos Humanos e Justiça, já que é uma área essencial e, de certa maneira, comporta todas as demais;
2. Pensar em mais ações de extensão que fomentem as condições de formação humana para o trabalho, assim como a busca por mais parcerias com instituições que estejam dispostas a contribuir com o desenvolvimento social a partir da criação de novos postos de trabalho, principalmente em regiões com maior carência e, também, valorizar, cada vez mais, o mercado local;
3. Criar mais espaços de promoção da cultura local, regional e nacional;
4. Estimular a maior participação de servidores técnico-administrativos, para que possam contribuir com ideias, a partir de conhecimentos de áreas mais operacionais, mas não só esses, que podem agregar novos saberes, sendo, também, aliados dos trabalhos desenvolvidos pelos docentes;
5. Ampliar espaços, dentro e fora da instituição, para que as comunidades/públicos atendidos pelas ações extensionistas continuem em contato com a instituição e dialogando com outras ações desenvolvidas, a fim de permanecerem reforçando os saberes compartilhados e sendo agentes multiplicadores;
6. Reforçar o desenvolvimento de ações voltadas às áreas ligadas ao desenvolvimento socialmente sustentável;



7. Reforçar, junto aos docentes, discentes e demais servidores, a importância da extensão para a formação profissional e cidadã.

As ideias acima são a título de sugestão e podem ser discutidas e ampliadas através de outras pesquisas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de concluir o presente trabalho, é importante destacar o texto-base da Política de Extensão do IFPB (2020), em seu Art. 8º, no qual são mencionados os princípios norteadores do fazer extensionista dentre os quais estão: cidadania e trabalho, respeito aos direitos humanos, respeito à diversidade cultural, compromisso com as demandas sociais que se apresentam e outros.

Há também, por parte do IFPB, o compromisso com a Agenda 2030, que estabelece os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No capítulo 2 deste trabalho, o quadro com os 17 Objetivos cita, explicitamente, em seu Objetivo 8, a necessidade de um sistema econômico que seja inclusivo e sustentável, com oportunidades de emprego e trabalho digno para todos. Já o Objetivo 16 faz referência ao acesso à justiça para todos e à construção de instituições eficazes, que trabalhem de forma responsável e incluindo a todos. A partir do que foi apresentado ao longo do trabalho, pode-se dizer que os debates em torno do tema Sustentabilidade são amplos e importantes. Embora as discussões, quando se fala em Sustentabilidade, estejam mais associadas às questões ambientais, o contexto do pós-guerra fez a humanidade repensar a forma como os assuntos ligados ao social são tratados.

Do ponto de vista conceitual, foram apresentados autores que trazem definições partindo de prismas diferentes, mas não excludentes. No caso dos conceitos trabalhados por John Elkington, que apresenta a sustentabilidade ancorada em três dimensões básicas (econômica, social e ambiental), a elaboração foi a partir do olhar aplicável ao campo empresarial, mas que também foi aceito pela academia. Já para Ignacy Sachs, a sustentabilidade abarca um campo maior de dimensões e acrescenta, inclusive, a ação do Estado. Foi esse conceito mais amplo, apresentado por Sachs (2004), que serviu de base para a análise da pesquisa.

Importante destacar que, mesmo havendo a divisão da sustentabilidade em dimensões, elas estão interligadas em menor ou maior grau e, por isso, é necessário que se tenha sempre uma visão holística das dimensões. Há repercussões de ações de uma dimensão sobre a outra. É o predomínio de algumas características, segundo sua natureza, que enquadra as ações como pertencendo a uma

determinada dimensão.

Considerando a relevância do tema, esses debates também precisam estar presentes nas instituições de ensino, principalmente nas instituições públicas, dada a função social que desempenham, com destaque para as de ensino superior, pois são espaços produtores de conhecimentos científicos que podem promover mudanças em prol do desenvolvimento sustentável da sociedade.

Em relação aos resultados da pesquisa, foi possível observar que o IFPB/campus João Pessoa desenvolveu ações alinhadas à dimensão da sustentabilidade social. Das oito Áreas Temáticas, quatro delas (Educação, Cultura, Trabalho e Direitos Humanos e Justiça) podem ser classificadas como predominantemente pertencentes à dimensão social da sustentabilidade.

A partir dos Projetos, Núcleos e Empreendimentos, muitas ações extensionistas puderam ser desenvolvidas e possibilitou o contato e troca de saberes entre a instituição e as comunidades. Viu-se, também, que muitas ações precisam ser ampliadas, como é o caso daquelas sobre Direitos Humanos e Justiça.

Muitas outras ações podem ser desenvolvidas e podem ser pensadas conjuntamente pela comunidade acadêmica e a sociedade. O papel que a extensão desempenha, junto ao ensino e à pesquisa, é o de fazer chegar à sociedade os saberes produzidos nos espaços institucionais. Essa aproximação entre instituição e sociedade é fundamental para que as demandas sociais sejam entendidas e atendidas por parte daqueles que pensam as políticas públicas.

Assim, através da troca entre saberes científicos e saberes populares, na busca por soluções demandadas pela sociedade, ambos os lados se fortalecem e as mudanças podem ser alcançadas.

## 6. REFERÊNCIAS

ABIAHY, Ana Carolina de Araújo; SOUZA, Jerusa Farias de. **Gestão da Comunicação na Memória Institucional do IFPB**: uma contribuição à evolução do setor de Comunicação Social. In: Gestão Pública Aplicada a Instituições Educacionais / Nelma Mirian Chagas de Araújo (Org.). João Pessoa: IFPB, 2012.

ALMEIDA, Maria Fatima Ludovico de. **Química verde: desafios para o desenvolvimento sustentável**. Parcerias Estratégicas, Brasília-DF, v. 17, n. 35, p. 113-166, jul./dez. 2012. Disponível em: [http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias\\_estrategicas/article/viewFile/683/626](http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/683/626). Acesso em: 24 ago. 2021.

ALVES, Maria Dolores Fortes; VIDINHA, Marly do Socorro Peixoto; DIÓGENES, Eliane Maria Nogueira. **Educação e Dignidade**: Construção histórica de garantia de direitos?. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 13, n. 31. Setembro de 2019. Disponível em: [n. 31 - EDUCAÇÃO E DIGNIDADE: CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE GARANTIAS DE DIREITOS? | Fortes Alves | Jornal de Políticas Educacionais \(ufpr.br\)](http://www.ufpr.br/jpe/v13n31-EDUCAÇÃO_E_DIGNIDADE_CONSTRUÇÃO_HISTÓRICA_DE_GARANTIAS_DE_DIREITOS_Fortes_Alves). Acesso em: 24 mai. 2021.

ARENCIBIA, Mahé Sosa. **El modelo de acumulación capitalista**: síntesis de los principales cambios en los últimos cincuenta años. Centro de Investigaciones de Economía Internacional (CIEI), Universidad de La Habana, Cuba. *Econ. y Desarrollo* vol.165, no.2, La Habana, jul.-dic. 2021. Epub 09-Mar-2021. Disponível em: [http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0252-85842021000300002&lng=pt](http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0252-85842021000300002&lng=pt). Acesso em: 22 jul. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2002.

BRAGGIO, Ana Karine. **A Gênese da Reforma Universitária Brasileira**. *Revista Brasileira de História da Educação*. V. 19, 2019. Disponível em: [A gênese da reforma universitária brasileira | Revista Brasileira de História da Educação \(uem.br\)](http://www.uem.br/revista-brasil-historia-da-educacao/v19n01-a-genese-da-reforma-universitaria-brasileira). Acesso em: 03 mai. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988**. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm). Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008.** Programa de Extensão Universitária - PROEXT. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm). Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931.** Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D19851.htmimpressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19851.htmimpressao.htm). Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014.** Plano Nacional de Educação - PNE. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm). Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm). Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm). Acesso em: 28 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. **Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5540.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm). Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-3537-22-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília-DF, 2018. Disponível em: [rces007\\_18 \(mec.gov.br\)](https://mec.gov.br/ces007_18). Acesso em: 01 jul. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016.** Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html). Acesso em: 27 dez. 2020.

BURSZTYN, Roberto S. Bartholo Jr. Marcel. **Ciência e Educação para a Sustentabilidade.** In Ciência, Ética e Sustentabilidade. Marcel Bursztyn (Org.). - 2 ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001. Disponível em: [Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século; 2001 \(dominiopublico.gov.br\)](https://dominiopublico.gov.br/Ciencia_etica_e_sustentabilidade_desafios_ao_novo_sculo_2001). Acesso em: 01 mai. 2021.

CAMPOS, C.J.G. **Método de análise de conteúdo:** ferramenta para análise de dados qualitativos no campo da saúde. Rev. Bras. Enferm. Brasília - DF, 2004, set/out: 57(5): 611-4.

Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - CONIF. **Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica/ Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - CONIF. Portal CONIF. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/br/>. Acesso em: 23 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. XIII Fórum de Pró-Reitores de Extensão ou Cargos Equivalentes das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - FORPROEXT. **Contribuições para a Política de Extensão da Rede Federal de Educação profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília, 16 de abril de 2015. Disponível em: [Após debate sobre indicadores de extensão, realizado ontem, dia 17, os pró-reitores e representantes da extensão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica foram divididos em cinco grupos, um por região do país, para trabalhar os \(ifmg.edu.br\)](https://ifmg.edu.br/). Acesso em: 10 mai. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã:** o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3. ed. [revista]. - São Paulo: Editora UNESP. 2007.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca.** São Paulo - M.books do Brasil editora Ltda, 2012. Disponível em: [Sustentabilidade: Canibais com garfo e faca \(scribd.com\)](https://scribd.com/). Acesso em: 14 mai. 2021.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. SESu / MEC. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. In: Edição Atualizada Brasil 2000 / 2001. Disponível em: [https://www.uemg.br/downloads/plano\\_nacional\\_de\\_extensao\\_universitaria.pdf](https://www.uemg.br/downloads/plano_nacional_de_extensao_universitaria.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus - AM, 2012.

\_\_\_\_\_. **Extensão Universitária: organização e sistematização / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. -- Belo Horizonte: Coopmed, 2007. 112p.

FORPROEXT. Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal. **Contribuições para a Política de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. CONIF, Brasília, 2015.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. Brasília, 2ª edição: Liber Livre Editora, 2007.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. O Mundo, Hoje, v. 24, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação**. Coleção Questões da Nossa Época, v. 23. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?**. Disponível em: [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf). Acesso em: 08 jul. 2019.

GIBELATO, Izabely Regina. **Análise Teórica sobre Sustentabilidade Social e Relações de Trabalho: possibilidades e limites em contexto organizacional**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão e Sustentabilidade). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INCROCCI, Lígia Maria de Mendonça Chaves; ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. **O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC**. Revista Sociedade e Estado – Volume 33, Número 1, Janeiro/Abril 2018. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-737X2010000300003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-737X2010000300003). Acesso em: 14 abr. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2015-2019**. Disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/transparencia/pdi>. Acesso em: 20 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. **Pró-Reitoria de Extensão e Cultura**. Disponível em: <http://www.ifpb.edu.br/proexc>. Acesso em: 20 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. **Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**. Conselho Superior. IFPB, 2020. Disponível em: [texto-base-politica-de-extensao-do-ifpb-apos-aprovacao-do-comite-de-extensao-e-cultura.pdf](http://www.ifpb.edu.br/texto-base-politica-de-extensao-do-ifpb-apos-aprovacao-do-comite-de-extensao-e-cultura.pdf). Acesso em: 05 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica Nº 04 - PROEXC/IFPB, de 11 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre concepções e prática em educação profissional no tocante a sistematização acadêmica, articulação e apoio social a Redes de Empreendimentos Sociais que compõem a Política de Empreendimento Social do IFPB. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/proexc/assuntos/legislacoes-e-normas/nota-tecnica-no-04-2017-proexc>. Acesso em: 21 ago. 2021.

JACOBI, Pedro Roberto; RAUFFLET, Emmanuel; ARRUDA, Michelle Padovese de. **Educação para a sustentabilidade nos cursos de administração: reflexão sobre paradigmas e práticas**. RAM, REV. ADM. MACKENZIE, V. 12, N. 3, Edição Especial. São Paulo-SP, MAIO/JUN. 2011, p. 21-50. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/W83BwgQNKGfyWqQJWx9xcTF/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2021.

JACOBI, Pedro Roberto; GIATTI, Leandro Luiz. **A ambivalência do desenvolvimento e a busca de novas vias para a sustentabilidade**. Ambiente & Sociedade, 18 (3), July-Sep 2015, Não paginado. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/ZLvqsqZVjzpjmmCY3wPZJyk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 jul. 2021.

LARA, Pedro Túlio de Resende. **Sustentabilidade em instituições de ensino superior**. REMOA/UFMS: Revista Monografias Ambientais, Santa Maria, v. 7, n. 7, p. 1646-1656, mar./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/5341/3308>. Acesso em: 25 ago. 2021.

LIMA, Marileuza Fernandes Correia de. et al. **Da Escola de Aprendizizes da Parahyba à Escola Técnica Federal da Paraíba**: memórias do ensino técnico. João Pessoa: ETEFPB/Gráfica, 1995.



LOURENÇO, Mariane Lemos; CARVALHO, Denise. **Sustentabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável**. RACE, Unoesc, v. 12, n. 1, p. 9-38, jan./jun. 2013. Disponível em: [Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável | RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia \(unoesc.edu.br\)](#). Acesso em: 24 mai. 2021.

MELO NETO, J. F. **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: bases ontológicas**. In: MELO NETO, J. F. (Org.). Extensão Universitária: diálogos populares. João Pessoa: UFPB, 2002.

MINAYO, M. C. S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência & Saúde Coletiva, 17 (3): 621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

MINAYO, M. C. S.; GUERRIERO, I. C. Z. **A aprovação da Resolução CNS nº 510/2016 é um avanço para a ciência brasileira**. Saúde Soc. São Paulo, v.28, n.4, p.299-310, 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104-12902019000400299&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-12902019000400299&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 27 dez. 2020.

Ministério da Educação. Coleção Educadores. **Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Fernando de Azevedo... [et al.]. – Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Editora Massangana, 2010.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Trajatória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Estudos Avançados 26 (74). São Paulo, 2012. p. 51-64. Disponível em: [SciELO - Brasil - Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico](#). Acesso em: 05 jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano**. Disponível em: [Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP - Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano - 1972 | Meio Ambiente](#). Acesso em: 08 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. **Declaración de la Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Humano (Declaración de Estocolmo), de 1972, y Declaración de Río sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo, de 1992**. United Nations, 2012. Disponível em: [Historic Archives - Rio Declaration on Environment and Development - Introductory Note - Spanish \(un.org\)](#). Acesso em: 09 mai. 2021.

ORTIZ-RIAGA, Maria Carolina; MORALES-RUBIANO, Maria Eugenia. **La extensión universitaria en América Latina: concepciones y tendencias**. Universidad de La Sabana | Facultad de Educación. In: Educ.Educ. Vol. 14, No. 2 | Mayo-agosto de 2011 | pp. 349-366. Disponível em: [v14n2a07.pdf \(scielo.org.co\)](#). Acesso em: 09 mai. 2021.

RIBEIRO, Marlene. **Exclusão e Educação Social: conceitos em superfície e fundo.** Educação & Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 155-178, jan./abr. 2006. Disponível em: [SciELO - Brasil - Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo](#) Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. Acesso em: 08 jul. 2021.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** Colaboradores: José Augusto de Souza Peres (et al.). 3ª ed. - 14 reimp. São Paulo: Atlas, 2012.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento sustentável – desafio do século XXI.** Ambiente & Sociedade – Vol. VII nº. 2 jul./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n2/24699.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. **Barricadas de ontem, campos de futuro.** Estudos Avançados 24 (68), 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/05.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2021.

SARTORI, Simone; LATRÔNICO, Fernanda; CAMPOS, Lucila M. S. **Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: uma taxonomia no campo da literatura.** Ambiente & Sociedade. São Paulo, v. XVII, n. 1 n p. 1-22. jan.-mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v17n1/v17n1a02.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2021.

SILVA, Ana Paula da; OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. **O modelo cooperativo de extensão dos Estados Unidos: contribuições possíveis para o Brasil.** Rev. Ceres, Viçosa, v. 57, n.3, p. 297-306, mai/jun, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rceres/v57n3/v57n3a03.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SILVA, Nayara de Paula Martins; BIZERRIL, Marcelo. **Construindo uma universidade sustentável a partir da compreensão da sustentabilidade.** Revista FORGES - Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa n. 2, 2021, p. 128-151.

SOUZA, Olga Suely Soares de. **A extensão Universitária e as universidades populares.** Revista da FAGED - Universidade Federal da Bahia, nº 9, p. 253-264, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

## APÊNDICE

1. Quadro síntese dos dados sobre os projetos de extensão do IFPB, com foco na sustentabilidade (de 2017 a 2019):

Ano/nº	Área Temática/Título	Linha Temática/Tema	Objetivo	Relação com os princípios da Sustentabilidade	Dimensões da Sustentabilidade	Indicadores
<b>2017</b>						
<b>1</b>	<p>Área Temática: Trabalho</p> <p>Projeto Ciranda: implantação de uma Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários no campus João Pessoa</p>	EMPREENDEDO RISMO/Incubadora a tecnológica	<p>Implantar, no campus João Pessoa, uma incubadora de empreendimentos econômicos solidários que possui em sua essência uma formação econômica, política e cultural, que não priorize o lucro, mas que tenha o ser humano e o meio ambiente como centro da metodologia de incubação.</p>	<p>1,2.</p> <p>2, 3</p> <p>4</p> <p>34</p>	<p>Social e econômica fundamentada na economia solidária</p> <p>Social</p> <p>Econômica</p> <p>Ambiental</p> <p>Cultural</p>	<p>Números de reuniões realizadas para validação de propostas elaboradas do constructo do projeto;</p> <p>números de capacitações realizadas junto à equipe do projeto;</p> <p>Número de territórios e comunidades contemplados pela proposta;</p> <p>Números de empreendimentos econômicos solidários envolvidos que serão acompanhados pela incubadora.</p> <p>Números de parceiros sociais envolvidos na proposta.</p>

2	<p>Área Temática: Educação</p> <p>Título do Projeto: O protagonismo estudantil e as práticas de educação ambiental em instituições públicas do bairro de Jaguaribe - João Pessoa/PB.</p>	<p>Questões Ambientais/protagonismo juvenil</p>	<p>O Objetivo Geral deste Programa é promover o protagonismo estudantil através das ações de Educação Ambiental em três instituições públicas de Ensino Fundamental I e II e de Ensino Médio localizadas no entorno do IFPB - Campus João Pessoa.</p>		<p>social  ambiental</p>	<p>Lista de frequência, imagens e documentos Gráficos, tabelas e análises dos resultados. Gráficos, tabelas e análises dos resultados.</p>
4	<p>Área Temática: Educação</p> <p>Título do Projeto: II Feira de Cursos e Profissões do IFPB - Campus João Pessoa</p>	<p>DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA/ Cursos e Profissões</p>	<p>Apresentar os cursos Integrados e Superiores e os projetos de pesquisa e extensão desenvolvidos pela Comunidade do IFPB - Campus João Pessoa/PB aos estudantes de escolas públicas e privadas, visando aprimorar suas escolhas profissionais futuras mais conscientes dos cursos oferecidos</p>	<p>1. Aprimoramento do Evento de Extensão como fortalecimento da Identidade do IFPB - Campus João Pessoa; 2. Ampliação do</p>	<p>Social - ensino profissional, técnico e tecnológico segundo propostas formativas para a vida, para a cidadania e para o desenvolvimento sustentável.</p>	<p>Ficha de frequência e imagens registradas em reuniões de planejamento do evento. Ficha de Frequência e imagens registradas das reuniões. Material de divulgação do Evento, ficha de frequência e imagens registradas durante os convites às escolas, CIEE, lista de presença, participação dos estudantes na Feira.</p>

			no IFPB - Campus João Pessoa interrelacionando Ensino, Pesquisa e Extensão.	diálogo com a sociedade que necessita conhecer a imensa riqueza que representa os Institutos Federais em nosso país, o nosso Estado e, especialmente, ao IFPB - Campus João Pessoa, a nossa Cidade; 3. Promover e oportunizar o		
--	--	--	---	--	--	--

				<p>protagonismo estudantil que tem enriquecido com novas ideias que oxigenam as antigas e superadas formas do ensino tradicional.</p> <p>4. Ampliar para que todos os Campi do IFPB oportunize espaços dialógicos com a Comunidade Escolar</p>		
--	--	--	--	--	--	--

				e a sociedade de uma maneira geral.		
7	<p>Área Temática: Direitos Humanos e Justiça</p> <p>Título do Projeto: Hortas comunitárias: Uma experiência com apenadas do Presídio Feminino de João Pessoa - PB.</p>	GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS/Educação ambiental	<p>O objetivo geral é promover uma horta comunitária em parceria com as apenadas do Presídio Feminino Júlia Maranhão em João Pessoa/PB através de atendimento técnico com treinamento, realização de oficinas sobre hortas comunitárias e seus cuidados e, paralelamente, realizar atividades lúdicas de Educação Ambiental com os filhos e filhas das apenadas.</p>		social ambiental	<p>Fichas de Leitura sobre os temas referenciais neste projeto. Lista de Frequência e imagens registradas durante a visitas.</p> <p>A produção da Horta Comunitária (hortaliças e verduras), imagens com os registros das etapas da horta comunitária: preparação das sementes, das mudas, o plantio, os cuidados com a irrigação, a colheita dos produtos gerados pela horta comunitária.</p> <p>Lista de Frequência, registros colhidos junto os filhos e filhas das apenadas (desenhos e/ou escritos) sobre os conhecimentos em Educação Ambiental, e as imagens registradas durante as atividades lúdicas ambientais (brincadeiras, teatro de Fantoques, corridas entre outros). Tramitação do processo que passou pelo serviço de</p>

						inteligência para avaliar o projeto e a equipe gestora por ter acesso ao interior da unidade penitenciária.
<b>13</b>	<p>Área Temática: Trabalho</p> <p>Título do Projeto: A UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE ERGONÔMICA DO TRABALHO: novas perspectivas para os empreendimentos econômicos solidários</p>	<p>SAÚDE E PROTEÇÃO NO TRABALHO/ Ergonomia do trabalho</p>	<p>Implementar as condições de trabalho no Empreendimento Econômico Solidário Mulheres da Beira da Linha a partir da Análise Ergonômica do Trabalho (AET)</p>		social	<p>No máximo 25% de faltas; Nível de aprendizado. Aonde que dói mais? Movimentos no posto de trabalho.</p> <p>Melhoria na produção Melhoria na qualidade de vida Melhoria nas relações de trabalho</p> <p>Quantidade de Visitas Melhoria na produção Melhoria da QVT Quantidade de reuniões Impacto das ações</p>
<b>14</b>	<p>Área Temática: Educação</p> <p>Título do Projeto:</p>	<p>EMPREENDEDO RISMO/Vivência extensionista</p>	<p>Incentivar a constituição e implementação de Núcleos de Mobilização</p>		social	<p>- Participação dos atores sociais; - Integração da equipe facilitadora; - Interação entre atores sociais e equipe; - Integração entre</p>



	Projeto Oficina Empreendedora		Jovem, para a promoção da vivência extensionista de turmas do ensino médio do Lyceu Paraibano.			participantes; - Caracterização dos argumentos e propostas; - Situação da conclusão da atividade. Nível de participação dos estudantes na construção do GT.
<b>16</b>	Área Temática: Meio Ambiente  Título do Projeto: Aperfeiçoamento e Difusão da TECA - Torneira Eletrônica Econômica	DESENVOLVIMENTO REGIONAL/ tecnologia social	O objetivo geral deste projeto é o de testar uma versão aperfeiçoada da TECA em campi do IFPB e em residências reais, além de difundir esta tecnologia social em oficinas de construção e instalação, a serem realizadas no Campus João Pessoa do IFPB.		ambiental	Cronograma de atividades adaptado para o início efetivo dos trabalhos, com a liberação da verba. Compras realizadas e oficinas preparadas. Oficinas divulgadas nos campi do IFPB e para a comunidade. Inscrições  TECA instalada e em funcionamento, para demonstração. TECAs instaladas e em funcionamento. TECAs de reserva e de demonstração móvel montadas. Oficinas realizadas.  Questionário aplicado e resultados tabulados. Gravações realizadas. Gravações realizadas. Técnicas construtivas avaliadas e correções realizadas. Relatório final entregue e prestação de contas realizada.
<b>2018</b>						
<b>3</b>	Área Temática: Meio Ambiente	DESENVOLVIMENTO URBANO/	O projeto tem como objetivo a		ambiental	Artigos, Relatórios, Gráficos, Tabelas, Mapas,

	<p>Título do Projeto: ORQUIDEIA Projeto piloto para diagnóstico habitacional na Comunidade São Rafael – João Pessoa/PB</p>	diagnóstico habitacional	<p>elaboração de um diagnóstico socioeconômico, habitacional e ambiental de uma área piloto na comunidade São Rafael, situada no bairro do Castelo Branco na cidade de João Pessoa – PB, com vias a melhoria da qualidade da habitação na comunidade, da população e do meio ambiente.</p>		<p>social econômico</p>	<p>Acervo fotográfico e Documentos. Área delimitada a partir da visita in-loco e da base cartográfica.</p> <p>Artigos, relatórios, documentos diversos Questionário padrão adequado a realidade local</p> <p>Visita de campo, análise de imagens de alta resolução. Atividade de campo. Banco de dados com planilhas Equipe selecionada e capacitada para trabalhos em campo Levantamento socioeconômico cadastral Levantamento socioambiental Levantamento cartográfico cadastral Levantamento fotográfico Diagnóstico socioeconômico, habitacional e ambiental da área piloto selecionada da comunidade São Rafael.</p>
9	<p>Área Temática: Educação</p> <p>Título do Projeto: Oficina Empreendedora: O caminho para Alfabetização Financeira</p>	<p>DESENVOLVIMENTO HUMANO/Juventude e desenvolvimento social</p>	<p>Desenvolver protagonismo juvenil e social nos estudantes de uma instituição de ensino médio, favorecendo saberes financeiros que os alfabetizem nesta área, e que os tornem empreendedores dentro das suas</p>		<p>social</p>	<p>Tipos de indicadores: Indicadores de eficiência (Produtividade): medem a proporção de recursos consumidos com relação às saídas dos processos. Indicador: Nível de Desempenho dos estudantes Indicadores de eficácia (Qualidade): focam as medidas de satisfação dos clientes e as características do produto/serviço. Indicador: Grau de</p>

			famílias, e nos ambiente sociais que frequentam, com desenvolvimento humano, sustentável e social.			<p>Protagonismo e Visão empreendedora</p> <p>Indicadores de Efetividade (impacto): focam as consequências dos produtos/serviços. Fazer a coisa certa da maneira certa. A efetividade está vinculada ao grau de satisfação ou ainda ao valor agregado, a transformação produzida no contexto em geral.</p> <p>Indicador: Grau de impacto do programa de alfabetização financeira na escola executada. Serão medidos por meio da: - Observação -conversas semanais sobre a satisfação do programa - Vivencias no curso</p>
15	<p>Área Temática: Educação</p> <p>Título do Projeto: QUÍMICA</p>	DESENVOLVIMENTO HUMANO/Conscientização ambiental	<p>Estabelecer a difusão dos saberes acadêmicos, visando à capacitação da comunidade escolar (educandos, pais e professores) inserida na Escola Municipal de Ensino Fundamental Clube Lions Tambaú, no Bairro</p>	social	<p>Conscientização ambiental; Selecionar, diferenciar, qualificar e quantificar os tipos de lixo seco e sua reutilização; Adoção de atitudes de coleta seletiva; Apreendam novos conceitos e atitudes a cerca dos resíduos sólidos; Aprender a produzir cosméticos, perfumes, produtos de higiene e de limpeza, visando a melhoria da qualidade e uma possível geração de renda extra; Informação, formação e capacitação quanto a possibilidade de serem futuros micro empreendedores. Promoção educacional e geração de renda. Aprender novos conceitos químicos e ambientais a partir da</p>	

			dos Bancários em João Pessoa que atende alunos de comunidades em vulnerabilidade social. Observando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, através da promoção de oficinas que prevê a formação coletiva e a troca de experiências dos envolvidos.			confeção de perfumes, de cosméticos, de produtos de higiene e de limpeza e de mobiliários e objetos de decoração com material reciclável. Possibilidade de geração de emprego através do micro empreendedorismo. Apropriação do espaço comum local, bem como sua revitalização. Diminuição de resíduos sólido produzidos pela comunidade, através dessa ação por meio da reutilização. Parceria entre IFPB, Lions Clube Tambaú, Escola Municipal Lions Tambaú e comunidade do Timbó. A nível Local: Apresentação dos resultados no ENEX, Exposição dos produtos confeccionados nas oficinas em uma culminância na Escola Municipal Lions Tambaú. Publicação de artigo na revista PRÁXIS. A nível regional e/ou nacional: Submissão de trabalhos com disseminação de resultados, em congressos, simpósios entre outros. Submissão para publicação dos resultados em periódicos indexados.
17	Área Temática: Cultura  Título do Projeto: MOVIBEM: A Ciranda dos Saberes com Povos Tradicionais.	GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS/S aberes tradicionais	Estabelecer uma construção dialógica entre os saberes acadêmicos e os saberes populares das comunidades tradicionais, indígena (povo		social	Artigos, Relatórios, Gráficos, Tabelas, Documentos. Alunos aptos a participar de oficina de capacitação para elaboração de mobiliários em pallets. Agentes Multiplicadores aptos a ir as comunidades com um olhar holístico e integral. Possibilidade de imersão cultural,

			<p>Tabajara/ Gramame) e quilombola (Mituaçu) em Conde no Litoral Sul da Paraíba. Observando o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, através de uma metodologia itinerante que prevê a formação coletiva e a troca de experiências.</p>		<p>Vínculos, formação inicial de elos de confiança. Estímulo a utilização de materiais alternativos, criando a possibilidade de geração renda nas comunidades, assim como a produção de seus próprios mobiliários. Reformar um espaço de habitação indígena na comunidade indígena Tabajara/ Gramame. Construir um espaço de subsistência, convivência e geração de renda no quilombo Mituaçu Contribuir com a visibilidade e empoderamento cultural e tradicional local, através da visitação dos espaços de múltiplas funções nas Comunidades Tabajara/Gramame e Quilombola (Mituaçu).</p>
--	--	--	---	--	--

27	<p>Área Temática: Educação</p> <p>Título do Projeto: A música e a consciência ambiental tornando escola um lugar mais alegre e receptivo</p>	Música/ Conscientização musical e ambiental	<p>A partir de diversas oficinas visando a produção criativa de instrumentos percussivos com materiais recicláveis, busca-se como objetivo geral o desenvolvimento da consciência musical e ambiental, desenvolvimento disciplinar possibilitado pela concentração necessária para desenvolver as atividades propostas, desenvolvimento da coordenação motora, aumento da interação social possibilitado pelo ambiente escolar e atividades em grupo, uma consonância tanto no contexto artístico como social ao longo das atividades que serão desenvolvidas.</p>		social	<p>Durante a etapa de preparação será feito um planejamento da abordagem a ser realizada nos encontros com os alunos, a preparação do material necessário, a formulação das perguntas a serem realizadas nas entrevistas e escolha das músicas a serem apresentadas aos alunos.</p> <p>Os alunos serão entrevistados individualmente por meio de perguntas a respeito de sua preferências musicais e de seu contato com a música erudita e demais gêneros musicais. Os dados coletados serão registrados para posterior elaboração de um relatório estatístico.</p> <p>Neste encontro os alunos terão oportunidade de ouvir diversas músicas de gêneros diferentes. Será avaliado o conhecimento geral dos alunos a respeito dos diferentes gêneros musicais e sua capacidade de identificá-los. Após a coleta dos dados deverá ser possível traçar um perfil do conhecimento e hábitos dos alunos em relação ao meio ambiente.</p> <p>Através de avaliações práticas os alunos devem ser capazes de reconhecer e executar os ritmos propostos.</p> <p>Ao final do curso os alunos</p>
----	--	--	--	--	--------	--

						<p>deverão apresentar os instrumentos que construíram. Os alunos deverão ser capazes de executar os ritmos aprendidos nos instrumentos que construíram. Todos os dados coletados ao longo do projeto deverão ser organizados e analisados para a produção de um texto apresentando os resultados finais do projeto.</p>
<b>2019</b>						
<b>2</b>	<p>Área Temática: Cultura Título do Projeto: Programa de Extensão em Formação Musical do IFPB Campus JP</p>	Música/ Música	<p>Ofertar formação técnico-artístico-musical profissional nos níveis inicial e continuado para a comunidade, em articulação com parceiros sociais, oportunizando a inserção dos estudantes do Campus João Pessoa no contexto de atuação da Educação Musical Não-Formal, assim como a realização de eventos artístico-musicais para integração e troca de saberes</p>		social	<p>Visitas aos parceiros sociais Edital Entrevistas Encontros (aulas)</p> <p>Reuniões Ensaios Eventos Transparência e publicização do projeto e abertura à comunidade acadêmica e externa. Utilização de metodologia expositiva, na perspectiva da Pedagogia Griô, de metodológico a educação biocêntrica as oficinas agregam os valores de</p>

			com a comunidade.			<p>sustentabilidade e rentabilidade, ao trabalhar com materiais típicos do território, provocando um mercado artesanal atrelado.</p> <p>Pesquisa científica produzida a partir dos conhecimentos do minicurso ministrado</p> <p>Certificação dos participantes conteúdos abordados finalização do instrumento</p> <p>Relatório de participação dos alunos</p> <p>Produção do artigo científico a partir das atividades desenvolvidas no curso.</p> <p>certificados dos participantes relatório de atividades, avaliação do projeto e prestação de contas</p>
5	<p>Área Temática: Educação</p> <p>Título do Projeto: Programa de Formação Musical Inicial e Continuada do IFPB Campus João Pessoa</p>	Música/Música	<p>Promover formação técnico-artístico-musical profissional nos níveis inicial e continuado para a comunidade, em articulação com parceiros sociais, oportunizando a inserção dos estudantes do Campus João Pessoa no contexto de atuação da Educação Musical Não-Formal, assim</p>		social	<p>Reuniões, editais, entrevistas, aulas, questionários, recitais, encontros, ensaios, apresentações, visitas, aulas, Apresentação de trabalho (círculo de cultura)</p>



			como a realização de eventos artístico-musicais para integração e troca de saberes com a comunidade.			
18	<p>Área Temática: Educação</p> <p>Título do Projeto: Estudo e desenvolvimento de sistema de massa variável com materiais recicláveis</p>	<p>Questões Ambientais/Educação e processo de ensino-aprendizagem em - Desenvolvimento sustentável</p>	<p>Levar o conhecimento científico mais precisamente o conhecimento da Astronáutica de maneira eficaz e a alunos do ensino fundamental II da Escola Educação Básica da Escola Municipal de Ensino Fundamental Anayde Beiriz, contribuindo assim com a melhoria da qualidade do ensino das diversas áreas do conhecimento interrelacionam com a ciência do lançamento de foguetes. Contribuir com a divulgação científica, princi</p>		<p>social</p> <p>ambiental</p>	<p>ENCONTRO</p> <p>Aplicação de formulário</p> <p>Compra de Materiais permanentes (móveis e equipamentos) para utilização no Projeto de Extensão, que serão doados e tombados pelo Setor de Patrimônio do Campus João Pessoa.</p>

			física/química a fim de reconhecer a sua importância na história da humanidade. Estimular o interesse dos físicos/químicos e ciências correlatas. Desenvolver mecanismo de ensino, por meio da construção de materiais utilizados no estudo da astronáutica e que serão utilizados em palestras e oficinas.		
<b>20</b>	Área Temática: Educação Título do Projeto: Educação Musical e Inclusão Social: atuação no Terceiro Setor	Desenvolvimento Humano/Juventud e desenvolvimento social	Promover intervenção pautada na inclusão social e cultural de jovens de baixa renda a partir da formação musical desenvolvida em uma ONG, oportunizando a inserção dos estudantes do Campus João Pessoa no contexto de	social	Plano de atividades, materiais didáticos, oficinas de musicalização, capacitações, reuniões, visitas, eventos, recitais, apresentação de trabalhos, palestras.

			atuação profissional.			
--	--	--	--------------------------	--	--	--

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa (2022)



